



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Phellipe Marcel da Silva Esteves

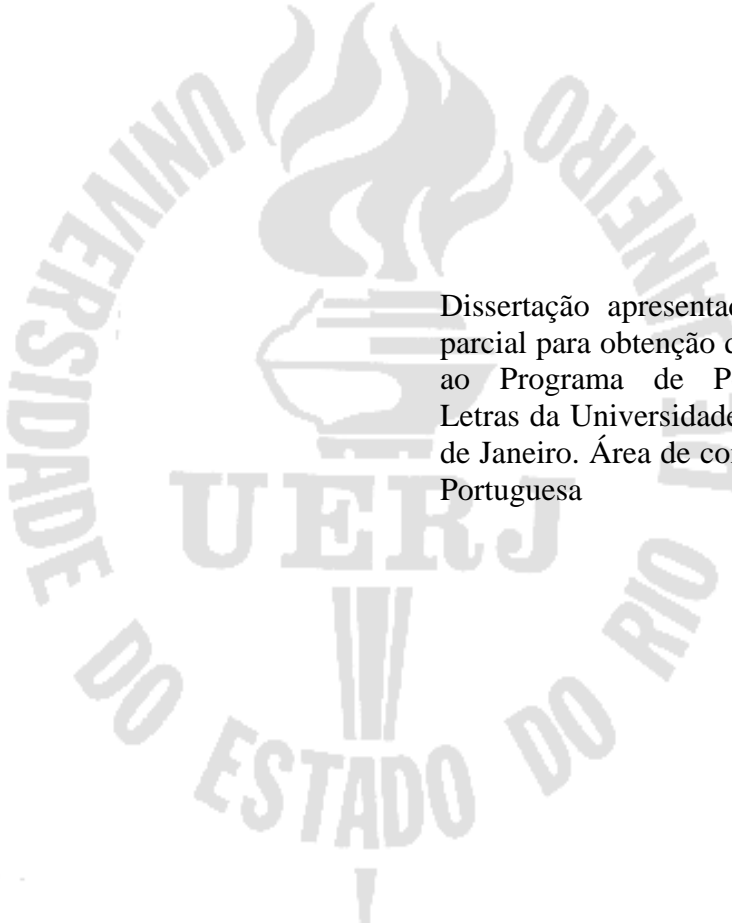
A translação de sentidos entre língua e classe social

Rio de Janeiro

2010

Phellipe Marcel da Silva Esteves

A translação de sentidos entre língua e classe social



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa

Orientadora: Prof.^a Dra. Vanise Gomes de Medeiros

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

E799 Esteves, Phellipe Marcel da Silva.
A translação de sentidos entre língua e classe social /
Phellipe Marcel da Silva Esteves. – 2010.
114f.

Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Redação de textos
jornalísticos – Teses. 3. Linguagem e línguas – Variação –
Teses. 4. Sociolinguística – Teses. 5. Língua portuguesa –
Semântica – Teses. 6. Jornalismo – Manuais de estilo – Teses.
7. Língua portuguesa – Gramaticalização – Teses. 8. Meia hora
de Notícias – Teses. I. Medeiros, Vanise Gomes de. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras.
III. Título.

CDU 82.085

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação

Assinatura

Data

Phellipe Marcel da Silva Esteves

A translação de sentidos entre língua e classe social

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa

Aprovado em 24 de fevereiro de 2010.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Vanise Gomes de Medeiros (Orientadora)
Instituto de Letras da UERJ

Prof.^a Dra. Magda Bahia Schlee
Instituto de Letras da UERJ

Prof.^a Dra. Silmara Cristina Dela da Silva
Instituto de Letras da UFF

Rio de Janeiro

2010

A todos que — rindo, sorrindo, se exaltando —,
na voz, no silêncio ou na letra, me ajudaram
não só nestas reflexões, mas em todo o percurso.
A Bento, Dulce e Rubens.

AGRADECIMENTOS

...e desculpas pelas ausências...

À minha superiorioritadora Vanise Gomes de Medeiros. Se eu acreditasse em mágica, diria que ela só pode ser *efeito* de uma. Como não acredito, só acho que os *efeitos dela*, em mim, além de inelutavelmente históricos, ideológicos, inconscientes, são muito mais do que acadêmicos. Saindo (ou não) da posição de professora, ela ocupa a posição de amiga. Obrigado por tudo: pela paciência, pelos conselhos, pelos ensinamentos... e principalmente pelas enriquecedoras broncas.

À minha amada e melhor amiga Fernanda. Não fosse por ela, eu não estaria aqui. Então posso dizer que ela está aqui, presente em cada letra desta dissertação; é um sentido dominante em mim, reverberando sempre positivamente e me fazendo acreditar nessa positividade, apesar dos muitos paradoxos. Te amo-te, em próclise e ênclise.

À minha família, a que me filio, a que resisto; e sobretudo amo: dona Neves e seu Ricardo, que, mesmo sem entenderem muito bem “por que” faço, me apoiam durante o processo. Sou (com) eles. Também às lindas Cícera e Yolanda, constantes inspirações e magníficas Histórias das vovós mais lindas “deste mundo”... Devo muito mais que alguns quilos a elas...

Aos irmãos de verdade — Hebert, sempre um torcedor; Suellen, minha anjinha turbulenta — e ao metafórico: Alexandre, esse maior do que a vida, que me dá vida. Os sentidos se confundem...

Aos enormes amigos Guilherme Bernardo, Fábio Macedo, Anna Silva e Marcela Soares, pelos conselhos nos melhores momentos, pelas dicas acadêmicas e pela grande, infinita existência na minha vida. Só pra provar que alguns sentimentos se agitam na velocidade mais extrema e chegam quando a gente menos espera.

Às professoras Magda e Silmara, pela constante disposição e disponibilidade em ouvir, trocar ideias e remarcar datas (sim!).

À professora Bethania Mariani: um porto seguro, mas também as ondas que tentam abalar a segurança desse porto, num eterno movimento de transbordo. Palavras sempre preciosas.

À inesquecível professora Maria de Fátima Soares, pela amizade e confiança em meu trabalho.

A todos os grandes amigos que, como eu, se encantaram e se encontraram pela/na Análise do Discurso: Thais, Fátima, Lívia, Socorrinho, Joyce, Bia, Felipe, Angela, Luiza.

Aos companheiros que nunca se deixam abater pelas fronteiras, grandes ou pequenas, e que foram uma grande família ao longo de três anos. Nominalmente: Leandro Liporage, Daniele Cajueiro, Janaina Senna, Mariana Elia, Ana Carla Sousa, Claudia Ajuz, Shahira, Rosana Moraes, Gustavo Penha, Leila Name, Izabel Aleixo, Marília Lamas, Rachel Rimas, Isabela Fraga, Guilherme Semionato, Adriana Torres, etc., etc., etc. Eles são a certeza daquilo que os anglófonos chamam de *evergreen*.

A todos os que me ajudaram nesta const(ante)ituição que somos, sem essência, mas ainda assim especiais em nossa matéria revolucionária. *Et alii*.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Desordem

meu assunto por
[enquanto é a desordem
o que se nega
à fala

o que escapa
ao acurado apuro
do dizer
a borra
a sobra
a escória
a incúria
o não-caber

ou talvez
pior dizendo
o que a linguagem
não disse
por não dizer

porque
por mais que diga
e porque disse
sempre restará
no dito o mudo
o por dizer
já que não é da linguagem
dizer tudo

ou é
se se
entender
que
o que foi dito
é o que é
e por isso
nada há mais por dizer

portanto
o meu assunto
é o não-dito não
o sublime indizível
mas o fortuito
e possível
de ser dito
e não o é
por descuido
ou por intuito
já que
somente a própria coisa
se diz toda
(por ser muda)

é próprio da palavra
não dizer
ou
melhor dizendo
só dizer
a palavra
é o não ser

isto porque
a coisa
(o ser)
repousa
fora de toda
fala
ou ordem sintática

e o dito (a
não-coisa) é só
gramática

o jasmim, por exemplo,
é um sistema
como a aranha
(diferente do poema)
o perfume
é um tipo de desordem
a que o olfato
põe ordem
e serve
mas o que ele diz
excede à ordem
do falar

por isso
que
só
desordenando
a escrita
talvez se diga
aquela perfunctória
ordem
inaudita

uma pêra
também
funciona
como máquina
viva
enquanto quando
podre
entra ela (o sistema)
em desordem:
instala-se a anarquia
dos ácidos
e a polpa se desfaz
em tumulto

e diz
assim
bem mais do que dizia
ao extravasar
o dizer

dir-se-ia
então
que
para dizer
a desordem
da fruta
teria a fala
— como a pêra —
que se desfazer?
que de certo
modo
apodrecer?

mas a fala
é só rumor
e idéia
não exala
odor
(como a pêra)
pela casa inteira

a fala, meu amor,
não fede
nem cheira

(Ferreira Gullar, Em alguma parte alguma)

RESUMO

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. *A translação de sentidos entre língua e classe social*. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) — Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Ao se falar de língua, fala-se da classe social que se imagina associada a essa mesma língua. Fundamentada na Análise do Discurso Franco-Brasileira (iniciada na França pelo grupo de Michel Pêcheux e retrabalhada no Brasil a partir de formulações de Eni Orlandi) e analisando *corpòra* diversos, que se encontram em gramáticas, dicionários, manuais de redação jornalística e o jornal carioca *Meia Hora de Notícias*, esta dissertação busca entender como os sentidos sobre língua e classe social vão sendo constituídos ao mesmo tempo.

A Análise do Discurso com que este estudo vai trabalhar se apresenta como um campo inserido no entremeio das ciências humanas e sociais. Entre as principais questões levantadas por este campo, estão as crenças ilusórias em que as palavras emanam sentidos próprios, apropriados, e em que o sujeito é o dono de seu dizer e de suas intenções. Entende-se, na Análise do Discurso, que os sentidos são irrecorrivelmente formados ideologicamente, e que o sujeito se constitui analogamente, por processos inconscientes que não deixam de fora também a historicidade das relações sociais. Dessa forma, para se compreender como se dão as relações entre as formações de sentido entre língua e classe social, importará a depreensão do funcionamento discursivo do tratamento que os instrumentos de gramatização dão à variedade linguística. No *Meia Hora*, também se procura analisar de que modo um jornal vai significando, inscrito numa prática jornalística determinada, língua e classe social concomitantemente, através do uso de uma língua imaginária.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Língua portuguesa. História das ideias linguísticas. Manuais de redação jornalística. Jornalismo popular.

ABSTRACT

When it comes to say something about language, one is always saying something about the imaginary social class associated with that same language. Based on French Brazilian Discourse Analysis (inaugurated in France by Michel Pêcheux's group and revived in Brazil by Eni Orlandi) and analyzing different *corpòra*, took from grammars, dictionaries, newspaper manuals and *Meia Hora de Notícias*—a newspaper from Rio de Janeiro—, this dissertation seeks the comprehension of how the meanings about language and social class are established simultaneously.

This Discourse Analysis with which we work presents itself as a field in between the social e human sciences. Among the main issues brought up by it are two illusory beliefs: the words would possess their own and crystal clear meanings, and the subjects would be the owners of their sayings and their intentions. In Discourse Analysis it's also said that meanings are inevitably set up by ideological processes, and that this also occurs in subject's formation, by unconscious processes that have to do with the historicity of social relations. By that, in order to understand how the meanings of language and social class relate, it's first a main question to comprehend the discursive functioning of the linguistic variation on instruments of grammaticalization. As to *Meia Hora*, we also intend to analyze in which way a newspaper works on the meanings of language and social class altogether, inserted in determinate practice, through the use of an imaginary language.

Keywords: Discourse analysis. Portuguese language. History of the linguistic ideias. Newspaper manuals. Popular journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, O QUE NÃO INDICA UM PRINCÍPIO OU UMA ORIGEM	11
1. POR QUE A ANÁLISE DO DISCURSO, OU COMO OS SENTIDOS (NÃO) SE SOLIDIFICAM.....	17
1.1. A variação para a Análise do Discurso, a prática da redução de variedades na gramatização, a metaenunciação	24
2. A NORMA E O ERRO EM CAMARA JR.....	35
2.1. Da historicidade da gramática normativa contemporânea	36
3. GRAMÁTICAS: O ERRO COMO LIMITE ENTRE A NORMA ELEITA E A VARIAÇÃO	46
3.1. Quando a(s) gramática(s) vai(ão) variando (e/ou fixando) os sentidos.....	48
3.2. A norma como força conservadora no discurso gramatical.....	54
3.3. Idiomaticidade nas gramáticas analisadas	64
3.4. As gramáticas normativas caucionadas pelo discurso científico.....	66
4. UM APRISIONAR DE SENTIDOS SOBRE NORMA QUE AMPLIA SUA VOZ CENSÓRIA	71
4.1. Um conhecimento jornalístico <i>sobre</i> a língua... ou um conhecimento sobre a <i>língua</i> jornalística.....	74
5. NUNCA FOI TÃO FÁCIL LER JORNAL: RELAÇÕES IMAGINÁRIAS ENTRE LÍNGUA E CLASSE SOCIAL.....	82
5.1. O funcionamento discursivo do popular no jornalismo: o caso <i>Meia Hora</i>	86
5.2. O chiste e a ironia no <i>Meia Hora</i>	92
CONCLUSÃO, O QUE NÃO ENCERRA NEM TERMINA	104
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO, O QUE NÃO INDICA UM PRINCÍPIO OU UMA ORIGEM

Esta introdução será dividida em dois distintos momentos. No primeiro, esclareço a motivação pessoal para que meus estudos mais recentes se concentrassem em aspectos da língua como veiculadora e vinculadora de sentidos que não podem ser seccionados de questões sociais. No segundo, busco apresentar de forma sucinta de que forma, a partir da Análise do Discurso Franco-Brasileira, passei a estudar a língua como uma materialidade ideológica e que, por exemplo, no discurso jornalístico (e também no gramatical, no dicionarístico etc.), silencia determinadas formas e sentidos em detrimento de outros, que estão intrinsecamente relacionados a ideais de classe social “superior”, “mais elevada”.

Trilhando poemas... Uma apresentação

O poeta Ferreira Gullar, no poema “Desordem”, joga e brinca com os vários sentidos que damos a língua e a linguagem. Não é das palavras significar tudo. Elas ora se silenciam, ora se emudecem, ora parecem querer dizer tudo numa só sentença. O que Ferreira Gullar não aponta, contudo, é a existência de uma(s) ideologia(s) que vai(ão) articular sujeitos e sentidos como se eles fossem transparentes, evidentes, claros, centrados. A desordem da língua sobre a qual Gullar escreve lindamente é, na área a que me filio — a Análise do Discurso Franco-Brasileira, inaugurada pelo grupo de Michel Pêcheux no final dos anos 1969/começo dos anos 1970 e reterritorializada no Brasil por Eni P. Orlandi —, a ordem do discurso. Esse campo postula haver uma determinação mútua entre língua, ideologia e inconsciente, que se constituem integradamente.

Este meu trabalho, assim, não seccionará, como numa dissecação biológica, as questões relativas à construção/constituição de sujeito, língua e sentido, visto que existe uma relação indissociável entre eles. A Análise do Discurso Franco-Brasileira não tomará a língua, por exemplo, como *em razão* da ideologia. Não: a relação é de interdeterminação com possibilidade de resistência. A noção de sujeito formulada no seio da Análise do Discurso se afasta das teorias de sujeito empírico e se aproxima da psicanálise, considerando um sujeito descentrado e construído-construtor (assujeitado-sujeito) pelos-dos discursos que circulam socialmente, todos, sem exceção, vinculados às ideologias e assimilados de forma inconsciente.

Caí no navio da Análise do Discurso apenas no mestrado em Língua Portuguesa, sob orientação de Vanise Gomes de Medeiros. Já tinha observado, à distância, esse navio passar,

como quem está numa praia em dia nublado e enxerga uma embarcação no horizonte. Essa visão infelizmente não se estendeu num primeiro momento, durante minha graduação em Comunicação Social na UFRJ. Entendi o objeto da Análise do Discurso como algo muito interessante, válido e de árdua investigação, mas não havia entendido, de fato, *o objeto da Análise do Discurso*. Isso porque não me foi ensinado — nem eu tive oportunidade de aprender sozinho — que há várias análises do discurso. Optei, e continuo optando, a cada estudo, uma vez que sempre fazemos outras leituras, pela Análise do Discurso Franco-Brasileira, pecheutiana-orlandiana, não por comodismo, mas por uma busca incessante, que tem sobrevivido comigo desde a infância, pela compreensão de como as coisas funcionam, de como isso que chamamos de *língua* mobiliza alguns sentidos para uns e diversos para outros, parecendo, aí, sim, seccionar a realidade e dispor os indivíduos — agora sei, formas-sujeitos, e não individuais, mas em suas posições sociais, discursivas etc. — agrupados em cada divisão.

Durante a graduação, duas experiências também se entranharam em mim, num daqueles momentos em que achamos que as coincidências não poderiam ser melhores. A primeira delas foi o fato de eu ter concluído o curso de jornalismo e de ter optado por não exercer a profissão depois de ter estagiado com assessoria de imprensa. A carreira me pareceu uma traição aos sentidos que já se constituíam em mim, soava muito distante daquilo que havia escolhido no vestibular. Cursar cadeiras como redação jornalística me era sofrível, e eu não conseguia entender por que estava aprendendo aqueles formatos cristalizados de texto que dinamitavam, em certa maneira, a “criatividade” daqueles alunos tão brilhantes. Depois entendi a necessidade da disciplina no curso de graduação — e, enfatizo, apenas no curso de graduação, para o condicionamento de uma posição profissional que só vai entrar no mundo do trabalho nesta formação ideológica em que nos encontramos se tiver “domínio” daquele formato que eu detestava. Mas depois também entendi que não era (apenas, e se era...) a tal “criatividade” a ser destruída com aquelas formas tão estritas — e isso abordarei mais à frente.

A segunda experiência foi uma viagem de trem. Estava saindo de minha cidade, Duque de Caxias, e indo para a Uerj, onde cursei algumas matérias do curso de letras. Uma mãe de ascendência nordestina — Duque de Caxias é uma cidade cheia de descendentes de nordestinos, inclusive eu mesmo —, no trem vazio, brincava com seus filhos pequenos. Um deles, com 3 ou 4 anos, debruçou-se numa das janelas, sentindo o vento bater em seus cabelos. Urgente, a mãe correu e gritou com a criança: “Não pode ficar aí, não, senão cai e morre. Não pode morrer agora, não; só quando estiver velha!” De alguma forma, aquele grito

me marcou. Não entendi logo o porquê, mas hoje acredito que tenha me assustado vendo os sentidos de morte, de fim (ou não), já introduzidos desde tão cedo no cotidiano da criança. (Uma pontinha do Real incomoda de vez em quando.) Talvez também uma própria associação entre brincadeira e morte que eu tenha feito: a forma de brincar daquela criança era se aproximar da morte... como anos antes todos os cariocas eram surpreendidos com os chamados “surfistas do trem”, que viajavam em pé no teto dos vagões. Aquilo tudo me foi, na época, espantoso, e ao mesmo tempo eu cursava uma disciplina chamada imprensa comunitária na UFRJ, com a professora Raquel Paiva. A experiência no trem me fez interessar-me pela maneira como a imprensa lidava com o termo muito em voga na época: comunidades. Ao fim da disciplina, comecei uma iniciação científica no Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária, sob orientação de Raquel Paiva e Muniz Sodré. A partir de então, passei a pesquisar significantes como *excluídos*, *minorias*, *favela*, *povo*, *popular*, *público*, em muitas discursividades — nelas os processos de constituição de sentidos podem ser percebidos em distintas historicidades — e em campos do conhecimento diferentes. Não coincidentemente, sempre terminava na linguística, no materialismo histórico e na psicanálise, exatamente o que os analistas do discurso chamam de *tripé* de seu dispositivo teórico. Mas algo ainda ressoava em mim, uma necessidade de procurar um caminho que não fosse o da comunicação social. Daí ter buscado, no rastro das matérias que havia cursado na Uerj, o mestrado em língua portuguesa para entender algumas regularidades que ocorriam nos jornais e nas gramáticas, e eu não entendia *por quê*. Com a Análise do Discurso, percebi — contrariando meus *porquês*, *porquês* — que o *como* os sentidos se constroem e se movimentam ideologicamente também é uma questão fundamental, e que pode ser perseguida.

A entrada nos *corpòra* e as filiações teóricas

Nesta dissertação analisarei, com o aporte da Análise do Discurso pecheutiana, como, a partir da relação imaginária entre uma certa língua — constructo — e determinados segmentos sociais, essa mesma língua vai significando os segmentos sociais. Quais são os sentidos atribuídos a esses segmentos ao se constituir um conhecimento metalinguístico sobre a língua que se imagina deles e, além disso, como esses sentidos são construídos em diferentes espaços, por diferentes sujeitos, em diferentes momentos?

Para que possamos iniciar este estudo, entretanto, é indispensável que seja explicado, de forma geral, o quadro teórico em questão: a Análise do Discurso pecheutiana, afinada com os textos de Sylvain Auroux sobre História das Ideias Linguísticas e com as teses defendidas

por Jacqueline Authier-Revuz sobre a Heterogeneidade Enunciativa. Isso será feito no capítulo 1 da dissertação. A partir daí, já será possível compreender como é feita a análise do movimento de sentidos em torno de uma língua que é atribuída a determinado segmento social. Contudo, a elaboração deste projeto não pôde prescindir de um estudo que não circundasse — e rompesse o perímetro de — apenas um *corpus* (o que seria uma abstração científica). Até poderia tê-lo feito dessa maneira, mas um dos objetivos deste trabalho é entender como os sentidos percorrem diferentes espaços, lugares, posições, e muitas vezes se repetem, podendo instaurar novos movimentos. Graças a essa fundamentação, que vem de um direcionamento que parte da Análise do Discurso Franco-Brasileira, foi necessário, e extremamente profícuo, analisar diferentes *corpòra*. A jornada é iniciada em um dicionário de linguística e termina — que esse verbo não seja entendido aqui como um fechamento, mas como uma pontuação provisória — em uma discussão sobre jornalismo popular, especificamente o carioca *Meia Hora de Notícias*.

O segundo capítulo já se abre com uma necessária análise da construção de sentidos sobre a chamada *variação/variedade linguística* no espaço discursivo de um dicionário de linguística e gramática, introduzindo a análise de gramáticas e manuais de redação jornalística dos capítulos posteriores. São várias as questões que serão formuladas, mas todas elas estão posicionadas sobre a tensão entre variação e norma, bem como a tensão entre o que será entendido como linguisticamente certo e linguisticamente errado nos lugares em que os sentidos são construídos. Essa discussão será posta na Primeira Parte da dissertação, que é desmembrada em três capítulos.

De forma a sintetizar o que será visto à frente, apresento sumariamente cada capítulo da primeira parte a seguir:

- 1) a perspectiva da Análise do Discurso sobre a construção do discurso, em suas inter-relações com as formulações de Sylvain Aurox — sobre o conceito e a prática da gramatização —, de Authier-Revuz — acerca da metaenunciação — e de Eduardo Guimarães — a respeito dos períodos de estudos da linguagem no Brasil;
- 2) a construção dos sentidos de variação e norma no *Dicionário de linguística e gramática* de Joaquim Mattoso Camara Jr., como início da análise que faremos sobre o funcionamento discursivo, no discurso gramatical, dessas duas noções;
- 3) como os sentidos dessas mesmas noções gramaticais/linguísticas são colocados nas gramáticas de Rocha Lima, Cunha & Cintra e Evanildo Bechara, apreendendo as formas como essas gramáticas se inscrevem numa mesma formação discursiva ou em formações discursivas distintas.

Veremos, já no capítulo 1, que os espaços de significação de variação e norma de que a Primeira Parte da dissertação tratará são chamados *instrumentos de gramatização*.

Na Segunda Parte, outros espaços serão analisados, mais especificamente aqueles chamados de midiáticos — embora discutamos sobre a categorização dos manuais de redação como instrumentos de gramatização. O objetivo é perceber o afastamento e/ou a solidarização de sentidos entre esses tantos espaços de significação em que a(s) língua(s) se encontra(m). Serão analisados, como pontuado à frente, numa numeração correspondente à organização dos capítulos:

- 4) manuais de redação jornalística: um outro espaço para a formação dos sentidos de norma e variação — cabendo aqui nossa análise sobre esses manuais serem ou não instrumentos de gramatização;
- 5) o jornal carioca *Meia Hora de Notícias*, como forma de analisar o funcionamento do jornalismo popular: o uso de uma língua popular imaginária e a construção também de um povo, de uma classe social imaginária.

Serão, ao todo, cinco capítulos em que será perseguida a construção de sentidos sobre uma língua que vai estabelecendo outros sentidos: os de um segmento social marcado pela precariedade financeira. As categorias *povo* e *popular* serão importantíssimas e definirão o rumo desta dissertação, visto que adjetivam tanto a língua de que trataremos quanto o jornalismo analisado. Para compreender o funcionamento da translação de sentidos ocorrente entre, por exemplo, as gramáticas e os jornais, me concentrarei, no capítulo 5, na análise de três meses (2008) de edições de um jornal carioca, o *Meia Hora de Notícias* (do grupo *O Dia*). Ao longo da análise, será de extrema importância entender o funcionamento dos sentidos dos jornais populares já em circulação no Brasil, e como os sentidos de *popular* são mobilizados nessa tipificação (ORLANDI, 1996) de jornais. Entender esse funcionamento é entender as relações imaginárias que o jornal *popular* faz do *povo*, e nesse âmbito incluiremos uma questão extremamente importante que percorreu toda a nossa pesquisa, embora apenas culmine, nesta dissertação, ao final: é o âmbito do riso, da surpresa, das sensações adversas em jogo no *Meia Hora*.

Primeira parte

Varição, norma e erro

Amostra da ciência local

O homem vivia tranqüilo,
Em paz com a vida e com ele.
Um belo dia, entretanto,
Resolve escrever um artigo
Sobre o Brasil, bem cuidado.
Mas Brasil se escreverá
Com “s” mesmo, ou com “z”?
Ele vai no dicionário:
Dá com “s” e dá com “z”.
Telefona à Academia:
“Ninguém sabe não, senhor,

Talvez com “s”, ou com “z”.
Tira dinheiro do bolso,
Numas notas vem escrito
Com “s” a palavra Brasil,
Noutras vem mas é com “z”,
O homem vai ao vizinho,
Sujeito modesto e sábio
“Não sei dizer não senhor,
Só sei que meu filho Pedro
Esteve um ano no Hospício
Porque queria saber
Justamente o que você
Quer saber e não consegue.”
O homem perde a paciência,
Tira uma faca do bolso,
Boa faca pernambucana.
— Não quero mais me amolar,
Aqui deve estar escrito
“Fabricado no Brasil.”
Conforme estiver aqui,
D’agora em diante, afinal,
Mesmo que seja com “s”
(Prefiro que seja com “z”)
Escreverei a palavra;
A faca será juiz. —
O homem olha pra faca,
Meu Deus! era made in Germany.
Segura o homem na faca,
A faca enterrou no corpo
E o filólogo morreu.

(Murilo Mendes, *História do Brasil*)

1. POR QUE A AD?, OU COMO OS SENTIDOS (NÃO) SE SOLIDIFICAM?

*Um cão sem plumas
é quando uma árvore sem voz.
É quando de um pássaro
suas raízes no ar.*

(João Cabral de Melo Neto, *O Cão sem Plumias*)

A língua como código, a língua como processo, a língua como lugar de efeitos de sentidos. Significa e é significada. Esse gesto concomitante foi encarado, ao longo da história dos estudos da linguagem, de muitas formas possíveis, a maioria delas por vias de um viés de estudo surgido no final do século XIX: a semântica. A noção de língua, contudo, não é uma, tampouco o campo da semântica. Enquanto o significante *língua* suscita (e silencia) vários significados, há várias formas de encarar essa relação entre sentido e língua. Nesta dissertação, é com a Análise do Discurso Franco-Brasileira que se trabalhará. Essa abordagem sobre a língua dá espaço a algo que diversas tendências e correntes da linguística muitas vezes desconsideraram ou excluíram como inadequado: a falha, o desvio, o equívoco. Concebida dessa forma, a língua não é apenas um código, um sistema abstrato de signos, mas também lugar de deslize (in)consciente. Inserida no entremeio de diversas ciências humanas, entre elas a psicanálise lacaniana, a Análise do Discurso entende a língua como uma construção imaginária e o sujeito como necessariamente singular — singularidade essa regida por uma ordem inconsciente (FROTA, 1999, p. 55).

A Análise do Discurso considerará o equívoco da língua como uma forma de singularidade que promove, no sistema linguístico, a possibilidade de sentidos diferentes. Isso implica fundamentar-se numa concepção não higienizadora do sistema linguístico e aceitar o equívoco como componente da língua e integrante do discurso. Como afirma Frota, além de tudo, as singularidades não significam que há um “talento” ou uma, nas palavras da autora, “mestria subjetivista” contida no sujeito. Elas são, sobretudo, parte do processo de constituição da língua e de suas manifestações, mas que têm a ver mais com os mecanismos inconscientes que com um apoderar-se e manipular da fala por parte do sujeito.

Assim, a língua tende não apenas a uma estabilidade, como também a uma desestabilização, como defende Michel Pêcheux, um dos teóricos fundamentais à Análise do Discurso Franco-Brasileira. A noção de língua para a Análise do Discurso não é de um espaço que tende à homogeneização semântica, mas o campo reconhece a necessidade de

(...) reconhecer que qualquer língua natural é também, e antes de mais nada, a condição de existência de *universos discursivos não-estabilizados logicamente*, próprios ao espaço sócio-

histórico dos rituais ideológicos, dos discursos filosóficos, dos enunciados políticos, da expressão cultural e estética. (...) a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável: o jogo das diferenças, alterações, contradições não pode aí ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico. (PÊCHEUX, 1999, p. 24)

Esse reconhecimento da Análise do Discurso dará a direção neste trabalho. Admitir as ambigüidades, o equívoco e afins não como um apêndice, um erro ou um problema, mas como um constituinte da língua é repensar a questão do sujeito, advinda da *psicanálise*, e da língua, trazida da *linguística*. Contudo, esses são apenas dois dos pilares que fundam essa disciplina de entremeio que é a Análise do Discurso. Além de linguística e psicanálise, há ainda o materialismo histórico, cuja contribuição se dá na entrada do âmbito indissolúvelmente ideológico da língua e do sujeito:

Se dispuséssemos do tempo suficiente, seria fácil demonstrar a conspiração ideológica que paira, sob o domínio da ideologia burguesa, em torno da noção de *sujeito consciente de si, realidade extremamente problemática* para uma ciência possível ou impossível do homem, mas realidade, pelo contrário, terrivelmente *exigida* pela estrutura de uma sociedade de classes. Na categoria de sujeito consciente de si, a ideologia burguesa *representa* os indivíduos como o que estes *devem* ser, para aceitar sua própria submissão à ideologia burguesa, representa-os como dotados da *unidade* e da *consciência* (...) que devem ter para *unificar* suas diferentes práticas e seus diferentes atos sob a unidade de classe dominante. (ALTHUSSER, 2000, p. 85)

Na releitura do materialismo histórico feita por Althusser há um domínio ideológico capitalista que determina a representação dos indivíduos segundo específicas matrizes e matizes. Esse “como o que estes *devem* ser” é de suma importância para uma das noções — herdada de Michel Foucault, mas reformulada por Pêcheux — mais importantes da Análise do Discurso, a formação discursiva, e por dois motivos: 1) toda formação discursiva está inscrita em uma formação ideológica; 2) a formação discursiva também é um *dever*, mas da mesma forma uma possibilidade. Michel Pêcheux define *formação discursiva* como o

espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (...) aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer* (2009, p. 161)

Ideologicamente inscritas, as formações discursivas então representam aquilo que cada sujeito pode e deve dizer, correspondendo (ou não, uma vez que cada repetição instaura uma diferença em relação às materialidades linguísticas restantes) às “expectativas” de sua relação de classe, de sua formação ideológica. As formações discursivas não têm fronteiras predefinidas, e (con)vivem em choque e solidarização com outras formações discursivas. A sua porosidade de limite fundamenta-se exatamente no caráter ambíguo, equívoco da língua: como as palavras não têm um sentido definido, elas só vão se estabelecendo dentro de formações discursivas que podem estar em contato com outras formações discursivas. A busca do *como* determinados sentidos vão sendo estabelecidos em determinadas palavras através da inscrição do sujeito nas mais variadas formações discursivas é trabalho da semântica, mas não de uma semântica lexical, formal etc.:

Isso corresponde a dizer que a semântica, suscetível de descrever cientificamente uma formação discursiva, assim como as condições de passagem de uma formação a outra, não saberia se restringir a uma semântica lexical (ou gramatical), mas deve procurar fundamentalmente dar conta dos *processos*, administrando a organização dos termos em uma seqüência discursiva, e isso em função das *condições* nas quais essa seqüência discursiva é produzida. (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008)

A semântica discursiva do grupo de Michel Pêcheux trabalha no entremeio, nas contradições da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico, sem negar a importância de cada uma das ciências, mas deslocando conceitos como língua, ideologia, inconsciente e a própria noção de discurso. É a partir desses deslocamentos que Pêcheux, na França, mas também Eni Orlandi, no Brasil (entre tantos outros nomes da Análise do Discurso de linha franco-brasileira), refletem sobre uma questão embrionada no ventre da psicanálise freudiana, que o grupo francês denominará como os esquecimentos nº 1 e nº 2. Eles não correspondem, é bom salientar, a uma ordem hierárquica ou cronológica. São esquecimentos que levam a ilusões, respectivamente um “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009, p. 162) e o outro explica que “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase”, de forma a essa “seleção” resultar em “*um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*” (PÊCHEUX, 2009, p. 161).

Os dois esquecimentos de que Pêcheux trata provocam dois efeitos ilusórios: 1) de que o sujeito é o senhor de seu dizer, de que seu dizer é autônomo, inicial, inaugural — e isso a Análise do Discurso também deve a Althusser, que, como vimos, defende ser esse efeito produto da ideologia burguesa, embora não nos restrinjamos, no dispositivo analítico, a essa FD —; 2) de que há um significado imanente entre as palavras e as coisas, um sentido óbvio e que está à tona, acessível a qualquer um. Esses dois esquecimentos dão sustentação à Análise do Discurso Franco-Brasileira, que postula, segundo Pêcheux duas contraposições às ilusões provocadas pelos esquecimentos: a) “‘algo fala’ (...) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p. 149) e b) “*as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas*” (ibidem, p. 146-147). Em suma: o sujeito não é o senhor de seu dizer porque há outros dizeres que antecedem e ideologicamente definirão o caráter semântico da enunciação e a inscrição do sujeito nas diferentes formações ideológicas; e a polissemia não é um caráter

possível e acessório de algumas palavras e expressões, mas condição necessária para sua existência, sempre afetada pelo complexo interdiscursivo das posições subjetivas.

Visto isso, como o analista busca entender os sentidos que são formulados dentro de formações discursivas em constante enlace? Para a Análise do Discurso, “as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra” (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008). Esse movimento entre diferentes formações discursivas é efetivado por, e essa será outra noção importante ao longo de toda a dissertação, deslizamentos parafrásticos: “As paráfrases, tal como as estou entendendo aqui, ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações linguísticas” (SERRANI, 1997, p. 47). Esses deslizamentos parafrásticos, como já foi colocado, remetem tanto a uma polissemia da língua quanto ao choque e encontro de diferentes formações discursivas. Paráfrase, então, para a Análise do Discurso, não é apenas repetir com outras palavras, mas precisar que, a cada repetição, também há deslocamento; a cada repetição, os sentidos que pareciam óbvios na enunciação anterior mudam, e outros passam a ser óbvios, por uma questão de determinação ideológica e às condições de produção de cada materialidade linguística. Nesse sentido, não apenas repetir com outras palavras, mas também repetir com as mesmas palavras, significa diferente. Isso implica também que se pode dizer o mesmo com uma forma linguística diferente: é a inscrição nas formações discursivas que definirá os sentidos possíveis e/ou determinados em certa forma linguística.

(...) seu sentido [da palavra] se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido” (...) (PÊCHEUX, 2009, p. 147-148)

O que, por exemplo, a linguística chama de discurso direto nunca *reproduz* o sentido da situação linguística anterior. Contudo, Pêcheux não opõe a paráfrase estudada pela linguística à paráfrase que a Análise do Discurso conceitua. Segundo Serrani (1997, p. 27), o autor se concentra num sentido de paráfrase que “destaca a necessária inscrição dos funcionamentos parafrásticos nas formações discursivas historicamente dadas”. É uma forma diferente de se entender a paráfrase, não apenas como um funcionamento sintático, mas como também uma forma de inscrição da língua nas formações ideológicas, e no não controle total do dizer e dos sentidos por parte do sujeito.

Quanto à paráfrase e à polissemia, foi Orlandi, no Brasil, que trouxe uma contribuição no sentido de entendermos de esses dois fatos da língua (e do discurso) de uma forma não tradicional: “é impossível ao autor evitar a repetição já que sem ela seu enunciado não faria

sentido, não seria interpretável. Ele tem pois de se inscrever no repetível” (ORLANDI, 1998, p. 13). Dessa forma, para que haja sentido, o sujeito, não por intenção ou por decisão, inscreve-se no repetível, na rede do que já foi dito. Para que haja sentido numa palavra, aquela mesma palavra já devia ter sentido antes — ainda que os sentidos se modifiquem, num processo de resistência ao já instituído, a resistência deve resistir a algo, no caso, a um sentido dominante. E é nessa relação entre mesmo e diferente, entre um e outro, que Orlandi formula a noção de paráfrase como “reiteração do mesmo” e a noção de polissemia como “produção da diferença”:

- A. O Mesmo: apesar da variedade da situação e dos locutores, há um retorno ao mesmo espaço dizível (Paráfrase);
- B. O Diferente: nas mesmas condições de produção imediatas (locutores e situação) há no entanto um deslocamento, um deslizamento de sentidos (Polissemia). (ORLANDI, 1998, p. 15)

No que tange à horizontalidade e à verticalidade do discurso, deve-se esclarecer que o primeiro é o eixo de formulação do discurso (como se dá a materialização do discurso, o que vai ser chamado de intradiscurso) e o segundo é o de constituição do discurso (que sentidos já estão em jogo quando da formulação, relacionados a uma memória de tudo o que já foi dito e que vai amparar o dizer outro, garantindo que ele tenha também sentido; esse plano é denominado interdiscurso). Na semântica discursiva, não deve haver concentração, e não há preponderância, nem no plano do interdiscurso nem no do intradiscurso, ou seja: não pode haver ênfase na historicidade e nas relações ideológicas das formações discursivas ou na sintaxe e na construção dos enunciados. Nesta dissertação, então, o texto não é entendido e tomado como uma entidade fechada em sentido e construção; tampouco a língua seria formada por componentes intralinguísticos aos quais se somaria um plano extralinguístico à parte (que contemplaria o ideológico, o social etc.). Nada disso: a Análise do Discurso considera o interdiscurso como

o lugar em que se constituem, para um sujeito que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciator se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, por meio das quais o sujeito enunciator dará coerência a seu propósito no interior do *intra-discurso*, da seqüência discursiva que ele enuncia. (GREGOLIN, 2005, p. 3)

Essas considerações sobre interdiscurso e intradiscurso são formuladas na Análise do Discurso por Pêcheux, de forma a sempre vinculá-los:

o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. (PÊCHEUX, 2009, p. 154)

Assim, abandonamos a noção de texto como unidade de análise para perseguirmos, nas análises, a construção dos sentidos nas *seqüências discursivas*, que são sempre um gesto

de interpretação do próprio analista do discurso no intuito de montar um corpus discursivo que atenda à busca da constituição dos sentidos em seu objeto de estudo. Também não podemos deixar de considerar que o efeito causado no âmbito de cada texto é composto de uma ilusão de fechamento, de completude, de coesão, de coerência. Não é com essa noção de texto — ilusória — que o analista do discurso trabalha, mas ele deve levar em conta o efeito textual enquanto forma de (as)segurar os sentidos do próprio texto em seu lugar, em sua estabilidade. Vejamos em Orlandi (2001) e em Lima (1990):

Para o leitor, [o texto] é a unidade empírica que ele tem diante de si, feita de som, letra, imagem, seqüências com uma extensão, (imaginariamente) com começo, meio e fim e que tem um autor que se apresenta em sua unidade, na origem do texto, “dando”-lhe coerência, progressão e finalidade.

No entanto, se vemos no texto a contrapartida do discurso — efeito de sentidos entre locutores — o texto não mais será uma unidade fechada nela mesma. Ela vai-se abrir, enquanto objeto simbólico, para as diferentes possibilidades de leituras que, a meu ver, mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com “falhas”, com “defeitos”. (ORLANDI, 2001, p. 64)

Dizer, porém, que há “texto” no discurso não quer dizer que o discurso se apresente como uma “armadura” ou que procuramos tirar deles leis de desenvolvimento ou uma estrutura global; quer dizer que consideramos o discurso como um espaço de reformulações, de encadeamentos, de dispersões de repetições, de desconexões. (LIMA, 1990, p. 21)

A paráfrase pode atuar nas seqüências discursivas como uma repetição que instaura o mesmo sentido quando se diz de forma diferente. Mas existe um processo de que já tratamos em que os sentidos se deslocam, deslizam. É, conforme anteriormente apresentamos, a polissemia. Paráfrase e polissemia são duas noções fundamentais para a compreensão dos funcionamentos discursivos, cujos (per)cursos também são levados em conta pelo analista. Funcionamento discursivo, para a Análise do Discurso, é “a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas. Sem esquecer que, no discurso, trata-se do jogo de formações imaginárias” (ORLANDI, 1996, p. 197), assim, não se trata das relações entre sujeitos empíricos, palpáveis; mas das posições discursivas ocupadas e de dizeres que se dão num continuum, sem cessar, num ir e vir de sentidos chocando-se, filiando-se, resistindo, deslocando-se. Ainda segundo Orlandi,

a produção da linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o *parafrástico* e o *polissêmico*. Isto é, de um lado, há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado — a paráfrase — e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é uma manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. (...) A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado. (ORLANDI, 1996, p. 27)

Para o analista do discurso, os sentidos não estão *in loco*, portanto não há uma denotação entre o sentido, as palavras e o que outras teorias chamam de “realidade”, de “factualidade”. Muitas vezes é do funcionamento discursivo a cristalização, a domesticação, a pasteurização, o efeito de obviedade desses mesmos sentidos. Também é por isso que, nas análises, sempre há uma *translação* de sentidos na linguagem, suscitando dois

direcionamentos com essa palavra: a) como a Análise do Discurso coloca, “pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível ‘outro’ mas que constitui o mesmo (...) o mesmo já é produção da história, já é parte do efeito metafórico” (ORLANDI, 2004, p. 81), então metáfora se torna um dos sentidos de translação; b) é da língua o deslocamento, tal como é dos astros a translação, também um movimento regido, determinado por muitas variáveis físicas, mas que é suscetível de mudança quando do encontro com *outras* variáveis.¹ Cabe acrescentarmos aqui que, para a Análise do Discurso, a metáfora não se trata de um movimento em que o “sentido original” de determinada palavra/expressão é suplantado por “significado outro”, “impróprio”, “derivado”. Pêcheux (2009) reconhece como necessário pensar na metáfora como um processo ideológico em que há a ilusão de que existe um sentido próprio, mas que, no movimento das formações discursivas, os sentidos se modificam; na repetição, o sentido nunca é o mesmo. A metáfora deve ser compreendida como

processo sócio-histórico que serve como fundamento da “apresentação” (*donation*) de objetos para sujeitos, e não como uma simples *forma de falar* que viria secundariamente a se desenvolver com base em um sentido primeiro, não-metafórico, para o qual o objeto seria um dado “natural”, literalmente *pré-social* e *pré-histórico* (PÊCHEUX, 2009, p. 123)

Os dizeres têm memórias, os sentidos dos dizeres são determinados por essa memória. Aliás, os dizeres *só* apresentam sentido nas mais diversas formações discursivas graças à sua historicidade, ao estabelecimento de sentido que é definido ideologicamente — em que pode haver resistência, o que é previsto pela Análise do Discurso Franco-Brasileira. Este campo traz também o conceito de interdiscurso, no plano de constituição do discurso, que dá conta de tudo o que já foi dito, de uma memória do dizer, do próprio embate entre as formações discursivas.

Começa a fragmentar-se a idéia de máquina estrutural fechada, na medida em que por meio da noção de *interdiscurso* irrompe, na análise, “o exterior específico” de uma FD, concebida como constitutivamente composta por elementos que provêm de fora — isto é, de outras FD — e esses elementos fornecem-lhe suas evidências discursivas fundamentais. (SERRANI, 1997, p. 26)

Falar de ideológico, em Análise do Discurso, é se referir ao efeito de evidência e obviedade promovido por determinado dizer. De outra forma: ideologia é aquilo que faz o sujeito pensar “é claro que é isso, é claro que é assim”, e não de outra forma. A interpretação é a forma como essa evidência se dará ao sujeito, daí Orlandi considerar que ela é um gesto que indica um “vestígio do possível”: diante da polissemia inerente à língua, a ideologia aponta um, ou poucos sentidos, numa relação que aponta mesmo para o apagamento — o sentido desaparece naquela formação discursiva — ou o silenciamento de outros sentidos — o

¹ Mesmo o movimento de translação planetário está sujeito a forças de diferentes ordens, embora seja determinado por *condições de produção* na maioria das vezes constantes.

sentido está lá, mas não pode nem deve ser dito, visto que é impedido pela formação discursiva.

Sendo o objetivo desta dissertação verificar como se dá a constituição de sentidos sobre língua, variedade linguística, norma linguística/social — e suas relações com os sentidos de classe social — nas tecnologias de gramatização (conforme serão definidas), no jornalismo e numa certa literatura documental denominada não ficção, toda essa perspectiva contribuirá ao meu trabalho. Também é necessária uma breve reflexão sobre o que a Análise do Discurso entende por variação linguística, além de uma explicação sobre o projeto História das Ideias Linguísticas.

1.1. **A variação para a Análise do Discurso, a prática da redução de variedades na gramatização, a metaenunciação**

Temos visto que, segundo a Análise do Discurso, há sentidos que são possíveis em determinadas formações discursivas e sentidos que são evitados e/ou silenciados e/ou apagados. O que não discutimos até agora é que também as formas linguísticas são determinadas ideologicamente. Ainda que pareça não haver muito por que acrescentar isso, uma vez que a forma também faz sentido segundo a Análise do Discurso (já dissemos que as paráfrases encerram sentidos novos a cada manifestação da língua), é proveitoso compreender que a relação não é tão simples assim. Agustini (2004) esclarece sobre os sentidos na variedade linguística abaixo, e explica como se dão os juízos de bom e mau comportamento linguístico:

as fronteiras [entre o *bom* e o *mau comportamento linguístico*] não estão determinadas por propriedades que constituem os subconjuntos como argumenta a gramática, mas por relações entre lugares sociais de locutor específicos e a construção da língua nacional, o que faz da representação da divisão (das possibilidades de dizer) em conjuntos uma divisão imaginária. (AGUSTINI, 2004, p. 95)

Uma das questões colocadas neste trabalho é a da constituição dos sentidos de variedade linguística nas gramáticas, nos dicionários e nos manuais de redação. Um dos campos da linguística em que há pesquisas significativas sobre a variedade é a sociolinguística variacionista de William Labov. Apresentaremos brevemente esse campo de estudos aqui por dois motivos: a) ele será uma área que caucionará o discurso gramatical e também o dicionarístico (nesse último, inclusive em forma de rubricas nas definições das palavras); b) para a Análise do Discurso, seu conceito de variedade servirá como uma das noções que darão base para Orlandi tratar da questão da heterogeneidade linguística.

Quando à sociolinguística variacionista, concentro as atenções aqui à teoria formulada pelo norte-americano William Labov. Esse campo da linguística é tributário dos estudos

labovianos, com uma grande ênfase em que nenhuma linguística poderia ser um campo de estudos e saber bem-sucedido sem levar em conta o social (LABOV, 2007, p. 13), social este mantido à parte e muitas vezes excluído dos estudos linguísticos desenvolvidos até a década de 1960 — hermeticamente fechados não apenas na *langue*, mas nas abstrações dos próprios linguistas, sem muita relação com a sociedade e com os indivíduos (LABOV, 2009).

Análise do Discurso Franco-Brasileira e Sociolinguística laboviana, entretanto, entendem diferentemente língua e sociedade. E isso vai definir o que Orlandi entenderá como heterogeneidade linguística. A saber, esse conceito se concentra em um princípio da Análise do Discurso em que nos fundamentamos aqui: a língua não pode se separar do social, considerando-o uma exterioridade; ela é a base material do discurso, em seu funcionamento e sua constituição, sendo o discurso o lugar de contato com a ideologia. Essa percepção permite — indo além do entendimento sociológico e do linguístico — um deslocamento do “conceito de língua em sua autonomia absoluta (como é vista na lingüística) para a autonomia relativa (pensando a materialidade histórica)” (ORLANDI, 2007, p. 17). A língua, com isso, não pode nem deve se separar do social. Já na sociolinguística, de certa forma há uma continuidade do entendimento de *língua* como sistema, código que permite a compreensão mútua, embora a forma como se dê o entendimento idiomático comum entre as comunidades linguísticas não seja mais o mesmo elaborado pela linguística estrutural.

Segundo Cohen (2008), Pêcheux compreende que “O foco [na] ‘lingüística da língua’ acaba por criar uma língua, por mais diversificada que seja, quase que utópica, fictícia” (p. 225), daí sabermos que o objeto do autor é o discurso, contrário às correntes da linguística que se desenrolavam até então, fincadas ora na *langue*, ora na *parole*. “Segundo o autor [Pêcheux], na verdade, a variabilidade reconhecida e trabalhada pela sociolinguística e pela etnolinguística da época não é suficiente para opor as diferentes modalidades de interação social à abstração gramatical” (COHEN, 2008, p. 225). Dessa forma, o avanço da sociolinguística seria um passo necessário, mas que não dá conta de todo o aspecto social da língua.² Não obstante, ainda que os diferentes campos de estudos relacionem e compreendam diferentemente língua e sociedade, podemos reconhecer que há, sim, a partir do momento em que ambas as ciências se afastam da *langue* saussuriana, uma aproximação, mas também que não deixa de haver um afastamento também entre si, quanto às noções de língua e de

² A ilusão, todavia, de um *corpus* e de um *objeto total* é um sentido que percorre diversos campos da linguística, postulando que suas respectivas teorias científicas esgotam determinadas temáticas. É o caso, por exemplo, do funcionalismo, especificamente, de André Martinet, no livro *Elementos de lingüística geral*, afirmando a linguística como a ciência que estuda a linguagem sem nada dela excluir.

heterogeneidade. Para a sociolinguística variacionista laboviana língua e sociedade são correlatas, trabalham de forma paralela; para a Análise do Discurso Franco-Brasileira, há uma construção conjunta: o social, a exterioridade, a ideologia — que não se traduz como um conjunto de ideias: “1. não existe prática, a não ser através de *uma ideologia*, e dentro dela; 2. Não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 1996, p. 147) — são constitutivos e se constituem no discurso, uma vez que o discurso pode ser definido como “um objeto social cuja especificidade está em que sua materialidade é lingüística” (ORLANDI, 2004, p. 27).

Para a sociolinguística de Labov, é fundamental incluir o social em seus trabalhos; algo totalmente externo ao que se entende por língua nas perspectivas da linguística pré-anos 1960. Labov explicita: “Ao longo dessas discussões [sobre a avaliação social das variantes linguísticas, por exemplo], vemos diversas referências àquilo que o lingüista pode ou não pode fazer *enquanto lingüista*” (2008, p. 14). Ainda assim, quando comenta as referências fundamentais em seu trabalho, Labov não nega que se filia, também, ao campo desses mesmos linguistas: “Mais do que qualquer outra coisa, me beneficieei da calma convicção de Weinreich de que estávamos nos movendo no rumo que uma lingüística racional e realista inevitavelmente deveria tomar” (2008, p. 15), e isso acarreta, embora haja uma mudança nos estudos linguísticos a partir da sociolinguística, uma continuidade no que se pode chamar de “científico” na linguística — ainda que haja toda uma discussão procedimental sobre uma possível nova metodologia a ser usada na disciplina a partir de então. Esse caráter de pertencimento, de filiação à linguística da sociolinguística permitirá que ela seja uma ciência que corrobora o discurso gramatical, mesmo quando esse discurso faz uso de noções como variação para trazer sentidos de superioridade à variedade eleita como norma e língua oficial de uma nação.

Para Orlandi, a partir de Labov, a sociolinguística se define como *uma* linguística (1996, p. 112), e ainda pontua algumas diferenças. Em outras palavras: na sociolinguística laboviana, a relação entre o social e o linguístico é tratada como um reflexo, numa análise da linguagem no *contexto*; na Análise do Discurso, as condições de produção — que podem ser entendidas como o que define e determina um discurso, ou seja, sua localidade, a data, o enunciador etc.; mas também como as relações ideológicas e os dizeres outros que vão determinar tal discurso, em sua historicidade — são pe(n)sadas como constitutivas do discurso. Conforme Pêcheux, Haroche & Henry (2008), sobre a relação entre sentido e condições de produção e também sobre a importância da noção de condições de produção para o analista do discurso:

o laço que une as “significações” de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações. (...) Chamaremos de “semântica discursiva” a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, essa análise que leva em consideração o elo que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais deve ser referido). (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008)

Sendo assim, faz parte de nossa reflexão necessária à análise discursiva das gramáticas, dicionários, manuais de redação etc. uma breve apresentação da sociolinguística variacionista, que faz parte das condições em que o discurso gramatical, dicionarístico, de manuais é produzido. Mesmo quando a sociolinguística não está caucionando o discurso, isso já importa, visto que não é trabalho do analista buscar a relação causa-efeito no seu corpus, mas principalmente o processo de constituição de sentidos em que a presença de outros discursos/discursividades é levada em conta, como também a falta, a ausência, o silêncio.

O grupo de Pêcheux, no final dos anos 1960, começo dos anos 1970, também tentava virar a mesa e, por que não, fazer uma intervenção política nos estudos sobre a linguagem. Segundo ele, que se detém no tema na introdução do livro *Semântica e discurso* (1988, 2009), havia três grandes tendências linguísticas naquela época, que se opunham entre si: 1) formalista-logicista, estabelecida sob o primado de Chomsky; 2) histórica, que se iniciara no final do século XIX, com Ferdinand Brunot e Antoine Meillet (donde derivam-se a *etno-*, a *geo-* e a *sociolinguística*); 3) voltada à *parole*, tendo como temas centrais a enunciação, a performance, a mensagem, o texto, o discurso etc. (os nomes mais proeminentes dessa tendência seriam Roman Jakobson, Émile Benveniste, Oswald Ducrot, Roland Barthes, Algirdas Julien Greimas e Julia Kristeva). Com *Semântica e discurso*, Pêcheux não pretende inaugurar uma quarta tendência para resolver as contradições das outras três, tampouco excluir os aspectos linguísticos da Análise do Discurso: “convém dissipar imediatamente um outro equívoco possível, que consistiria em deduzir (...) que a língua desaparece como realidade autônoma, que a lingüística deve ceder o lugar ao materialismo histórico (...)!” (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008). O que se convencionou chamar de Análise do Discurso de tipo francesa, iniciada nos anos 1960 por Jean Dubois, uma “disciplina transversal em formação”, “foi fortemente marcada pela conjuntura epistemológica” (PÊCHEUX, 1988, p. 12) da época, caracterizada por uma hegemonia da Gramática Gerativo-Transformacional e por uma articulação entre as ideias contidas nas obras de Marx, Freud e Saussure. Sendo assim, a Análise do Discurso se enquadra como uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 2004), não interdisciplinar, que, sem tentar *superar* suas antecessoras, pesquisa em meio a suas contradições. Além de tudo, Pêcheux e seus colegas admitiram existir um objeto complexo aos sociolinguistas, mas reconheceram que por si só seu objeto deixava em

segundo plano um aspecto fundamental, que engendra língua e sociedade, como também linguagem e política: a semântica.

Para evitar todo e qualquer equívoco e ainda que nos rendamos a ele, coloquemos claramente desde já que não se trata de negar a existência de diferenças fonológicas, sintáticas e morfológicas entre classes ou camadas sociais. O destaque atribuído a essas diferenças é objeto da maior parte dos trabalhos em sociolinguística. Exceto o fato de que certo número desses trabalhos parecem ter tido por objetivo real demonstrar o caráter supostamente primário da linguagem das “classes inferiores” (ver entre outros: Schatzman, L. e Strauss, A. Classes Sociais e Modos de Comunicação. *American Journal of Sociology*, n. 60, 1954, p. 329-38) o simples fato de colocar o problema em termos de diferenciação da língua privilegia os aspectos fonológicos, sintáticos ou morfológicos em detrimento dos aspectos semânticos. (PÊCHEUX, HAROCHE & HENRY, 2008)

Esses estudos sociolinguistas que demonstram o “caráter supostamente primário da linguagem das ‘classes inferiores’”, como vimos na citação acima, não deixam de corroborar posições gramaticais que subalternizam determinadas variedades linguísticas, mas essa é uma questão de que trataremos adiante. As gramáticas dão diferentes tratamentos à variedade, e se apoiam em diversos campos da linguística para corroborar sua noção de norma, de correção, de língua comum. Existe inclusive um projeto franco-brasileiro que articula pesquisas sobre Análise do Discurso e sobre Gramatização, chamado História das Ideias Linguísticas. No Brasil, esse projeto é encabeçado por Eni Orlandi, e na França, por Sylvain Auroux. Um dos objetivos é entender como o processo de gramatização sempre funciona como um gesto interpretativo sobre a língua e sobre os sujeitos que se imaginam associados a essa mesma língua, com sólido apoio nessa história das ideias que não toma documentos como verdade, mas como constituintes vinculados ideológica e necessariamente a um momento histórico.

As gramáticas partem de uma prática de fixação da língua, silenciando algumas variedades, como temos visto. Essa prática é chamada gramatização, conforme definida por Sylvain Auroux (2001, p. 65): por ela uma língua vai reduzir seu espaço e suas possibilidades de variação. Para Auroux, “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Dessa forma, esses dois pilares não são entendidos como compêndios em que a língua é reproduzida refletindo sua estrutura, mas como modos de fixação da forma linguística. E essa tentativa ilusória de fixação não termina neles...

O processo de gramatização, apesar de ser iniciado com o surgimento de gramáticas e dicionários, não se restringe apenas a essas tecnologias de gramatização. Isso porque, à medida que a língua se move, se desloca, avança no tempo, muitas vezes vê-se a modificação, sempre política e vinculada a formações ideológicas, dos próprios instrumentos de gramatização. O processo de gramatização, como Auroux (2001) teoriza, “nunca termina”:

Deve-se fazer começar a gramatização com o aparecimento do primeiro saber metalingüístico de uma língua dada (por exemplo, quando se começa a citar palavras ou expressões em um texto de uma outra língua). É, no entanto, preciso que este aparecimento seja a primeira margem significativa de uma série que se prolonga sem muita solução de continuidade até a redação de gramáticas e dicionários. (...) De direito, o processo de gramatização nunca termina, porque, de um lado, as línguas evoluem, e, de outro, é difícil definir até onde pode-se levar o processo de gramatização, cuja extensão foi muito variável segundo as línguas. (2001, p. 73-74)

Sendo assim, nesta dissertação não apenas gramáticas e dicionários serão considerados instrumentos de gramatização, mas também outras tecnologias que, com suas fixações sobre a língua, sobre a norma e o silenciamento/apagamento de variedades, constituirão um saber sobre a língua. É o caso dos manuais de redação e estilo jornalístico, abordados no capítulo 4 desta dissertação. Ao fixar a língua que é trazida nos jornais, recomendando, traçando diretrizes, constituindo sentidos do profissional jornalista a partir da língua do jornal que esse mesmo profissional deve “usar”, os manuais de redação serão instrumentos de gramatização.

Para a análise desses manuais, mas também das gramáticas e dicionários, as noções de língua fluida e língua imaginária, formuladas por Orlandi, serão significativas. Em linhas gerais, esses caros fundamentos podem ser ilustrados partindo de uma questão simples: a língua da gramática é a língua falada nas ruas? Ou a língua da gramática é fixada segundo um determinado imaginário sobre a “variedade em melhores condições” de ser a norma? Para Antonio Gramsci,

(...) existe também, de fato, ou seja, ainda que não escrita, uma (ou mais) gramática “normativa”, constituída pelo controle recíproco, pelo ensinamento recíproco, pela “censura” recíproca, que se manifestam nas perguntas “O que você entendeu ou quer dizer?”, “Explique-se melhor”, etc., com a caricatura e a ironia, etc. Todo este conjunto de ações e reações conflui no sentido de determinar um conformismo gramatical, isto é, de estabelecer “normas” e juízos de correção e de incorreção, etc. (GRAMSCI, 2002, p. 142)

Esse controle recíproco, ensinamento recíproco, essa *censura* promovida em relação a determinadas variedades sobre os quais testemunha Gramsci fazem parte de uma imagem que se tem sobre a norma, uma imagem repleta de sentidos sobre os sujeitos que também falam determinadas variedades e sobre os sujeitos que se “adéquam” mais à norma. A língua impressa na tinta da gramática e dos dicionários não é a língua fluida, mas uma língua imaginária, tal como a dos manuais de jornalismo:

considerando a língua imaginária como produto da intervenção dos instrumentos lingüísticos sobre a língua fluida, os mecanismos de sustentação desses instrumentos lingüísticos encontram-se nas diversas formas de práticas político-lingüísticas. Essas comparecem em espaços de dizeres e saberes sobre a língua. (MARIANI & MEDEIROS, 2007, p. 131)

Dizemos que a língua do jornal é uma língua imaginária porque, conforme define Eni Orlandi, há várias formas de se formular uma língua desse tipo:

A *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas. (...) De seu lado [da língua fluida], os modelos de sistematização, fundados nos estudos lingüísticos (gramaticais), produzem suas obras, objetos-ficção não-contextualizados, que chamamos línguas imaginárias: línguas-sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas.

No entanto, há vários modos de produção da língua imaginária, e seus produtos são bastante diferentes: a língua-mãe (o indo-europeu), a língua ideal (a lógica), a língua universal (o esperanto), a língua-de-base (*basic english*), assim como, em nosso caso, o tupi jesuítico e a língua nacional (o português *standard*). (ORLANDI, 2008: 86-87)

O manual de jornalismo como instrumento linguístico apoia-se, sustenta-se, no jornal, que é uma prática político-linguística, e não deixa de intervir sobre a língua fluida. A Análise do Discurso compreende essa dicotomia língua fluida x língua imaginária como uma oposição entre a língua que não se deixa conter pelas regras, assim dotada de heterogeneidades de formas e de sentidos — a língua fluida — e a língua que é moldada segundo regras, diretrizes; aquela cuja “liberdade de variação”, como colocado por Auroux, é diminuída depois de um processo de fixação de formas e sentidos. Sendo assim, os manuais de jornalismo, em sua definição de como deve ser escrito um texto jornalístico e de que estruturas e palavras devem ser evitadas, imprimem uma língua imaginária em suas páginas. Salientamos que existem inúmeras línguas imaginárias e que o modo como se vão construir sentidos sobre a forma impressa nos instrumentos de gramatização é resultado de uma inscrição em determinada(s) formação(ões) discursiva(s).

Portanto, qualquer maneira de intervenção linguística sobre a língua fluida, atingindo uma fixação de sentidos e de formas, deve ser entendida como instrumento de gramatização e, de igual maneira, produção de uma língua imaginária. Os manuais de redação e estilo jornalístico não poderiam ser diferentes. Voltamos à questão da variação: a gramatização, como posto no título deste subcapítulo, se apresenta como uma prática de reduzir variedades.

Em um espaço linguístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções tecnológicas, a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as descontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o “bom uso” vai reduzir esta variação. (AUROUX, 2001, p. 69)

Quando estudamos o conceito de gramatização, não podemos considerar esse “bom uso” como um valor absoluto, mas como um sentido interdiscursivo, que conta com uma memória. Falar de bom uso da língua, ou, como pôs Agustini (2004) a partir de Zoppi-Fontana (1999), bom comportamento, é falar também de um sentido de valorização que não é exclusivo à língua, mas às normas em geral. E falar de norma é falar de gestos interpretativos subjetivos de eleição, seleção e produção de formas.

Outra autora que contribuirá com este trabalho é Authier-Revuz, por seus estudos sobre a ilusão de fixação de sentidos através da metaenunciação. Essa linguista faz do esquecimento nº 2 de que Pêcheux fala seu objeto de pesquisa. Em outras palavras, a não imanência do sentido das palavras é o que traz em suas análises e investigações, e através de um estrato que diz respeito não à metalinguagem, mas ao que chamará metaenunciação, do retorno das palavras sobre si mesmas:

“Não existe metalinguagem”, isto é, não existe lugar exterior à linguagem a partir do qual pudéssemos tomá-la, sentido e enunciação, por objeto... mas existe – e não seria Lacan, meta-enunciador impenitente, que estaria aqui inscrito subliminarmente –, do interior da linguagem e do dizer, retorno reflexivo do enunciador às suas próprias palavras; há um estrato metalingüístico, no qual se inscreve o movimento reflexivo, segundo o qual “nós só podemos retornar deixando-nos levar sempre para frente” (LACAN, 1966, p. 271), portanto, aquele estrato do dizer que se volta sobre nossas palavras através de outras palavras mais. (AUTHIER-REVUZ, 2008, p. 2)

O retorno das palavras sobre si mesmas, comentando as anteriores, fixando os sentidos, permite que tenhamos acesso não ao sentido original — impossível — das palavras, mas que percebamos quão polissêmicas são, de fato, as línguas e suas unidades de sentido:

Essas palavras **porosas**, carregadas de discursos que elas têm incorporados e pelos quais elas restituem, no coração do sentido do discurso se fazendo, a carga nutriente e destituente, essas palavras **embutidas**, que se cindem, se transmudam em outras, palavras caleidoscópicas nas quais o sentido, multiplicado em suas facetas imprevisíveis, afasta-se, ao mesmo tempo, e pode, na vertigem, perder-se (...). (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 26)

Authier-Revuz em suas pesquisas trabalha com o conceito de heterogeneidade enunciativa, demonstrando que não há unidades de sentido com sentidos isolados; existe inevitavelmente um outro nas unidades. Essa teoria está totalmente relacionada à questão do interdiscurso, dado que, segundo ambas as noções — heterogeneidade enunciativa e interdiscurso — quando se diz, algo, da ordem do outro, já fala de alhures, já está lá; já há sentidos em jogo em qualquer palavra, e esses sentidos serão definidos pela formação discursiva em que o sujeito se inscreve ao enunciar, embora muitas vezes o sujeito se imagine como senhor de suas palavras e controlador de seu dizer — daí ilusoriamente fixando sentidos, comentando seu dizer de forma a apagar aquilo que é indesejável.

Buscando entender como se constituem os sentidos sobre a língua dos países colonizados, Orlandi pensa tanto na heterogeneidade sistêmica pesquisada pela sociolinguística laboviana (falar em heterogeneidade para essa corrente é falar de variedade) quanto na heterogeneidade enunciativa de Authier-Revuz (em que há sempre um *outro* presente no *um*), e chega ao conceito de heterogeneidade linguística. Para Orlandi, há heterogeneidade linguística

toda vez que, no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria dupla. Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas — as que se falam na América Latina e na Europa — porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a “mesma” língua, mas falamos diferente. Consideramos, pois, a heterogeneidade linguística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do “mesmo”: o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. (ORLANDI, 2005)

A preocupação de Orlandi, com esse conceito de heterogeneidade linguística, é entender o processo de significação das línguas: como numa língua que se diz a *mesma* há historicidades que a vão cindir. Sendo assim, o português brasileiro, por não ter se formado com a mesma historicidade do português português, já é diferente da língua europeia, embora

muitas vezes ambas sejam tomadas como a mesma língua. Alargaremos aqui a noção de heterogeneidade linguística também como o lugar de significação imaginária de determinada língua como unitária, ou de determinada variedade linguística como ocupando o lugar de outra variedade. Entendendo: trataremos, no capítulo 5, da língua imaginária dos jornais populares, que muitas vezes se afirma como a própria língua popular. Lá traremos a noção de heterogeneidade linguística para discutir as distintas historicidades que constituíram a língua imaginária do jornal popular, bem como a relação imaginária que a instituição jornalística estabelece com seu leitor — o que será efetivado através da língua.

Outro autor pertinente a este trabalho é Eduardo Guimarães (2004). Sua proposta é trazer como os sentidos sobre língua no Brasil, diante da constituição nacional e do estabelecimento da língua ensinada nos colégios, são ordenados. Trata-se de “poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram, ou ganharam contornos específicos” (p. 13). Esse acompanhamento do processo de constituição de determinados conceitos, noções e categorias — como a oposição entre variedade e norma — só poderá ser feito com base num estudo da historicidade dos períodos de estudos da linguagem no Brasil. Mediante a periodização dos estudos da linguagem que Guimarães elaborou, enquadrámos os autores que constituirão o corpus do discurso gramatical analisado nesta dissertação.

Pontuando brevemente, os períodos que Guimarães estabelece quanto aos estudos linguísticos no Brasil, pode-se resumi-los em:

- a) Primeiro Período — ainda não há estudos sobre língua portuguesa feitos no Brasil, e toda produção de estudos sobre a linguagem é importada de outros países, principalmente Portugal. Este período termina com a entrada das ideias românticas no Brasil, com os sentidos de independência e a valorização do nacional. É ainda incipiente a produção bibliográfica mesmo portuguesa sobre a gramatização brasileira do português. Contudo, é no Primeiro Período que essa produção, ainda que escassa, surge:

Este tipo de produção faz parte do que considerei o recorte histórico que se caracteriza por tratar da especificidade do português do Brasil (...). Posição que aparece neste primeiro período, se configura no segundo e se desenvolve segundo condições particulares nos períodos subsequentes. (GUIMARÃES, 2004, p. 28)

Portanto, é desse período o surgimento embrional de um estudo sobre o português do Brasil, ainda não intensificado;

- b) Segundo Período — a partir do final do século XIX, começam os estudos de linguagem no Brasil, ainda que se “mantenham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 28), com ênfase no

português do Brasil. Este período é iniciado com a publicação da gramática de Júlio Ribeiro, em 1881, e é o novo Programa para os Exames Preparatórios que, segundo Guimarães, “catalisa o processo de gramatização brasileira do português” (2004, p. 29), visto que as gramáticas produzidas procuram atender a ele. A relação entre instituição escolar e produção de gramáticas engendra um movimento de dicotomia entre o purismo e o estudo do português nacional. Essa polarização é caucionada por duas teorias: o purismo, pela gramática filosófica; o estudo do português nacional, pela linguística histórico-comparativa;

- c) Terceiro Período — inicia-se nos anos 1930, com a fundação dos cursos de letras no Brasil. Eles “passam a constituir-se em espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, que estavam, até então, ligadas fundamentalmente à língua do Estado (Língua Nacional), a um padrão literário e ao ensino” (GUIMARÃES, 2004, p. 31). É neste período que os estudos de Joaquim Mattoso Camara Jr. iniciam sua contribuição à linguística nacional, tendo um de seus livros como “um dos marcos no Brasil do deslocamento do objeto da lingüística da *língua nacional* para a *língua*” (GUIMARÃES, 2004, p. 32). Esse é o momento em que, ainda segundo Guimarães, “A cena brasileira (...) inclui, de um lado, um novo pensamento lingüístico e mantém, de outro, a antiga e clássica concepção de gramática como arte de ensinar a falar e escrever corretamente (ou seja, como norma)” (2004, p. 35). Este período é marcado por uma entrada das contribuições dos estudos científicos em linguística no Brasil, mas também pela permanência na questão da norma como aspecto central nas gramáticas, sobretudo quando em face do ideal de unidade linguística entre Brasil e Portugal.
- d) Quarto Período — a linguística, nesse momento (anos 1960 até hoje), passa a fazer parte obrigatória dos currículos dos cursos de letras, com uma abertura das perspectivas nos estudos da linguagem. Também é característica neste período a abertura de cursos de pós-graduação em linguística em diversas regiões do país, embora esse movimento muitas vezes não tenha sido fomentado pelas condições políticas a partir de 1964, com a ditadura militar. Data ainda deste período a concentração de determinadas contribuições da linguística nas diferentes instituições. Em outras palavras, houve, por exemplo, uma maior contribuição da linguística norte-americana nas universidades cariocas, e da linguística europeia nas universidades paulistas. Ainda concomitantes a este período, que se estende até hoje, são reeditadas três gramáticas que também estiverem presentes na consolidação da NGB no Brasil: a

de Evanildo Bechara, a de Celso Cunha (agora em coautoria com o português Lindley Cintra) e a de Rocha Lima. Essas reedições em alguns momentos são afetadas pelos trabalhos científicos mais recentes em linguística, em especial às pesquisas que vinham sendo feitas com a gradual consolidação dos cursos de pós-graduação. Importante por isso notar que as pesquisas linguísticas — nas mais diversas áreas (GUIMARÃES (2004, p. 39-41) enumera perspectivas não normativas na gramática, trabalhos de semântica, de sociolinguística, de linguística histórica, de Análise do Discurso, de semiótica, de pragmática, de história dos estudos da linguagem, de línguas indígenas, entre outros) — são, neste período, concomitantes a uma continuidade dos estudos normativos sobre o português, como forma de “continuidade das gramáticas práticas (para usar um termo de Said Ali) e dos dicionários” (GUIMARÃES, 2004, p. 41), em que se incluem as reedições das gramáticas de que falamos.

Nesses quatro períodos, Guimarães vai articulando acontecimentos às abordagens sobre língua, e mostra as filiações de sentido, as contribuições, os autores que fundamentam cada período etc. A este nosso trabalho, a periodização promovida por Guimarães interessa porque inclui os estudos gramaticais e os linguísticos como diferentes formas de se estudar a linguagem/língua. Também é notório que existe uma interligação de gramática e linguística. O discurso científico promovido pela linguística pode funcionar como forma de caucionar o discurso gramatical. Como nesta dissertação também procuraremos entender como se constituem os sentidos sobre norma e variedade linguística em diferentes lugares discursivos, faz parte das condições de produção dos discursos dos instrumentos de gramatização a forma como a língua foi entendida, pesquisada, estudada e tomada em cada período histórico.

O quadro teórico aqui exposto será retomado e retrabalhado ao longo de nossas análises e reflexões, que serão iniciadas no capítulo 2. A partir de agora, nos colocaremos algumas questões que dizem respeito à constituição de sentidos que possivelmente trasladam de língua/norma/variedade para classe social e mesmo norma social. O próximo capítulo será dedicado à análise do *Dicionário de linguística e gramática*, de Mattoso Camara Jr. Buscaremos, de agora em diante, compreender como os sentidos sobre norma, variação e erro se constituem nos instrumentos de gramatização. Para isso, a análise não se concentrará em apenas um *corpus*, mas em *corpòra* distintos que, ao tratarem da variedade linguística (ou se alienarem dela), constituirão sentidos inscritos em determinada(s) formação(ões) discursiva(s).

2. A NORMA E O ERRO EM CAMARA JR.

A ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme as posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece como evidente, ie, natural para ele enunciar daquele lugar. O sujeito se imagina uno, fonte do dizer e senhor de sua língua; do mesmo modo, parece-lhe normal ocupar a posição social em que se encontra. O funcionamento ideológico provoca as ilusões descritas: apaga-se para o sujeito o fato de ele entrar nessas práticas histórico-discursivas já existentes. (Bethania Mariani, 1998, p. 25)

Qualquer estudo sobre a língua se debruça sobre um objeto movediço, cujas características — em todos os sentidos — podem parecer transparentes, visto que a(s) língua(s) é(são) falada(s) em todo o mundo, então cada falante julga-se um pouquinho conhecedor do código com que se comunica (e, ah, se o mistério terminasse no código e na comunicação... seria uma pena!). E esse transparente se alinha a um efeito ideológico. Na epígrafe inicial desta Primeira Parte, citada logo nas primeiras páginas deste trabalho, Murilo Mendes, ao narrar o drama pessoal de um articulista que quer usar uma língua “bem cuidada” — com direito a consulta detalhada ao dicionário e à própria Academia Brasileira de Letras —, nos presenteia com pelo menos uma das dificuldades do estudioso da língua: o critério para definição daquilo que é o *certo*, evitando o *errado*. Meu compromisso, nesta dissertação, é também produzir um saber sobre a língua, então essa questão tão bem-emoldurada por Mendes cairá como uma luva para nossas reflexões e análises. Para sanar a dúvida sobre o *certo* e o *errado*, o estudioso recorre a outros estudiosos que tenham seu nome legitimado na área de pesquisa. Mattoso Camara Jr. é um desses nomes, sempre autor-base da bibliografia dos cursos de letras, sobretudo nas cadeiras de língua portuguesa e linguística; onde os alunos “aprofundam” seus conhecimentos exatamente sobre o que é *certo* e o que é *errado*. Neste capítulo, também buscaremos entender não o que é o certo e o que é o errado em português, mas como os sentidos sobre essas noções, na língua portuguesa, vão sendo produzidos no discurso do *Dicionário de lingüística e gramática*, do referido autor.

Para o analista do discurso, dicionários e gramáticas são instrumentos de gramatização, tal como formulado por Aurox (1992), e necessariamente produtos de gestos interpretativos no discurso sobre a língua; subjetividade essa que (se) entende como normal — e... normativa(os) quanto às regras e quanto ao léxico. A partir disso, cabe nossa questão neste capítulo: Como se dá o funcionamento dos sentidos sobre *variação*, *norma* e *erro* que

vão sendo articulados no *Dicionário de lingüística e gramática* de Mattoso Camara Jr. (1988; primeira edição, com o título *Dicionário de filologia e gramática*, de 1956)? Até que ponto, também, esses sentidos se atrelam aos sentidos de classe social, através principalmente das noções de variação e erro, sendo a norma já uma escolha de forma linguística e abstração da mesma?

2.1. Da historicidade da gramática normativa contemporânea

As gramáticas e dicionários são resultados de séculos de história de saber sobre a língua. Seu sentido nem sempre foi associado a um ditame de regras da “boa fala”, do “bem escrever”, mas culmina, atualmente, no Brasil e em vários outros lugares, nesse destino. Politicamente, dois são os interesses enumerados por Auroux (2001, p. 47) para a gramatização de uma língua dada: 1) organização e regulamento de uma língua literária; 2) pretensa expansão linguística interna e externa. É assim, gramatizado, que o português de Portugal é imposto ao Brasil a partir do século XVIII, como forma de expansão linguística.

No Brasil, depois de a colônia abolir a língua geral e a metrópole declarar a língua portuguesa obrigatória na colônia em meados do século XVIII,³ o Império Brasileiro, pós-independência, passa a exigir, em 1827, que os professores ensinem a gramática da *língua nacional* (ORLANDI, 2005, p. 29), sem que se denomine essa língua como língua portuguesa (ou brasileira) nesse momento imediatamente posterior à Independência do Brasil, o que é reforçado por não haver ainda, no Brasil, gramáticas escritas por brasileiros, em nenhum molde. São as gramáticas de autoria portuguesa que circulam na ex-colônia, apesar da distinta historicidade entre o português da outrora metrópole a língua da ex-colônia.

Ao mesmo tempo em que aqui desembarca, a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente — o Brasil — institui um movimento de memória, deslizamentos lingüísticos por meio dos quais uma outra língua — a brasileira — faz-se presente. O novo espaço de comunicação resiste com sua materialidade à língua que chega com os portugueses em sua memória já falada, já dita.

Desdobram-se, transmudam-se os modos de dizer. A relação palavra/coisa faz ruído, relação não coincidente entre si e nem perfeitamente ajustada. Outras formas vão estabelecer-se fazendo intervir, e ao mesmo tempo constituindo, a memória local. (ORLANDI, 2005, p. 29)

A despeito da heterogeneidade linguística (noção articulada por Orlandi) instaurada no Brasil — “Essas línguas, o português e o brasileiro, filiam-se a discursividades distintas. O efeito de homogeneidade é o efeito produzido pela história da colonização” (ORLANDI, 2005) —, e talvez até mesmo por causa dessa heterogeneidade (o português europeu se

³ A transição tupi-português não ocorre de forma alguma automática e instantânea a partir da proibição da língua geral. Há resistência por parte de certos jesuítas, não sem punição da Coroa Portuguesa ou de seus representantes no Brasil (Mariani, 2004). Como vimos — e continuaremos a ver — com a noção de heterogeneidade linguística formulada por Orlandi, o português adotado na colônia americana não é uma cópia ou continuação histórica linear do português europeu, mas constitui um diferente espaço de identidades subjetivas e sentidos.

configura como um “fundo falso” do português americano, o que promove essa aparente uniformidade), as gramáticas europeias circulam e vigoram no Brasil por décadas, até Júlio Ribeiro, em 1881, lançar sua *Grammatica Portugueza*. Minha tarefa não é a de recuperar, nunca, enquanto analista do discurso, o verdadeiro sentido, o significado primevo de tal enunciado ou de tal sequência discursiva (o que nem seria possível), mas a de estabelecer que relações e efeitos de sentido neles são promovidos, sempre ideologicamente. Portanto, ao ler o início do prefácio da *Grammatica Portugueza*: “As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua” (RIBEIRO, 1884, p. 13 *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 81), não leio as palavras de Ribeiro sobre as antigas gramáticas portuguesas (a que ele opõe sua obra, utilizando o adjetivo “antigas” e o pretérito imperfeito, referindo-se a um tempo que já se foi) como reflexo da verdade, mas entendo a *Grammatica Portugueza* se apresentando supostamente como inauguradora de uma abordagem nova sobre a língua: a de expor os usos da língua. Esses usos não correspondem à exposição da língua fluida do Brasil, mas correspondem a um gesto interpretativo sobre essa língua de forma a produzir uma língua imaginária nos discursos gramatical e dicionarísticos. É sobre essa tradição que o trabalho de Mattoso se firma: os usos expostos por ele serão escolhidos, nisso reside a problemática da variação e do erro. Como são eleitos esses usos que comparecem nas gramáticas brasileiras — introduzidas desde Júlio Ribeiro —, que já inauguram seus sentidos no Brasil sob uma vertente pedagógica inaugurada na Idade Média com as gramáticas monolíngues? E que usos são esses?

Segundo Guimarães (2004), Júlio Ribeiro foi uma das figuras mais marcantes do segundo período dos estudos gramaticais na ex-colônia portuguesa, e estabeleceu uma data para o início da pesquisa da língua portuguesa no/do Brasil. A questão da padronização da língua e da descrição de um uso de caráter normativo já é uma preocupação de Ribeiro, e faz parte dessa tradição até, pelo menos, o que Guimarães considerará como o quarto período dos estudos da linguagem no Brasil (quando a linguística passa a figurar obrigatoriamente na grade curricular dos cursos de letras no país, conforme vimos ao final do capítulo 1). “A cena brasileira, então, inclui, de um lado, um novo pensamento lingüístico e mantém, de outro, a antiga e clássica concepção da gramática como arte de ensinar a falar e escrever corretamente (ou seja, como norma).” (GUIMARÃES, 2004, p. 35). Ainda segundo Guimarães, os autores desse período seguirão Mattoso Camara Jr., que de certa forma mantém o ideal de unidade de língua escrita entre a ex-colônia e a ex-metrópole — Brasil e Portugal. Daí este capítulo se debruçar sobre os escritos de Mattoso, e não sobre os de Júlio Ribeiro, embora identifiquemos como eles contribuíram para a formação de uma tradição gramatical brasileira. Também

atentemos à dupla posição inaugurada na obra Mattoso: ao mesmo tempo que nela se inscreve um lugar de quem detém o conhecimento sobre a língua — como cientista, um dos primeiros linguistas estruturais brasileiros —, há também o lugar de quem exige regras, de quem demanda uma forma específica — o gramático normativo.

Este capítulo se dedica à apreensão do funcionamento de sentidos sobre norma, erro e variação em Mattoso por conta de sua contribuição aos estudos da linguagem e sua figura — sua construção imaginária — de precursor dos estudos linguísticos no Brasil. Tenho, assim, como intuito averiguar, com base na Análise do Discurso pecheutiana, os deslizamentos — “todo dizer, discursivamente, é um deslocamento nas redes de filiações (históricas) de sentidos” (ORLANDI, 2004, p. 61) —, as paráfrases (os “pontos de deriva possíveis” em Pêcheux, deslizamentos de sentidos), as repetições — “a *repetição histórica*, a que inscreve o dizer no repetível enquanto memória discursiva, saber discursivo” (ORLANDI, 2004, p. 70) — e mesmo a resistência em meus *corpòra* (de que partirei como sendo objetos linguístico-históricos (ORLANDI, 2004, p. 53)). Essas relações dos sentidos sobre variação linguística permitirão que analisemos de que forma determinado dizer se inscreve em certa formação discursiva ou se afasta dela, enquadrando-se em outra(s). As múltiplas conexões históricas que o discurso faz a outros discursos é que vão permitir seu sentido, é que vão indicar o “já-lá” e, por que não, o “sair de lá”. Isso porque “na reprodução já há deslocamento, já há a não-reprodução: os sentidos reproduzidos em condições ‘particulares’ (...) podem ser carregados de outros sentidos, de transformações, de outros sentidos possíveis mas não ditos” (ORLANDI, 2007, p. 112).

É necessário, por isso, entender o que Orlandi chamará de resistência. Valendo-se da afirmação de Pêcheux de que “não há dominação sem resistência” e do conceito de refuncionalização (a contradição-transformação que resiste à burguesia, lidando com ela) formulado por Gramsci, Orlandi (1996) defende que, no jogo entre o mesmo e o diferente, este último é um sentido que está além do senso comum, dominado/dominante por/de toda a sociedade. Esse senso comum é definido pelos discursos hegemônicos historicamente, que nunca se desvinculam da ordem ideológica, da ordem da evidência. Assim, nesta dissertação não será entendido o senso comum apenas como o ideário coletivo, uma “média” do pensamento moral, o consenso ou o senso natural — alguns dos sentidos que podem ser encontrados até nos dicionários —, mas como os sentidos circulados pelas formações discursivas — dentro de uma formação ideológica, ou seja, de uma visão de mundo determinada por uma prática política e ideológica de classe que torna os sentidos evidentes — dominantes. Relembrando o conceito de formação discursiva:

As formações ideológicas (...) comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam aquilo que *pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura. (C. HAROCHE, P. HENRY & M. PÊCHEUX, 1971, p. 102 apud SERRANI, 1997, p. 26)

Para que consiga avançar sobre as questões formuladas, a princípio depreendem-se sequências extraídas do *Dicionário de lingüística e gramática* relativas ao binômio norma x erro, mostrando mais à frente as relações parafrásticas entre as definições de Mattoso e o imaginário de língua dos gramáticos contemporâneos. O discurso dicionarístico se constitui como espaço de definições cujos sentidos estão inscritos numa formação discursiva tal — e é a ela que pretendo chegar, verificando o que pode e deve ser dito no discurso dicionarístico. Fazem-se pertinentes, sabendo-se disso, as definições das categorias norma e erro no *Dicionário de lingüística e gramática*, já como sequências discursivas:

SD1: NORMA — Conjunto de **hábitos** lingüísticos vigentes **no lugar ou na classe** social mais prestigiosa no País. O esforço mesmo latente para manter a norma e estendê-la aos demais lugares e classes é um dos fatores do que se chama a **correção** (v.). A norma é **contrariada** pela variabilidade lingüística intrínseca, que se verifica — a) de um lugar para outro, b) de uma classe social para outra, c) de um indivíduo para outro. Do ponto de vista da norma, a variabilidade que a **contraria** constitui o ERRO, e temos, portanto, 3 espécies de ERRO: a) **regionalismos** (v.); b) **vulgarismos** (c.); c) erros individuais, que correspondem ao **idioleto** (v.). Todos esses três tipos de erros atuam contra a norma e tendem a enfraquecê-la ou modificá-la, principalmente quando na **estrutura social** se **debilita** o prestígio do lugar e da classe que representa. Assim, no Império Romano, o latim eclesiástico (v.), correspondendo à norma da aristocracia romana, cedeu lugar ao latim <<**vulgar**>> com predominância dos vulgarismos e regionalmente diferenciado, além de favorecer a propagação dos erros individuais.

A norma é uma força conservadora na linguagem, mas não impede a evolução lingüística (v.), que está na essência do dinamismo da língua, como de todos os sistemas sociais (v. Dinâmica). Em muitas **sociedades altamente evoluídas a norma se torna operante e agressiva**, em face dos 3 tipos de Erro, por meio do ensino escolar e da organização de uma disciplina gramatical (v.)

V. registro (CAMARA JR., 1988,⁴ p. 177-178) [negritos meus]

SD2: ERRO — v. norma; **vulgarismo**; idioleto. (CAMARA JR., 1988, p. 108) [negritos meus]

Entre outros aspectos, chama a atenção, num primeiro momento, a quantidade de remissões a outros verbetes que norma e erro trazem — em norma, remissão a “registro”, mas também a “correção”, “latim eclesiástico” etc.; em erro, remissão a “norma; vulgarismo; idioleto” —, sendo a definição de erro constituída basicamente de entradas remissivas. As remissivas funcionam discursivamente como formas imaginárias de fixação de sentidos, mas não se trata apenas de uma forma de *apagar* os supostos sentidos não adequados à definição, conforme se poderia dizer. Duas posições aqui nos lembrarão de que há sentidos em fuga e que existe também um controle imaginário, ilusório de sentidos (cuja formulação se dá no plano lingüístico por diversos recursos, no caso específico, o uso de remissivas): antes, e

⁴ A data de 1988 foi a observada na edição usada para o trabalho, já intitulada *Dicionário de lingüística e gramática*. Esse título tem sua primeira impressão em 1977, mas em edições anteriores o livro se chamou *Dicionário de fatos gramaticais* (1956) e *Dicionário de filologia e gramática* (1964). Dias (2009, p. 56) se interessa por esse movimento de reintitulações em virtude do fato de questionar “a relação do título com a história”.

sobretudo, a de Pêcheux, Haroche e Henry (2008), que teorizam: “*as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam*”; e depois a de Authier-Revuz (1998), que determina que, embora as palavras sejam polissêmicas (graças mesmo ao interdiscurso), muitas vezes o funcionamento do discurso, por questões ideológicas, torna um sentido dominante, contudo, através de glosas e outros artifícios que são encontrados no fio discursivo, pode-se entrever a multiplicidade de sentidos que ora são postos em controle, ora são evitados — não intencionalmente. Ainda lançamos mão da noção de heterogeneidade enunciativa, segundo a qual há ocasiões em que o enunciador desdobra suas palavras sobre si mesmas, tentando com isso apagar, fixar, adicionar, modificar ou mesmo anular os *n* outros sentidos que elas possuem. Dessa forma, num espaço das necessidades imaginárias (coerência, coesão, progressão etc.), o escritor busca fechar as palavras, dar uma conclusão a cada texto, e também concluir o sentido das palavras, como vimos no capítulo 1 (em ORLANDI, 2001).

A grande quantidade de referências feitas por Mattoso a outros verbetes funciona discursivamente de três formas distintas — que geram três efeitos distintos:

- 1) Controle imaginário de sentidos que podem se encontrar de alguma forma com os estudos da linguagem anteriores ou posteriores a Mattoso. Dessa forma, os sentidos circulantes entre as diferentes remissivas do texto de Mattoso vão definindo quem é o sujeito que ocupa o espaço/posição discursivo(a) do “*discurso do saber sobre a língua*” (MORELLO, 2001, p. 19), dando-lhe estatuto científico. Dessa forma, ao tratar como único exemplo do verbete NORMA o “latim eclesiástico” e fazer remissão a ela, o *Dicionário de lingüística e gramática* se aproxima de um exemplário formado pelas línguas tomadas como clássicas e aproxima essas línguas clássicas da noção de norma.

É nesse rumo que *correção, regionalismos, idioleto, disciplina gramatical* vão sendo conclamados a serem lidos em *continuum* ou durante a leitura do verbete NORMA. Eles serão demarcadores de sentidos apresentado ao leitor, que depende da compreensão desses mesmos sentidos para elaborar qualquer discurso do saber sobre a língua portuguesa válido, legítimo/legitimado. O sentido de variedade, bem como de qualquer outra palavra e dizer, passa por essa memória de tudo o que tal palavra, tal dizer já significou, isso atrelado à posição enunciativa e à instituição que será responsável pela veiculação dos discursos.

- 2) Defesa imaginária contra um sentido que pode parecer o único, como é o caso da remissão ao verbete *evolução linguística*, que figura na definição de NORMA: “A norma é uma força conservadora na linguagem, mas não impede a evolução lingüística

(v.)”. Ao se ler a definição do verbete EVOLUÇÃO LINGUÍSTICA, temos as seguintes palavras: “o caráter paulatino e gradual das mudanças (...) é inegável para muitas mudanças na língua e por isso o uso do termo se justifica, **despojada em lingüística a sua significação da noção de crescimento ou progresso**” (1988, p. 113) —, podemos verificar que discursivamente ocorre uma ilusão de contenção dos sentidos que poderia comprometer o ideal científico da linguística. Seriam os sentidos indicados no verbete: “crescimento ou progresso”. Embora o termo “evolução” também se enquadre numa historicidade científica que o autor cita anteriormente, a da biologia do século XIX, que suscita sentidos de “crescimento ou progresso” a “evolução”, esse sentido ameaça o caráter linguístico do termo.

A definição de *evolução lingüística*, dessa forma, na tentativa ilusória de controlar os sentidos e excluir o sentido indesejado, traz uma glosa de fixação de sentido pela negação — que destaquei em negrito —, dando abertura ao transborde de outros sentidos. Authier-Revuz (1998) traz uma forma dessa glosa como “**X, não no sentido de q**”. Na definição de evolução lingüística, temos “[evolução], **despojada⁵ em lingüística a sua significação da noção de crescimento ou progresso**”. Sendo assim, chegamos a uma glosa “só na forma negativa”, que, segundo Authier, “elimina a ameaça do sentido q e aponta para a construção contextual de um sentido p para X, que pela explicitação é colocado como complementar de q no conjunto de sentidos de X” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 31-32). Assim, qualquer que seja o sentido de “evolução lingüística” no dicionário que estamos analisando, ele é complementar da noção de “crescimento ou progresso”. Numa relação interdiscursiva, a SD1 volta a esses sentidos de evolução como “crescimento ou progresso”, quando Mattoso se refere a “sociedades altamente evoluídas”, que combatem agressivamente os três tipos de erro que foram categorizados, a saber: regionalismos, vulgarismos, erros individuais.

- 3) Proteção ilusória contra a não contradição, no caso da definição de ERRO. Se a variabilidade que **contraria** a norma é o erro — “A norma é **contrariada** pela variabilidade lingüística intrínseca” — faz parte da necessidade ilusiva de coerência do texto (ORLANDI, 2001) um mecanismo que advogue a favor do sentido contínuo e progressivo, sem impasses à frente. Contudo, no caso específico do verbete ERRO, apresenta-se uma descontinuidade no que diz respeito à tipologia das variabilidades que, ao se oporem à norma, constituem erro. Na SD1, elas seriam os regionalismos, os vulgarismos e os idioletos. Na SD2 — “ERRO — v. norma; **vulgarismo**; idioleto.” —

⁵ Entendemos “despojada (...) sua significação” aqui como uma negação, no mesmo formato de “não no sentido de”.

, apenas vulgarismos e idioletos são contemplados, deixando regionalismos de lado.⁶

O quadro seria o seguinte:

No verbete NORMA a que categorias linguísticas são associados os sentidos de <i>erro</i> ?	No verbete ERRO, quais são as remissões que ilusoriamente trabalham fixando seu sentido?
Regionalismo	—
Vulgarismos	Vulgarismos
Erros individuais	Idioletos (erros individuais)

Tabela 1: Falha no *continuum* da constituição de sentidos sobre erro nos verbetes NORMA e ERRO

Essa descontinuidade — em que o regionalismo ora é erro e ora é deixado de fora — constitui duas posições discursivas em conflito, uma que remete os sentidos de variação social e individual aos de erros, e outra que inclui nesses sentidos de erro, além das duas variações anteriores, os regionalismos.

Ainda sobre o terceiro funcionamento: embora a definição de norma se caracterize por tipificar os erros possíveis e contrários ao suposto “conjunto de hábitos lingüísticos vigentes” (SD1), há em algum nível uma concentração no erro *vulgarismo* apresentado. Isso se dá não apenas no verbete ERRO, mas em NORMA, quando do único exemplo de modificação de uma norma: a substituição do latim eclesiástico pelo latim <<*vulgar*>>, a que se submetem, ainda, variedades regionais, que sempre favoreceriam os erros individuais. Os sentidos de vulgarismo, ligados a classe social, também comparecem no esclarecimento “Todos esses três tipos de erros atuam contra a norma e tendem a enfraquecê-la ou modificá-la, principalmente quando na **estrutura social** se **debilita** o prestígio do lugar e da classe que representa” [negritos meus]. Sendo assim, a categoria *erro* no dicionário de Mattoso funciona discursivamente vinculada aos sentidos de sociedade, visto que passa pela variação social.

Do mesmo Mattoso Camara Jr. é o artigo “Os estudos de português no Brasil” (2004). Ao longo das páginas, ao diferenciar língua popular de língua literária, a primeira é associada a sentidos de desregramento, assistematismo. Língua popular também é colocada em relação de sinonímia com “língua oral”:

SD3: O problema das relações entre a língua popular e a língua literária é fundamental num caso como o brasileiro.

Tem de haver necessariamente uma diferenciação entre elas, decorrente das condições diversas em que se realizam. A língua oral opera numa situação concreta uma entre os interlocutores, e os elementos extralingüísticos se incorporam espontaneamente nessa situação. Daí o *laissez-allez* da fala, o seu aspecto fragmentário e a imprecisão dos termos e da construção frasal. Há ainda a considerar que no intercurso cotidiano impera o centrifugismo em face da norma, enquanto a língua literária é naturalmente centrípeta, com pontos de referência normativos muito claros e constantes. Acresce, finalmente, o assunto da

⁶ A Análise do Discurso não busca, com essa tentativa de compreensão do funcionamento do discurso, mapear os sentidos *originais* do autor ou acusá-lo de corromper um delirante sentido correto segundo a linguística e os ideais científicos. O *como* os sentidos vão surgindo (e *sendo surgidos*, nunca fortuitamente, sempre ideologicamente) é o que nos interessa.

comunicação, que na fala cotidiana é concreto e particular, de curto alcance intelectual e intenção estética, quando não intelectualmente vazio e esteticamente amorfo. (CAMARA JR., 2004, p. 253)

O termo *laissez-allez* remete historicamente a um enunciado de ideário liberal, retumbando inclusive a política de não intervenção estatal na economia do século XVII, o *laissez-faire*. Ao longo de SD3, a língua popular-oral/fala — três sintagmas nominais que ocorrem parafrasticamente — se distancia cada vez mais do que em Mattoso vai se constituindo como *norma*, e também se transforma em antônimo do ideal estético e intelectual da *língua literária*. Os conceitos de *vulgarismo* e de vocábulos *populares* significam na mesma formação discursiva que entende norma como contrária a esses conceitos, como ideal literário. Ambas as manifestações linguísticas devem, no dicionário de Mattoso, ser evitadas, por sua distância em relação ao ideal culto:

SD4: POPULARES — (...) dentro da sincronia, chamam-se populares as palavras próprias da língua popular e evitadas no uso culto adstrito a uma norma linguística (v.). (1988, p. 195)

SD5: VULGARISMO — Qualquer traço lingüístico do uso da língua nas classes populares, que diverge da **norma** (v.) (...) **serve** de **índice** de incultura e de nível intelectual baixo (...) (1988, p. 244) [negritos meus]

Vão-se, pouco a pouco, não apenas desqualificando as línguas e variedades diferentes da norma eleita como culta, como também os grupos sociais que as usam, uma vez que são eles, no discurso dicionarístico, incultos e de baixo nível intelectual. Está em jogo a classe social que imaginariamente, na formação discursiva que inscreve os sentidos produzidos e circulantes no *Dicionário de lingüística e gramática*, se correlaciona às variedades linguísticas. Quando *norma*, em SD5, não é acompanhada de nenhum adjunto adnominal, também nos perguntamos se existe apenas uma norma no dicionário de Mattoso, e se é esse o sentido sendo construído sobre norma. Sim. Conforme a SD1, a norma é o — e muita atenção a esse singular — “Conjunto de **hábitos** lingüísticos vigentes **no lugar ou na classe** social mais prestigiosa no País” —, e é apenas no lugar *ou* na classe, não havendo possibilidade de concomitância. A *função* do vulgarismo, segundo sua definição, é uma: *servir como um índice de inferioridade*.

O *Dicionário de lingüística e gramática* manifesta uma tensão de sentidos comentada por Agustini (2004): estar entre duas posições distintas e que se confundem na gramatização brasileira; linguista e gramático:

A instituição do curso de Letras a partir da década de 30 e o advento da lingüística imprime novos rumos à gramática que passa a se restringir à questão da norma e do ensino-aprendizagem da língua nacional, enquanto a lingüística fica com a autoridade para dizer como a língua funciona (ORLANDI, 1999). Esse deslocamento dos lugares (des)autorizados ao estudo e/ou ao ensino-aprendizagem da língua reforça o modo de dizer da ciência que a gramática toma para si e que configura uma tessitura enunciativa que não separa ciência e normatização da língua, isto é, política lingüística. A gramática somente é uma gramática porque não cai no cientificismo, porque não se reduz a uma análise lingüística, mas se produz por uma poética da adição de contraditórios. *Poética essa que desloca o autor, ora ao lugar social de locutor gramático (normatizador), ora ao lugar social de locutor cientista da linguagem (na atualidade, o lugar social de locutor lingüista), ora ao lugar social de locutor*

professor (didatizador), decorrendo da relação desses lugares sociais de locutor a complexidade enunciativa da gramática e a sua tessitura enunciativa que recobre diferentes discursividades. (p. 59) [grifo meu]

Considero que essa mesma poética afeta as gramáticas de Bechara, Lima e Cunha (com Cintra) — que serão analisadas no capítulo 3 —, mas a relação dos sujeitos com os sentidos já em circulação em Mattoso garantirá diferentes e outros sentidos e articulações em cada uma, ainda que, veremos, possam fazer todas parte da mesma formação discursiva em que se inscreve o dicionário de Mattoso.

O *Dicionário de lingüística e gramática* ocupa um duplo espaço, talvez um prenúncio da tradição dos estudos gramaticais no Brasil, e certamente parte de sua memória discursiva. Além de estar posicionado como *discurso do saber sobre a língua*, a obra se destaca como instância de discurso do *saber sobre o saber lingüístico*, servindo ora como prática político-lingüística de conhecimento da língua, ora como legitimadora crítica do que é e do que não é científico ao se adentrar no campo do conhecimento dessa mesma língua. A distinção entre esses dois espaços discursivos é tratada por Morello (2001):

Penso esse espaço [o do saber sobre o saber lingüístico] como aquele de constituição de uma memória discursiva sobre o conhecimento e seus sujeitos que, inseparável dos outros dois, sobre eles incide, no entanto, sob a forma de *refluxo* de sentidos que afloram entre o que neles se torna ou não possível dizer. Ou seja, esse é um espaço de legitimação dos discursos sobre o saber, de sua forma e temas, e das condições básicas para sua validação ao mesmo tempo, é o espaço por meio do que se *representam* as relações de força e de dominação que caracterizam as práticas políticas institucionalizadas de produção do saber. (p. 19-20)

No dicionário de Mattoso, os sentidos de variabilidade contrariam os de norma. Mas isso permanece no Quarto Período sobre o qual Guimarães fala em seus estudos (que comentamos ao final do capítulo 1)? E, se permanece, como permanece? É necessária uma reflexão sobre esses sentidos em algumas gramáticas, daí termos nos feito questões a respeito da construção de sentidos de variedade/norma nas gramáticas; e é a partir dessas questões que chegaremos a determinadas sequências discursivas. Dessa forma, buscamos compreender como os sentidos de variação podem ter, ou não, se deslizado, mediante inclusive a entrada de outros discursos que corroboram o gramatical.

Neste segundo capítulo verificamos haver um deslizamento dos sentidos de norma lingüística e de erro lingüístico para os de classe social. O dicionário de Mattoso, quando trata dos erros, ou seja, daquilo que Zoppi Fontana (1999 apud AGUSTINI, 2004) chama de *mau comportamento* lingüístico, não apenas empreende uma cristalização dos sentidos de língua, mas também de classe social: haveria, segundo esse dicionário de Mattoso cujos verbetes acabamos de analisar, uma língua superior, assim como existe uma classe social superior correlata a esta mesma língua e contrária, oposta, a uma classe social inferior, correlata não a uma língua, mas a um erro lingüístico, comportado pela variação lingüística social.

Para Orlandi (2004), “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente (...). É isto que fornece a cada sujeito ‘a sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas” (p. 39). A partir de agora, veremos de que forma o dicionário de Mattoso, ao fazer parte dessa rede de sentidos pré-existentes, ao já-dito, à evidência que garante que as palavras dos gramáticos signifiquem de antemão, estará relacionado com as gramáticas que, segundo Guimarães, se alinham ao ideal de unidade linguística Brasil-Portugal tal como Mattoso. As análises à frente terão como objetivo entender se também nas gramáticas contemporâneas circulam esses sentidos de variedade como língua inferior pertencente a uma classe social inferior, enquadrando-se numa formação discursiva que chamaremos, a partir de agora, FDLP: Formação Discursiva Língua-Padrão, em que já se inscrevia o *Dicionário de lingüística e gramática* de Mattoso Camara Jr.

3. GRAMÁTICAS: O ERRO COMO LIMITE ENTRE A NORMA ELEITA E A VARIAÇÃO

Mas é evidente que um escritor de gramática normativa não pode ignorar a história da língua da qual pretende propor uma “fase exemplar” como a “única” digna de se tornar, “orgânica” e “totalitariamente”, a língua “comum” de uma nação, em luta e em concorrência com outras “fases” e tipos ou esquemas que já existem. (...) A gramática normativa escrita, portanto, pressupõe sempre uma “escolha”, uma orientação cultural, ou seja, é sempre um ato de política cultural-nacional. (GRAMSCI, 2002, p. 143-144)

Gramsci debatia consigo mesmo (entre 1929 e 1935), em uma de suas prisões durante o fascismo italiano, sobre a pertinência da gramática normativa e suas relações com a gramática histórica. Opinava que, ainda que a *norma* fosse um instrumento político — e talvez exatamente por isso —, os gramáticos não poderiam ignorar outras manifestações, outros dialetos, outras variedades. A despeito de essa necessidade de reconhecimento ser mais patente naquele momento específico — a Itália tivera uma unificação tardia no século XIX em relação a outras nações europeias, e as elites inclusive exclamavam que “O dialeto italiano é único!”, apesar das diferentes formas linguísticas na nação; ademais, o período de repressão política tornava discussões sobre a *língua nacional* mais efervescentes a jovens políticos de esquerda como Gramsci —, a discussão sobre variedade na gramática não se apaga, e muitas são as formas de contemplá-la. Como Gramsci, teremos como fundamento aqui que, qualquer que seja a forma ensinada e cristalizada pela gramática normativa, ela é fruto de uma escolha. Melhor dizendo, em *Análise do Discurso*, embora o efeito de sentido da gramática normativa seja de que a forma escrita e propagada por esse tipo de livro seja a melhor, há uma eleição da forma, que não é — e nem poderia ser — estanque das formações discursivas. Em outras palavras: o que se pode e deve dizer segundo as gramáticas normativas não contempla um valor absoluto sobre a língua, mas um gesto interpretativo, portanto ideológico, sobre a variedade das línguas.

Mas como essa escolha é feita — e vai sendo feita — nas gramáticas é uma questão importante, associada a que formas vão sendo deixadas de fora e que sentidos são construídos sobre essas variedades excluídas do dizer gramatical. Como foi visto no capítulo 2, os sentidos sobre variação e norma, assim como sobre errado e certo, apóiam-se constantemente sobre um conhecimento científico sobre a língua ocupado pelo lugar da linguística. No dicionário de Mattoso Camara Jr., já verificamos haver duas posições ocupadas pelo autor: a de gramático e a de linguista — não é à toa o título póstumo do livro referido, resultado de um imaginário sobre Mattoso, que o constrói como o fundador da linguística brasileira e o pai da gramática moderna no país. Ao mesmo tempo que o dicionário de Mattoso formula um saber

sobre a língua — lugar da linguística —, ele elege uma forma dessa mesma língua — gramática. Nas gramáticas selecionadas para este capítulo, também entendemos haver um apoio no discurso da linguística, de forma a causar no discurso gramatical um efeito de uma certa validade científica.

Neste capítulo veremos a força das definições do dicionário de Mattoso nas gramáticas, ou seja: como os sentidos sobre variação, norma e erro daquele linguista são trazidos para as gramáticas de forma a se solidarizarem a ele, se oporem a ele etc.

Ao longo dos próximos subcapítulos tentarei responder às seguintes questões:

a) Até que ponto as gramáticas analisadas têm seus sentidos em relação parafrástica com os constituídos no dicionário de Mattoso Camara Jr., ou seja, elas vão constituir um sentido de variedade associado a errado e um sentido de norma associado a certo (e mesmo a língua propriamente dita)?

b) Há alguma possibilidade de o sentido de *mau comportamento* (ZOPPI FONTANA, 1999, apud AGUSTINI, 2004) linguístico — ou seja, aquilo que as gramáticas consideram desrespeito às normas, como veremos à frente — estar escorregando, deslizando para, também, os grupos sociais que os usam no discurso gramatical? Em outras palavras: os sentidos de norma linguística deslizam para os sentidos de norma social?

c) Como vai se construindo aquilo que Auroux (2001) considera uma redução da liberdade de variação permitida pela gramatização: uma diminuição, depois de instrumentalizada e descrita uma língua, de sua variedade interna, determinada por uma política linguística de normatividade?⁷

A propósito de esclarecimento sobre o porquê de trazermos um capítulo exclusivo sobre a construção de sentidos de variação e norma nas gramáticas, é bom que acrescentemos que propomos, na Análise do Discurso e no projeto História das Ideias Linguísticas, que as línguas não são gramatizadas uma única vez e o processo está concluído. A descrição e a instrumentação se dão na medida (mas não na *mesma* medida) em que a língua mesma se desenrola ao longo do tempo. Sendo assim, essas intervenções gramaticais — inevitavelmente políticas e ideológicas — se processam sem cessar, a cada mencionar de uma regra, a cada

⁷ Considerando-se que o processo de gramatização funciona num *continuum*, não apenas porque a língua fluida vai mudando ao longo do tempo, mas também porque o processo de tentativa de fixação de formas e sentidos é tributário do desenvolvimento da ciência linguística — uma imbricação de que trataremos à frente — e essas formas e sentidos, em sua eleição, não são valores absolutos, ou seja: só há mudança nos critérios de gramatização já graças a uma subjetividade ideologicamente formada que privilegia tais forma e sentido em detrimento de outros, não constituindo assim um valor universal (o que vai de embate inclusive a algumas justificativas de por que tal forma linguística foi escolhida a figurar numa gramática ou num dicionário).

lançamento de um novo livro prescritivo sobre o idioma, a cada consulta aos compêndios normativos. Agora mesmo.

3.1. Quando a(s) gramática(s) vai(ão) variando (e/ou fixando) os sentidos

Quando as gramáticas constituem sentidos sobre norma e vão elegendo determinadas formas da língua para figurarem como a variedade eleita, esse processo não está desligado de outros espaços discursivos que já estabeleceram/estabelecem/estabelecerão sentidos também sobre a norma. Os discursos, em suas relações uns com os outros, estão sempre em processo de paráfrase/deslocamento, inclusive os discursos de produção de conhecimento:

(...) a prática da produção de conhecimentos *não constitui de maneira alguma uma exceção no conjunto das práticas*; ela funciona, como toda prática, “como interpelação”. (...) as *noções* inscritas nesse funcionamento *têm um sentido* porque o próprio funcionamento é coextensivo aos efeitos de paráfrase-reformulação, do interdiscurso e do “esquecimento nº 2”, pelos quais uma formação discursiva é caracterizada como tal (...); o caráter representativo da noção assegura a evidência do sentido no interior do “consenso”. (PÊCHEUX, 2009, p. 243-244)

Assim, os sentidos das *noções* na prática de produção de conhecimento contam com um “consenso” nas formações discursivas em que se fala dessas noções, de forma a haver um movimento parafrástico (ou de reformulação, em caso de resistência) no seio da FD. Observamos, com a análise das sequências discursivas apreendidas do *Dicionário de lingüística e gramática* de Mattoso, uma formação discursiva que *exclui* a variedade da noção de norma, e *aproxima/alia/sinonimiza* seus sentidos aos de erro. É a Formação Discursiva Língua-Padrão — FDLP. Buscando entender como o discurso gramatical aqui analisado se filiará ou se deslocará em relação a ela, fará parte de nosso procedimento analítico estabelecer uma sequência discursiva de referência [sdr]. Para Serrani (1997, p. 60), essa sequência discursiva “será a seqüência a partir da qual os outros elementos do *corpus* receberão sua organização”. Então, a sdr constituirá um eixo em torno do qual outras SDs circularão, atestando não as relações “do antes, do agora e do depois da sdr, mas como abordagem das repetições, rupturas e transformações do ‘tempo’ processual” (SERRANI, 1997, p. 61). A constituição dos sentidos nas gramáticas que analisaremos não será colocada de forma cronológica em relação aos sentidos construídos no dicionário de Mattoso — de onde retiraremos nossa sequência discursiva de referência —, como se aquela publicação fosse calcada num ineditismo do discurso gramatical e linguístico no Brasil. Trata-se, assim, de, ao longo das análises do funcionamento discursivo das SDs apreendidas de gramáticas, analisarmos também de que forma os sentidos das gramáticas vão significando na mesma formação ou em formações discursivas daquela em que o dicionário de Mattoso está inserido.

São três os domínios foucaultianos que, segundo Serrani, devem ser levados em conta na escolha de uma sdr: o domínio da memória — “composto por um conjunto de seqüências

discursivas que preexistem à sdr” (SERRANI, 1997, p. 61) —, o domínio da atualidade — “diz respeito à instância do evento e, nesse sentido, possui um aspecto ‘dialogado’, na medida em que as seqüências citam-se, respondem-se ou refutam-se” (ibidem) — e o domínio da antecipação — “formado por seqüências discursivas que sucedem à sdr e cujas formulações estão relacionadas ao intradiscurso da sdr em questão” (ibidem). Novamente: a memória, a atualidade e a antecipação não devem ser encaradas como domínios em que o analista se concentra em um percurso cronológico, mas como os sentidos e o intradiscurso — ou seja, a formulação mesma no fio discursivo — das outras seqüências discursivas se relacionarão com os sentidos e o intradiscurso da sdr. Estabelecemos a SD1, já colocada desde o segundo capítulo desta dissertação, como seqüência discursiva de referência. É a partir dela que a análise será feita, principalmente em relação à primeira questão que colocamos neste capítulo: Até que ponto as seqüências discursivas por vir se relacionam parafrasticamente com os sentidos constituídos no dicionário de Mattoso Camara Jr.? A seguir, a sdr, já analisada anteriormente, no capítulo 2.

SDR: NORMA — Conjunto de hábitos lingüísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no País. O esforço mesmo latente para manter a norma e estendê-la aos demais lugares e classes é um dos fatores do que se chama a correção (v.). A norma é contrariada pela variabilidade lingüística intrínseca, que se verifica — a) de um lugar para outro, b) de uma classe social para outra, c) de um indivíduo para outro. Do ponto de vista da norma, a variabilidade que a contraria constitui o ERRO, e temos, portanto, 3 espécies de ERRO: a) regionalismos (v.); b) vulgarismos (c.); c) erros individuais, que correspondem ao idioleto (v.). Todos esses três tipos de erros atuam contra a norma e tendem a enfraquecê-la ou modificá-la, principalmente quando na estrutura social se debilita o prestígio do lugar e da classe que representa. Assim, no Império Romano, o latim eclesiástico (v.), correspondendo à norma da aristocracia romana, cedeu lugar ao latim <<vulgar>> com predominância dos vulgarismos e regionalmente diferenciado, além de favorecer a propagação dos erros individuais.

A norma é uma força conservadora na linguagem, mas não impede a evolução lingüística (v.), que está na essência do dinamismo da língua, como de todos os sistemas sociais (v. Dinâmica). Em muitas sociedades altamente evoluídas a norma se torna operante e agressiva, em face dos 3 tipos de Erro, por meio do ensino escolar e da organização de uma disciplina gramatical (v.)

V. registro (CAMARA JR., 1988, p. 177-178)

As diferenças entre os gramáticos se darão nas recomendações de cada autor, no lugar e na forma como cada norma é trabalhada. Assim, a escolha de determinada variedade de língua como a norma padrão e a divisão entre ela e outras línguas existentes dentro de uma mesma língua não são lugares fixos, mas um terreno movediço e contraditório de repetição e de paráfrases. Conforme coloca Agustini, isso faz parte de uma contradição do discurso da gramática:

as fronteiras postas pelo discurso da gramática estão em constante processo de reconfiguração, produzindo afastamentos e aproximações. As fronteiras são lugares deformáveis em que a repetição traduz em movimento a falha “a resolver”, a contradição constitutiva do discurso da gramática. (AGUSTINI, 2004, p. 95).

As questões colocadas neste capítulo nos ajudarão a compreender, também, como são definidos erros e norma nas gramáticas. E partiremos de que gramáticas para chegarmos às

sequências discursivas com que trabalharemos a partir da sdr do dicionário de Mattoso? As gramáticas que analisaremos nesta dissertação fazem parte das bibliografias recomendadas em muitos concursos públicos, fornecendo também subsídios à escritura de outras gramáticas e tantos outros manuais de uso da língua, como os guias e manuais de redação jornalística. O fato de figurarem como bibliografia para concursos públicos por si só já demonstra que são o aporte da língua imaginária cobrada nos concursos públicos, e suporta o nosso interesse nessas gramáticas: a língua descrita e normatizada por elas é a cobrada dos indivíduos como legítima do Brasil. É esse o conhecimento de língua que as instituições escolhem que seus quadros de servidores tenham, é essa a abordagem de língua que o Estado cobra dos cidadãos.

Além disso, são os autores dessas gramáticas que, passando do terceiro para o quarto período de estudos linguísticos do Brasil, conforme Guimarães (2004) — através das completas reedições e rearticulações de suas gramáticas —, preocupam-se com uma certa unidade entre a norma brasileira e a portuguesa:

Seguindo em certa medida Mattoso Camara (...), pode-se notar um esvaziamento do “ideal classicista” no que toca à questão da norma literária, tomando lugar, já, uma “melhor compreensão” da “legitimidade” da “língua coloquial em face da literária”. Mas, ainda, segundo ele, fica o “ideal” de uma certa unidade da língua escrita entre Brasil e Portugal (...) A edição de gramáticas como a de Rocha Lima, Bechara, Celso Cunha e outros é mais que um sinal disso. (GUIMARÃES, 2004, p. 35)

As gramáticas que constituem o *corpus* deste capítulo são, então:

- a) *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (1ª edição em 1961, com alterações, ampliação e revisão na 37ª edição, em 1999, a usada nesta dissertação);
- b) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1ª edição de 1984, a usada neste trabalho);
- c) *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (1ª edição em 1957, com alterações, revisões e ampliações em 1991, na 32ª edição — usada nesta dissertação).

Todas três gramáticas elencadas são posteriores ao dicionário de Mattoso. Elas definem, o que será nosso maior interesse, “variação linguística”, “variedade linguística” e/ou “níveis de linguagem”, e foi buscando a constituição de sentidos dessas noções que depreendemos as sequências discursivas que serão analisadas.

É muito forte, em algumas gramáticas, a remissão principalmente ao campo da sociolinguística como forma de fundamentar o discurso gramatical. Por isso, destacaremos aqui o impacto do discurso da sociolinguística nos estudos gramaticais. Esse campo de estudo, conforme Pêcheux (1988, introdução) coloca, não se alinha totalmente à abordagem estrutural clássica (que enfatiza a *langue* como sistema fechado e autônomo), mas é tributário, em certo direcionamento, à gramática histórica e à linguística comparada, que tece considerações a

respeito de como a língua se materializa numa comunidade e quão fundamental a variação é na sociedade. Os formuladores da sociolinguística variacionista afirmam: “Um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e., real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968 (2006), p. 100-101, apud LABOV, 2008, p. 16), entendendo-se aqui *heterogeneidade* como *variedade*.

Para verificar como se dá a entrada do discurso da sociolinguística nas sequências discursivas, temos nos valido, como afirmamos anteriormente, da teoria formulada por Authier-Revuz, sobre a fixação de sentidos na metaenunciação — em que “a ‘falha’ do primeiro plano”, anterior ao desdobramento do dizer sobre si mesmo, é preenchida “através de uma operação contextual de eliminação em X de um sentido inoportuno que, no entanto, X autoriza ou favorece”, atestando a “realidade *enunciativa* do não-um do sentido” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 31). Fundamentamo-nos também no que Orlandi articula sobre o silêncio, tido não apenas como ausência, mas como presença de sentido:

(...) o trabalho de J. Authier traz um deslocamento importante ao modo como se considera a enunciação, pois a heterogeneidade refere o “enunciável” e não apenas o “gramatical”. Além disso, refere a produção do sujeito à ilusão necessária e constitutiva do seu modo de enunciação. Produz, no dizível, um recorte importante: não o que não se diz (o não-dito de O. Ducrot), mas o dizer do outro no um. § Esses deslocamentos são fundamentais, embora não suficientes para tratar, na questão da diferença, o que consideramos particularmente sob a rubrica do silêncio. (ORLANDI, 2008, p. 48)

Trata-se de analisarmos as questões relativas ao “‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar etc.” (ORLANDI, 2007, p. 29), porque o sentido não está apenas onde há som, onde há tinta, onde há signo. Ele está onde está o homem. Está com-homem.

O discurso científico cauciona o dizer da gramática, mas ele mesmo não é o reflexo da verdade, embora muitas vezes funcione como tal, com seus efeitos ilusórios. Os deslizamentos do discurso científico para o discurso da gramática são tão ideológicos quanto quaisquer outras paráfrases entre formações discursivas ou posições enunciativas. Paul Henry, em *A ferramenta imperfeita*, aborda o discurso científico como inescapável das condições de produção e dos atravessamentos subjetivos (inconscientes e ideológicos):

A noção de discurso científico toma aqui o lugar daquilo que, nos textos de Lacan, no nível da introdução da dimensão do significante, marcava uma referência ao objeto de conhecimento da linguística, mais do que ao próprio conceito de língua. A referência ao que chamamos de “discurso científico” não resolve nada. Efetivamente, se de um lado não saberíamos negar a existência dos discursos científicos, enquanto discursos nos quais um certo real está inscrito no teórico, pelo viés de uma prática científica, é preciso também admitir que a modalidade de existência do discurso científico é ideológica. (1992, p. 188)

Embora a sociolinguística opere na tecnologia da gramatização de forma a que as gramáticas e dicionários (re)considerem diferentes registros, veremos que as variedades linguísticas diferentes da “eleita” como língua nacional — tornou-se cada vez mais díspar o

português brasileiro do português de Portugal, adotando-se, por exemplo, a partir do final do século XIX, os *brasileirismos* da literatura nacional nas gramáticas escritas por brasileiros, para diferenciar os dois sistemas (AGUSTINI, 2004, p. 39) — são ainda tidas como inferiores em diversas formações discursivas e no próprio senso comum, o que resulta nos enunciados “brasileiro não sabe falar português” e “brasileiro não sabe escrever”, estudados e analisados por Mariani (2004).

Discursivamente, a tese de que tal variedade é inferior a outra proporciona a (i)legitimação das formas diferentes da considerada norma-padrão a uma política de língua que privilegia e/ou silencia ideologicamente. Mas há também o efeito da tese contrária, sentido esse produzido pela sociolinguística. O trabalho aqui é entender o funcionamento desses sentidos, podendo estar fundidos nas sequências discursivas gramaticais que analisaremos. E as gramáticas excluem determinadas formas da norma, considerando-as inferiores. Não nos referimos a “exceções” que são incluídas no discurso da gramática, como a reservada ao poeta-escritor. As exceções discursivamente funcionam como possibilidades de dizer não excluídas como os erros, mas incluídas como esteticamente válidas, embora contrárias aos ideais sintáticos, morfológicos, fonéticos do discurso gramatical. Dessa forma, v(t)eremos as variedades enquadradas nos chamados “erros”, conforme temos em nossa sequência discursiva de referência, dado que a língua imaginária das gramáticas é incapaz de capturar as características da língua fluida — até porque é da fluidez a instabilidade de formas e sentidos.

(...) as possibilidades de dizer *excluídas* constituem um subconjunto do conjunto da normatividade, subconjunto esse constituído por negação e aberto (não especificado), porque a fluidez da língua não se deixa apreender, o que *permite considerar como erro (apenas) as construções linguageiras que contradizem regras instituídas*. Ademais, o lugar social de locutor escritor-poeta está marcado pela inclusão de possibilidades de dizer excluídas da língua nacional como parte do conjunto de possibilidades de dizer que configuram o bem falar e o bem escrever do discurso da gramática. Por outro lado, se um subconjunto excluído é “incluído” no conjunto da normatividade, mesmo assim apresenta algo em comum com a exclusão. Vestígios significativos que o tornam um subconjunto da **língua nacional**. [negrito da autora, grifos nossos] (AGUSTINI, 2004, p. 94)

Essas palavras de Agustini permitem mostrar o funcionamento discursivo da tal “licença poética”⁸ prevista no discurso da gramática, e que não é encarada como “desvio” ou

⁸ Esse funcionamento remete diretamente a um episódio de minha sétima série do ensino fundamental. Resolvi insistir em escrever redações sem quaisquer divisões de parágrafos, sem respeitar as devidas “divisões temáticas” e outras ilusões necessárias de coesão que um texto deve ter. A professora reclamou uma vez, mas continuei no meu objetivo: demonstrar alguma singularidade formal, uma vez que, de longe, os textos eram homogêneos — blocos de cinco linhas com recuos de dois centímetros a cada novo bloco. À segunda reclamação, respondi jocosamente, cheio de razão: “Professora, é licença poética; todos somos iguais perante a lei, né?” Ela apenas replicou: “Você não é poeta, é aluno.” É o lugar de enunciação, a posição do enunciador que vai lhe permitir ou coibir determinado uso, e mesmo as exceções que a gramática resguarda ao escritor-poeta são reservadas ao já legitimado, ao renomado, ao reconhecido socialmente. Não deixa de participar da divisão social da interpretação: alguns sentidos, algumas palavras e, *também*, algumas *formas* são proibidas a uns e trazem prestígio a outros.

“erro”, diferentemente de variedades linguísticas *diatráticas*, não *estilísticas* (ORLANDI, 1996). O estilístico é a exceção às regras ideais colocadas na gramática, e como tal, busca um espaço próprio nas gramáticas, em geral apêndices ou capítulos finais, uma forma de *contrariar aquilo que foi dito antes*, mas sem invalidar. Isso pode ser visto numa primeira sequência discursiva gramatical a seguir, que significa também na FDLP (mesma do dicionário de Mattoso), uma vez que, no movimento das paráfrases, atrela o sentido de erro ao de variação, ainda que reservando aos regionalismos um outro espaço.

Eis uma sequência da gramática de Rocha Lima:

SD6: Fundamentam-se as regras da gramática **normativa** nas obras dos **grandes** escritores, em cuja linguagem as **classes ilustradas** põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o **uso idiomático estabilizou e consagrou**.

Refiro-me, decerto, àqueles **escritores de linguagem corrente**, estilizada dentro dos padrões da norma culta. Excetuam-se, pois, os **regionalistas** acentuadamente típicos, assim como os **experimentalistas** de todos os matizes — por admiráveis que possam ser uns e outros. Estes últimos apreciam-se no âmbito da **estética** literária, mas não se prestam a abonar fatos da língua-comum. [negritos meus] (LIMA, 1991, p. 6-7)

Pode-se verificar o mesmo funcionamento do discurso gramatical de Rocha Lima sobre os regionalismos — na SD6 — (crença em que a literatura regional é válida, enriquecedora, mas que não deve ser modelo para a língua escrita, para a norma padrão: tem-se que a *estética* literária dos escritores regionalistas é privilegiada, que eles contribuem linguisticamente em *estilo*, mas não à língua-comum) em discursos políticos que tratam da denominação da língua nacional. Analisando o uso lexical da sequência, verificamos uma dicotomia: é a gramática normativa, dos grandes escritores, das classes ilustradas, com uso idiomático estabilizado e consagrado, escritores de linguagem corrente *versus* regionalistas, experimentalistas, estética literária. Em suma, existe uma oposição entre *norma gramatical* e *estética*, em que se estabilizam os sentidos de “escritores de linguagem corrente”, excluindo-se deles os regionalistas e os experimentalistas — que apesar de servirem a um ideal estético, não se prestam a exemplário ou modelo da chamada “língua-comum”. Em análise a uma sequência que discute regionalismos (especificamente, o caso foi extraído dos *Anais da Camara Municipal do Distrito Federal*. Julho de 1935, p. 299-300), Dias (1996) conclui, tendo como aporte teórico a semântica enunciativa de Guimarães:

(...) ao mesmo tempo em que se exalta a temática regionalista na literatura, na língua, o que é regionalista é periférico ao modelo (...) Pode-se concluir que, na posição do enunciador, (...) regional é o tema do discurso; mas o regional é periférico em relação ao modelo de língua que autoriza esse discurso.

O discurso é então produzido pela “língua”, mas o que há de identificação nacional nesse discurso não é a língua, mas a temática do discurso. Ao mesmo tempo, aquilo que é marcado como periférico (...), que se situaria em torno da língua, que pode inclusive ser o referente de língua brasileira, não tem estatuto para representar o “nacional”, vale dizer, não tem estatuto para legitimar um discurso, visto que é periférico em relação à “língua”, ou modelo de linguagem que a posição de enunciador permite vislumbrar e dispor em relação a um centro (...). (DIAS, 1996, p. 57)

Sendo os discursos de Rocha e do parlamentar pertencentes a diferentes historicidades, há diferenças entre si quanto à questão do idioma. Para início, em oposição à principal discussão promovida pelas sequências analisadas por Dias, a questão da denominação da língua do Brasil não passa pela gramática de Lima. Há um apagamento dessa questão e, conseqüentemente, dos sentidos que envolvem o denominar da língua do Brasil como língua portuguesa. Podemos entender ainda que há uma paráfrase entre, inclusive, diferentes posições enunciativas. O discurso gramatical da obra de Rocha Lima e o discurso político analisado por Dias fazem parte de uma mesma formação discursiva, que reconhece a variedade não pertencente à norma defendida pelas gramáticas como bela, esteticamente privilegiada, mas exótica. É o que trataremos aqui, a reboque da sequência discursiva de referência, como Formação Discursiva de referência, segundo formulado por Serrani: “é fundamental lembrar que a sdr depende, no processo discursivo em que emerge, da *formação discursiva de referência* (FDR), que é a dominante na rede de formulações em que se constitui o saber próprio de uma FD” (1997, p. 60). Trata-se de uma FD que abarca semanticamente, ideologicamente, outras FDs. É, neste estudo, a Formação Discursiva Língua-Padrão: a FD que exige uma condição para o exotismo do regionalismo — e do experimentalismo — literário: eles devem estar fora do campo de visão, então, há uma impossibilidade de que o regionalismo, por exemplo, se enquadre no que se chama *norma padrão* em algum momento. A esse efeito comum entre os discursos analisados por Dias e nossas sequências discursivas chamarei *efeito de exótico*. A relação imaginária que se tem com o regional envolve sentidos de exotismo, enquanto as variações sociais, cujo funcionamento discursivo temos perseguido, não são contempladas como esse mesmo efeito.

3.2. A norma como força conservadora no discurso gramatical

A sequência discursiva de referência servirá aqui como forma de entender as paráfrases/deslocamentos das gramáticas em relação à FDLP. Ou seja, conforme na sdr se reconhecerem regularidades que se repetem (ou sentidos que se silenciam) em outras materialidades linguísticas, verificamos as inter-relações das sequências discursivas gramaticais na FDR. Já vimos que paráfrases, na Análise do Discurso, funcionam como repetições — não com o sentido de enunciação original e enunciação segunda, mas uma *inter-repetição*, paráfrases discursivas entre si, em que os sentidos de uma determinada materialidade discursiva são também encontrados em outra, numa espécie de mutualismo —, mas não vimos em que planos isso acontece. Segundo Serrani,

Nesse modo de entender a paráfrase enquanto ressonância, uma especificação metodológica que proponho é que podem ser distinguidas ressonâncias de significação em torno de *unidades específicas* e ressonâncias de significação em torno de *modos de dizer*. O primeiro tipo diz respeito ao funcionamento parafrástico de unidades tais como itens lexicais, frases nominais etc. O segundo tipo refere-se ao estudo dos efeitos de sentidos produzidos pela repetição, em nível interdiscursivo, de construções sintático-enunciativas na estruturação de um discurso determinado. (1997, p. 47)

A paráfrase faz parte do funcionamento discursivo como forma de deslocamento de sentidos graças à natureza polissêmica da linguagem. Ela se comporta de duas maneiras distintas: uma referente ao interdiscurso — o plano da constituição do discurso, em que está em jogo a memória do dizer, o já-dito, o (des)encontro entre formações discursivas —, outra ao intradiscurso — o plano de formulação do discurso, a forma como o discurso vai se materializar. É nesses dois planos que as sequências aqui analisadas vão funcionar como paráfrases entre si, a partir da sdr do dicionário de Mattoso às sequências das gramáticas de Cunha & Cintra (1984), Rocha Lima e Bechara. As paráfrases não deixam de ser, de certa forma, o dizível no complexo interdiscursivo de uma mesma FD. E o dizível é, necessariamente, o repetível no gesto interpretativo da inscrição: “A inscrição do dizer no repetível histórico traz para o autor a questão da interpretação: nesse caso, o dizível é o repetível, ou seja, o que é passível de interpretação, num movimento de inscrição e deslocamento simultâneos” (ORLANDI, 1988, p. 14).

Partindo dessas noções de sdr, FDR e paráfrase, daremos prosseguimento às nossas análises, agora em eixos parafrásticos. Nas gramáticas, muitas vezes que se fala em *variedade*, ela é colocada ao lado — sem obrigatoriedade de paralelismo aqui — da *unidade* da língua. Vejamos, então, o cotejo das sequências discursivas que tratam da unidade em cada uma de nossas publicações, em relação à sdr.

SDR [extrato]: A norma é uma força conservadora na linguagem, mas não impede a **evolução lingüística** (v.), que está na essência do dinamismo da língua, como de todos os sistemas sociais (...) (CAMARA JR.)

SD7: Numa língua existe, pois, ao lado da força centrífuga da **inovação**, a força centrípeta da conservação, que, contra-regrando a primeira, garante a superior unidade de um idioma como o português, falado por povos que se distribuem pelos cinco continentes. (CUNHA & CINTRA)

SD8: Há uma *diversidade* na *unidade*, e uma *unidade* na *diversidade*. § Os falantes dessas **diversidades**, por motivações de ordem política e cultural, tendem a procurar, graças a um largo período histórico, um veículo comum de comunicação que manifeste a unidade que envolve e sedimenta as várias comunidades em questão. Geralmente, nessas condições, se eleva um dialeto — em geral o que apresenta melhores condições políticas e culturais — como veículo de expressão e comunicação que paire sobre as variedades regionais e se apresente como espelho da unidade que deseja refletir o bloco das comunidades irmanadas. § Esta unidade lingüística ideal — que nem sempre cala o prestígio de outros dialetos nem afoga localismos lingüísticos — chama-se *língua comum*. (BECHARA)

SD9: Do equilíbrio de duas tendências resulta sua estabilidade [da língua] pelos tempos afora: de um lado, a **diferenciação**, força natural, espontânea, desagregadora; de outro, a **unificação**, força coercitiva, disciplinante, conservadora. (ROCHA LIMA)

A argumentação do discurso gramatical sobre a unidade obrigatoriamente passou, nas sequências discursivas aqui colocadas, por uma paralela argumentação sobre um contraponto da unidade: na sdr, a evolução lingüística; na SD7, a inovação; na SD8, a diversidade; na

SD9, a diferenciação, como marquei em negrito nas sequências. São esses contrapontos a forma como os sentidos de unidade vão sendo construídos e balizados.

Na gramática de Cunha e Cintra, conforme a SD7, ao se mencionar a dicotomia de forças numa mesma língua — centrífuga e centrípeta —, verifica-se uma ressonância significativa de Mattoso no plano intradiscursivo, com alguns dos mesmos itens lexicais materializando-se aqui e acolá, inclusive. Vejamos: “Numa língua existe, pois, ao lado da **força** centrífuga da inovação, a **força** centrípeta **da conservação**” [extrato da SD7]; “A norma é uma **força conservadora** na linguagem” [extrato da SDR].

A diferença é que em Cunha & Cintra [SD7] traça-se uma dicotomia de forças, sendo a força conservadora a unidade. Em Mattoso [SDR], a força conservadora é tida como a norma. A recorrência das palavras “força”, “conservação”/ “conservadora”, esse “eco” discursivo, aponta para o interdiscurso: as palavras têm voz, mas também têm vez; não podem nem devem ser utilizadas em qualquer manifestação da língua, dado que sempre estarão inscritas em FDs.

Sobre as condições de produção das três gramáticas que analisamos aqui: duas delas, a de Cunha & Cintra [SD7] e a de Bechara [SD8], referem-se, em algum ponto de suas introduções, à sociolinguística. Ao contrário, a de Rocha Lima [SD9] não chega a fazê-lo em qualquer espaço. Também podemos acrescentar aqui que a de Rocha Lima foi a primeira entre as três a ter uma primeira edição, e a que teve uma atualização mais remota, no começo da década de 1990 (enquanto as gramáticas de Cunha & Cintra e Bechara têm ganhado cada vez mais atualizações). Em nossas análises, constatamos a seguinte regularidade: as gramáticas que fazem menção à sociolinguística, embora não construam sentidos de força igual ou equiparável entre variação e norma, ou diferenciação e unidade, põem essas noções lado a lado, como “forças” que devem disputar nas comunidades linguísticas. Cunha & Cintra se referem à sociolinguística, e esse uso, em última análise, encerra para a *língua-padrão* — através do conectivo conclusivo “pois”, na primeira linha da SD7 — um sentido que também ressoa, em efeito de sentidos, o que Mattoso forneceu à *norma*: são elas forças que tendem ao conservadorismo.

Cunha & Cintra ainda comparam a força de inovação à força de conservação (enquanto em Mattoso só se fala da força da conservação, aqui entra a força da inovação). Interessante notar, também na SD7, o efeito metafórico que pede empréstimo do campo de outro discurso científico: força centrípeta e força centrífuga são termos da física, mais especificamente, da dinâmica, termo também incluído no enunciado de Mattoso — e ao dinamismo, no *Dicionário de lingüística e gramática*, se deve a variedade de uma língua:

“que está na essência do **dinamismo** da língua, como de todos os sistemas sociais” [extrato da SDR]. Os adjetivos “centrífuga” — força que foge do centro para ser arremessada para fora; fisicamente uma pseudoforça, por existir apenas em referência a determinado ponto privilegiado do espaço — e “centrípeta” — aquela que puxa o objeto para o centro —, trazem, na gramática de Cunha & Cintra, um discurso científico que não da linguística para legitimar os sentidos de norma, e ainda aproximam a variação de um fenômeno que só faz afastar do centro e da ordem, enquanto a norma seria, na SD7, a força que garante a “superior unidade” do português, UNO, nos cinco continentes.⁹ De outro ponto de vista, pode-se compreender que o que é centrípeta traz para um centro, um centro linguístico, onde determinada língua é eleita como capital, padrão e norma.

Na gramática de Bechara, também se faz referência à sociolinguística — embora ao final da introdução sobre o estudo variacionista da língua, mas principalmente sobre como é promovida a eleição de uma língua comum que possa dar conta das “necessidades” dos falantes das diversidades dialetais. Embora, na definição dada em SD8, não se derivem, dos sentidos de variedade, os sentidos de erro, estabelece-se uma hierarquização na língua, através do uso dos verbos “elevar” e “pairar”: “Geralmente, nessas condições, se **eleva** um dialeto — **em geral o que apresenta melhores condições políticas e culturais** — como veículo de expressão e comunicação que **paire** sobre as variedades regionais e se apresente como espelho da unidade que deseja refletir o bloco das comunidades irmanadas” [extrato de SD8].

Na SD8, especificamente no aposto “em geral o que apresenta melhores condições políticas e culturais”, a língua que é colocada nas gramáticas, lá como “língua comum”, é tratada como a variedade/dialeto política e culturalmente superior. Para Authier-Revuz, “O modo ‘dobrado’ do dizer de um elemento X aparece, na superfície do dizer, como um microacontecimento; o de um encontro e o de uma resposta: encontro, aqui e agora, de algo no dizer de X que altera sua transparência, e a resposta a esse encontro” (1998, p. 189). Os apostos, ao dobrarem-se sobre seus antecedentes, apresentam ao analista a possibilidade de os entendermos fora de sua ilusão de transparência, também conclamando o sentido permitido pela formação discursiva a que a sequência está determinada. Esse gesto interpretativo — ideológico — de estabelecer uma ordem de *qualidade* para as variedades linguísticas torna a

⁹ Embora não seja minha ênfase nesta dissertação, não posso deixar de notar que nessa gramática existe o esforço para unificar os sentidos dos idiomas falados por Brasil, Portugal e outros países “lusófonos”, o que, segundo Guimarães (2004), é uma das características do discurso gramatical do Segundo Período da gramatização no Brasil, mas que não desaparece ao longo do tempo. Os sentidos de “unificação” das línguas de Brasil e Portugal ou de sua “compreensão conjunta” chegam ao período contemporâneo de gramatização, graças ao *continuum* da historicidade afetada pela ideologia e marcada no fio discursivo.

eleição de uma variedade não apenas a exclusão de todas as outras, mas garante também que circulem, em torno das variedades não eleitas, sentidos de inferioridade cultural e política. Tal gesto inscreve pelo menos a SD8, da *Moderna Gramática Portuguesa*, também na FDLP.

Conforme nos coloca Agustini:

A discursividade da gramática não se reduz a uma descrição (científica) da língua; é ainda uma normatização da língua. A sobreposição desses modos de dizer produz uma complexidade enunciativa para o discurso da gramática que o faz funcionar. Com efeito, essa sobreposição de modos de dizer traz aí imbricadas outras discursividades que funcionam no domínio da língua nacional e, em decorrências, no espaço de enunciação brasileiro, o que produz um deslizamento de sentidos que leva da língua ao mundo. Deslizamento que faz o discurso da gramática funcionar não só como uma descrição da língua, mas também como uma ordem social. (2004, p. 127)

O funcionamento gramatical como ordem social recorrentemente é corroborado por explicações, segundo as análises de Agustini, circulares, axiomáticas. Nas sequências de Cunha & Cintra e de Bechara, vê-se a argumentação que justificaria a eleição de determinada variedade como norma/variedade que proporciona unidade da língua: é a mais prestigiosa porque pertence à classe social (com melhores condições político-culturais) mais prestigiosa; a classe social mais prestigiosa (com melhores condições político-culturais) fala e escreve a variedade mais prestigiosa. É um sentido parafraseado ao longo das gramáticas.

Em nossa análise, verificamos que na gramática de Rocha Lima os sentidos sobre variedade (social, principalmente) apontam para o erro. Na SD9, a chamada *diferenciação* integra uma dicotomia de que faz parte também a *unificação* — “a *diferenciação*, força natural, espontânea, desagregadora; (...) a *unificação*, força coercitiva, disciplinante, conservadora”. Essa dicotomia percorre a gramática de Rocha Lima, e depreendemos haver um paralelismo entre a questão da variedade e a ignorância do falante, como vemos na SD10, a seguir:

SD10: Ao assenhorar-se dos recursos da língua, cada indivíduo, **culto** ou **ignorante**, a executa à sua maneira, de acordo com a sua feição, com o seu temperamento (...). (ROCHA LIMA, p. 4)

O paralelismo é o seguinte: Unificação \Leftrightarrow Culto; Diferenciação \Leftrightarrow Ignorante.

Esse assenhorar-se dos recursos da língua que a SD10 impõe um *aprendizado* da linguagem, como havendo a necessidade de o indivíduo *obter* as formas linguísticas, adentrando no domínio gramatical. Está aí também a argumentatividade do discurso da gramática, que justifica sua existência. O fato de que a gramática de Rocha Lima não recorre aos conceitos e mesmo à menção da sociolinguística não soa como mero acaso: se essa corrente da linguística não desfaz o preconceito e a discriminação contra determinadas variedades linguísticas no discurso gramatical, ela pelo menos torna esses sentidos que inferiorizam o “português popular” e tantas outras variedades linguísticas relacionadas a classe social não sinônimos do *erro gramatical*. Contudo, quanto à variação, a não menção da

sociolinguística nas gramáticas nos indica dois funcionamentos discursivos distintos, mas inseridos numa mesma formação discursiva, dado que os efeitos, que veremos logo, recaem sobre o mesmo “poder e dever dizer” típicos de uma FD que atravessa distintas posições. Os funcionamentos são:

- a) Nas gramáticas que se referem à sociolinguística (a saber, de Cunha & Cintra e Bechara), as variedades não são tratadas como erro, mas ainda assim são colocadas como inferiores à variedade eleita como norma;
- b) Nos compêndios que não se referem à sociolinguística (a saber, a gramática de Rocha Lima e o dicionário de Mattoso Camara Jr.), estabelece-se uma aproximação entre os sentidos de variação e erro, além de existir uma hierarquização entre a norma e a variação.

Os efeitos de sentido promovidos pelo simples mencionar da sociolinguística — e por qualquer outra corrente da linguística — são os mesmos: não se pode, na FDLP, equiparar a “qualidade” e o “valor” das variedades linguísticas não eleitas aos da variedade linguística eleita, a norma; e tudo isso é caucionado por um discurso científico ora ocupado pela sociolinguística, ora por outro campo de conhecimento. Dessa forma, a caução do discurso da gramática suscita um sentido de que a gramatização é natural — e que a norma escolhida foi escolhida naturalmente —, apagando o processo ideológico de eleição de determinada variedade como referencial. Como coloca Pfeiffer,

A meu ver, tomar a língua da gramática como o referencial para as variações que se constituem em formas igualmente legítimas, formas sócio-culturais que devem ser respeitadas, é tomar de modo *naturalizado* a gramatização desta *uma* língua, como se este processo estivesse fora da história. Dizer, como uma determinada discursividade dominante no discurso pedagógico de hoje tem dito, que a língua culta é a língua do poder e ponto, não basta. É preciso refletir sobre a discursividade que conforma este dizer e seus efeitos no processo de escolarização. (PFEIFFER, 2009, Verbete **Varição lingüística 1**)

Não apenas no processo de escolarização, mas no de outros discursos que em certos momentos se encontram com a formação discursiva que coloca a variedade referencial da gramática, denominada norma, como hierarquicamente — e naturalmente, como aponta Pfeiffer — superior. É o caso do discurso do jornalismo. Sendo assim, nunca estão separados os âmbitos língua/sociedade, visto que as matrizes de sentido atuam mediante sua inscrição em determinadas formações ideológicas que indicam o sistema de “evidências” das relações sociais. A colocação de uma variedade à margem está inserida na formação discursiva que argumenta que “só há espaço para uma elite definidora da norma culta” (PFEIFFER, 2009), e a denominamos como FDLP.

Quanto à unidade da língua, as sequências discursivas a que chegamos e que analisamos até agora pertencem a essa FDLP, visto que nas gramáticas e no dicionário a unidade é tratada de forma a inferiorizar as variedades em geral.

Interessa analisar também — uma vez que os sentidos de variação social na gramática de Mattoso são elaborados de forma a se aproximarem da noção de erro mais do que a variação regional e a variação individual — de que forma as gramáticas de onde selecionamos as sequências discursivas tratam esse tipo de variação. Nas gramáticas, verificamos as sds de 11 a 13, que apontaremos a seguir, ao longo de suas análises:

SDR [extrato 2]: Todos esses três tipos de erros atuam contra a norma e tendem a enfraquecê-la ou modificá-la, principalmente quando na estrutura social se debilita o prestígio do lugar e da classe que representa. Assim, no Império Romano, o latim eclesiástico (v.), correspondendo à norma da aristocracia romana, cedeu lugar ao latim <<vulgar>> com predominância dos vulgarismos e regionalmente diferenciado, além de favorecer a propagação dos erros individuais. (CAMARA JR.)

Na sdr [extrato 2], há uma ênfase nos sentidos de variação social ou pelo menos na relação entre língua e sociedade, sobretudo quando no dicionário se especifica que uma norma tende a ser enfraquecida quando o grupo social representado por ela é afetado — “principalmente quando na estrutura social se debilita o prestígio do lugar e da classe que representa”. Isso dá continuidade ao primeiro extrato da sdr que analisamos mais atrás. Além do mais, no único exemplo dado — o de “ceder lugar” do latim eclesiástico pelo latim vulgar — fala-se de uma “propagação dos erros individuais” através da assunção à norma de uma variedade social anteriormente associada ao povo: “além de favorecer a propagação dos erros individuais”. É como falar que a estrutura de uma língua vulgar/popular, se encarada como norma, não tende a uma estrutura tão segura quanto a proporcionada pela variedade eclesiástica (ou, como se põe no dicionário de Mattoso, como os “hábitos lingüísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no País”). Isso é determinar os sentidos de erro lingüístico às variações relacionadas a determinadas classes sociais, as menos prestigiosas. Vejamos como esses sentidos se manifestam nas sequências discursivas das gramáticas. Primeiramente na SD11, da gramática de Cunha & Cintra:

SD11: A sociolingüística, ramo da lingüística que estuda a língua como fenômeno social e cultural, veio mostrar que estas inter-relações são muito complexas e podem assumir diferentes formas. (...) Todo comportamento social está regulado por normas a que devemos obedecer, se quisermos ser corretos. O mesmo sucede com a linguagem, apenas com a diferença de que as suas normas, de um modo geral, são mais complexas e mais coercitivas (...) A norma pode variar no seio de uma mesma comunidade lingüística, seja de um ponto de vista diatópico (...), seja de um ponto de vista diastrático (linguagem culta / linguagem média / linguagem popular). (CUNHA & CINTRA).

Na definição de *sociolingüística* verificada na SD11, esse campo científico recebe um caráter funcional ao discurso gramatical: o ramo da lingüística *mostraria* as inter-relações complexas e capaz de assumir diferentes formas entre língua e sociedade: “**veio mostrar** que estas inter-relações são muito complexas e podem assumir diferentes formas” [extrato da

SD11]. A ausência de objeto indireto (*a quem* a sociolinguística mostra essas inter-relações) pode demonstrar um sentido de abrangência (a todos a sociolinguística mostra) ou a obviedade (a sociolinguística mostra especificamente *ao discurso da gramática e aos estudiosos da língua*), produzindo um efeito, novamente, de caução do discurso gramatical. Ainda na sequência, reconhecemos uma gradação relativa ao ponto de vista diastrático (“linguagem culta / linguagem média / linguagem popular”), que demonstra os sentidos de polarização da linguagem culta e da linguagem popular. Essa distância entre as duas demonstra um sentido percorrente na gramática de Cunha & Cintra: a língua *popular* opõe-se à *culta* — que transforma-se, no jogo de sentidos, em *norma*. Na SD11, ainda se estabelece um vínculo entre norma social e norma linguística. Para a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, a norma linguística é condição para a correção. Esse caráter legislador dos gramáticos soa como inelutável: “devemos obedecer”, não há saída, é a forma de ser correto. A noção de correção, assim, é absoluta, não relativizável, estável.

SD12: Os sistemas que integram a língua histórica apresentam três aspectos, fundamentais de diferenças internas:

a) No espaço geográfico, constituindo os diferentes *dialetos*. Essa diversidade no espaço se diz *diatópica* (do grego *diá* ‘através de’, *tópos* ‘lugar’), enquanto a relativa uniformidade no espaço se diz *sintópica* (do grego *sin* ‘reunião’).

b) No nível sociocultural, constituindo os diferentes *níveis* de língua e estratos ou camadas socioculturais. Essa diferença no estrato sociocultural se diz *diastrática* (do latim *stratum* ‘estrato’, ‘camada’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinestrática* ou *sinstrática*, também conhecida por *dialeto social*.

c) No estilo ou aspecto expressivo, isto é, em relação a diferentes situações do falar e estilos de língua. Essa diferença se diz *diafásica* (do grego *fásis* ‘expressão’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinfásica* ou homogeneidade estilística. (BECHARA)

Já na SD12, cabe notarmos o uso lexical para cada um dos tipos de variedade. A “regional” é denominada “dialeto”, a “situacional” é denominada “estilo”, e a “social” é denominada “nível de língua”. Essa última, como temos visto desde a primeira tabela, do eixo parafrástico relativo aos sentidos de unidade da língua, suscita um sentido de hierarquia. Sendo assim, entende-se, na sequência, que há variedades sociais acima ou abaixo — com sentidos de melhores e piores, por que não —, dependendo do status e do prestígio social. Tal hierarquização de sentido não comparece nas variedades regionais e situacionais/estilísticas. Mais uma vez, como na sdr, concentram-se os sentidos de inferioridade/superioridade na variação social.

SD13: CALÃO é a língua especial das classes que vivem à margem da sociedade, de caráter acentuadamente esotérico, artificialmente “fabricada” — diz Dauzat — para se poderem compreender entre si os indivíduos de certo grupo, sem serem entendidos pelos não-iniciados. Inspirada na dissimulação dos malfeitores, cria um conjunto de convenções que a estremam da língua-comum a que pertence, posto que nesta se desenvolva e emaranhe.

Para o lingüista, pois, calão é a língua especial dos delinquentes portugueses e brasileiros. Como a fala das mais baixas camadas sociais, por exprimir a vida desses grupos, é naturalmente disfêmica, a palavra adquiriu a acepção vulgar de uso de termos chulos, gravosos, pouco limpos. (ROCHA LIMA)

Na SD13, da gramática de Rocha Lima, usa-se o recurso tipográfico do versalete para destacar a definição de calão — “CALÃO é a língua especial das classes que vivem à margem da sociedade” —, remetendo a tal “língua especial” diretamente a quem está “à margem da sociedade”, constituindo um dizer marginal e exclusivo (dado seu “esoterismo”). Diferentemente dos conceitos de variedades (regionais, sociais etc.) que vimos anteriormente, esse alavanca um sentido de intencionalidade criativa, ou seja: os falantes de tal variedade desejam, com o intuito de permanecerem fechados em seu grupo, longe dos “não-iniciados”, manterem um código linguístico artificial — “para se poderem compreender entre si os indivíduos de certo grupo, sem serem entendidos pelos não-iniciados”. Os “iniciados”, como posto na gramática de Rocha Lima, seriam “malfeitores” (e não se especifica que mal esses indivíduos fizeram; talvez mesmo o impropério linguístico; mas não há nenhuma especificidade em relação à malfeitoria, permitindo que analisemos a unidade lexical através de uma gama polissêmica interdiscursiva). Assim como as classes que o falam vivem à margem da sociedade, o calão vive à margem, na extrema da língua onde existe, onde se desenvolve. É a língua que é posta como do OUTRO, como uma autoexclusão — ele não apenas recebe o sentido de exclusão, como o de uma exclusão propositada por si mesmo — do sistema linguístico UM.

A presença, na SD13, de um discurso direto, que se remete ao linguista francês Albert Dauzat,¹⁰ é uma forma de ilusoriamente conter os sentidos do termo *fabricada* — “artificialmente ‘fabricada’ — diz Dauzat”. Segundo Authier-Revuz, isso significaria um “apelo explícito a um certo exterior discursivo” (1998, p. 41): busca-se uma autoridade da linguística histórica para se ratificar a hipótese formulada de que o calão é uma forma forjada, fixando seus sentidos, mas ao mesmo tempo permitindo que se entenda que seus sentidos não são únicos — se há a necessidade de se apelar explicitamente, como diz Authier, a um exterior discursivo, é porque OUTROS sentidos ameaçam o sentido UM, o permitido pela formação discursiva em que tal sequência está inscrita. Não devemos ignorar, entretanto, que repetir o mesmo significante não significa decalcar a mesma realidade e os mesmos sentidos; é apropriar-se deles, deslocando e reterritorializando/filiando ou se solidarizando. Para Medeiros (2004), “Delimita-se um enunciado como tal e aprisiona-se-o entre aspas supondo com esse gesto apreender o sentido. Julga-se, pois, domar o sentido aprisionando o dizer”, na ilusão mesma de se retomar um suposto sentido original, inexistente e inapreensível. Ao

¹⁰ O mesmo que escreve, como último livro, em 1954, *Le Guide du bon usage, les mots, les formes grammaticales, la syntaxe*.

repetir, como já vimos, significa-se diferente, ainda que as palavras sejam as mesmas. Com o uso desse discurso direto, o discurso gramatical se insere num duplo posicionamento: normatização e ciência, uma vez que a prescrição da gramática é corroborada pelo discurso da ciência. Nessa medida, o posicionamento na gramática assemelha-se ao do linguista, conforme nos coloca Paul Henry: “Tal é a posição dos lingüistas: fazer existir aquilo que não é do seu objeto, especialmente sob a forma de incorreções ou agramaticalidades” (1992, p. 194). Na gramática de Rocha Lima, trata-se do calão como um não objeto do gramático, uma incorreção corrupta. Além de tudo, os supostos delinquentes que falariam o calão não são exclusividade do Brasil. Portugal também os tem: “Para o lingüista, pois, calão é a língua especial dos delinquentes portugueses e brasileiros”. E novamente se encara um pareamento significativo entre variedade linguística e classe/grupo social. É possível de ser dito, na FDLP, que os sentidos de língua e de classe social na gramática geralmente são deslocamentos entre si, e a pretensa “limpeza” da língua corrompida e subvertida pelos calões/variações sociais/níveis de língua, no discurso gramatical, só poderia ser concretizada pela adoção da gramática normativa, que por sua posição enunciativa não se aproxima dos calões e de sua classe social. Constrói-se uma imagem de língua portuguesa que necessariamente não corresponde à língua fluida. Muito mais do que isso, atrelam-se os sentidos de norma social e os de norma linguística, que funciona, discursivamente, de modo a associar variedades sociais a uma transgressão, e, por conseguinte, a própria classe social a uma transgressão da norma social simplesmente por sua existência, como demonstrado na definição de calão. Constrói-se um sentido de mau comportamento linguístico, protagonizado pelas manifestações de variedades sociais (relacionadas a classes sociais menos prestigiosas), sempre determinados pelos lugares sociais dos falantes. Contudo, o mau comportamento linguístico (de que Agustini e Zoppi-Fontana falam) desliza para um mau comportamento social, como analisamos na SD13, principalmente. Num artigo que trata das relações entre as línguas de nações colonizadas na América Latina e na África e dos chamados *línguas*, os intérpretes dessas línguas, Bethania Mariani (2007) esclarece:

Línguas silenciadas, ou línguas amordaçadas, faladas por aqueles que se tornam cativos, assujeitados a outra ordem simbólica e social. *Línguas* estigmatizados/corpos administrados/transposição de formas de governo de línguas e desses corpos, essas são práticas discursivas e não discursivas exercidas pelo poder real durante o período inicial da colonização, quando não há instrumentos lingüísticos com descrições da gramática (p. 96)

O sentido de língua inferior (silenciada, amordaçada e, no caso deste capítulo, excluídas no processo de gramatização por uma suposta inferioridade linguística e social em comparação à norma instituída e instituído) traslada para o corpo que se imagina falar essa língua. Sendo assim, na constituição de sentidos, imagina-se, na FDLP, tanto que uma língua

quanto que um corpo, um indivíduo, são inferiores em relação àqueles que cumprem a norma linguística/social. O material de análise de Mariani dizia respeito a um momento ainda não dotado de instrumentos linguísticos como gramáticas, e essa “transposição” de sentidos *da língua para o língua* era feita pelo poder real. Em nossas sequências, já inseridas nos instrumentos linguísticos de descrição existentes — gramáticas e dicionário —, essa transposição de sentido entre língua e corpo está presente nas próprias tecnologias de gramatização.

3.3. Idiomaticidade nas gramáticas analisadas

Dada sua qualidade sígnica, as palavras não dizem nada sobre o objeto por ela designado, mas revelam a maneira de pensar de uma sociedade, com seus erros e preconceitos, e é esta qualidade de signo das palavras que faz com que a linguagem seja depositária involuntária de informações históricas valiosas. (Michel Bréal, 1992, p. 125)

É da linguagem a possibilidade — e a obrigação — de fazer história. O próprio conceito de formação discursiva, sempre inscrita em determinada formação ideológica, indica isso: historicamente — ou seja, na relação de classes passada ao longo do tempo, em que existe uma ordem ideológica que determina os gestos subjetivos —, os sujeitos podem e devem dizer e pensar certas coisas. Outras são relegadas ao silêncio, à censura, ao apagamento do dizer. Nesse funcionamento a história vai se construindo como determinada por relações de embate/filiação a formações discursivas e de resistência às mesmas. Mas as próprias noções de língua e de variedade linguística não escapam às relações ideológicas. Em outras palavras: o conhecimento sobre a língua, o que pode e deve ser dito sobre a língua, também é determinado pela ideologia, pela historicidade e pelas condições de produção de determinado momento. As gramáticas produzem um conhecimento sobre uma língua imaginária, gerando a ilusão de que toda a língua está sendo retratada (como num reflexo) naquelas linhas, naquela tinta, naquele papel. Esse é o funcionamento discursivo da tecnologia da gramatização: ela, como já vimos em Aurox, tende a diminuir a liberdade de variação dentro de uma língua fluida (ORLANDI, 2008), fixando-a numa língua gramatizada. O efeito de completude dessa língua imaginária, em que a gramática suscita sentidos de um autoimaginário integral, total, é chamado de idiomaticidade. Segundo Dias,

A idiomaticidade é relativa a um sujeito empírico, um sujeito que se situa a si e ao outro em relação a um tempo e a um espaço. É em relação a este sujeito que a língua é percebida como idioma. Será que, quando nos interrogamos sobre a gramaticalidade/agramaticalidade de um enunciado, não estaríamos na verdade em face de um julgamento de idiomaticidade, tomado como referência para a compreensão da língua? (...) Apresentamos no início do presente

capítulo [trecho anterior às reticências] o conceito de idiomaticidade como algo relativo à percepção de uma unidade de língua a partir do espaço/tempo comuns. A idiomaticidade se configura como uma leitura sumária da forma lingüística, tendo em vista a percepção desse espaço/tempo comuns. (1996, p. 71; p. 79)

Encontramos nessa noção de idiomaticidade aquilo que Paul Henry afirmou ser a posição do linguista: trabalhar com o seu não objeto de forma a configurá-lo como incorreção ou agramaticalidade. É da posição do gramático normativo, na ilusão de que a gramática constituirá um saber integral sobre determinada língua, afirmar o que se constitui como seu não objeto, portanto como erro — e é isso que temos visto a partir do subcapítulo 3.2, com a inscrição de três gramáticas normativas prestigiosas na FDLP. Podemos tomar a idiomaticidade, visto isso, não apenas, mas também como um efeito de sentido das gramáticas normativas: ela seria *a relação imaginária que um sujeito (não um sujeito empírico, mas o interpelado pela ideologia, individuado pelo Estado e afetado pelo inconsciente) estabelece com sua própria língua, numa dada historicidade, com uma concomitante constituição de sentidos evidentes sobre essa língua e silenciamente de outros sentidos relativos à mesma (assim como de formas contidas nessa língua)*. O efeito da idiomaticidade é a aceitação de certas formas/sentidos e a estigmatização de outras formas/sentidos. O idioma é percebido como a língua inteira, em toda a sua complexidade, quando ao fim e ao cabo a língua fluida é muito mais do que apenas o idioma, um efeito da língua imaginária promovida pelas gramáticas normativas.

É dessa forma que, na gramática de Bechara, fala-se de uma variedade “que paire sobre as variedades regionais e se apresente como espelho da unidade que deseja refletir o bloco das comunidades irmanadas”; e é ela a estudada nas gramáticas, é ela a que supostamente dá conta de todo esse bloco, portanto, de uma unidade lingüística total, integral, sem falhas. Esse processo se sustenta num silenciamento de outras variedades, e também no sentido de marginalização das mesmas. Também na gramática de Bechara diz-se que a norma “É o plano de estruturação do saber idiomático que está mais próximo das realizações concretas. O sistema e a norma de uma língua funcional refletem a sua estrutura” (2005, p. 42). Desse modo constrói-se um efeito de ilusão de uma língua integral nas gramáticas, e tudo aquilo que vive à estrema dessa língua é sobra, é erro, deve ser silenciado. Esse é o efeito de idiomaticidade.

No material analisado, chega-se a um sentido de eleição de determinada variedade da língua portuguesa como a norma padrão, e na formação discursiva em que as sequências estão inscritas, tem-se que a variedade eleita é a compartilhada pelos mais cultos grupos brasileiros — esse é o efeito ilusório da idiomaticidade —; são eles os usuários e disseminadores da

forma modelar da língua. Dessa forma, chega-se a um funcionamento discursivo circular, conforme colocado na figura a seguir:

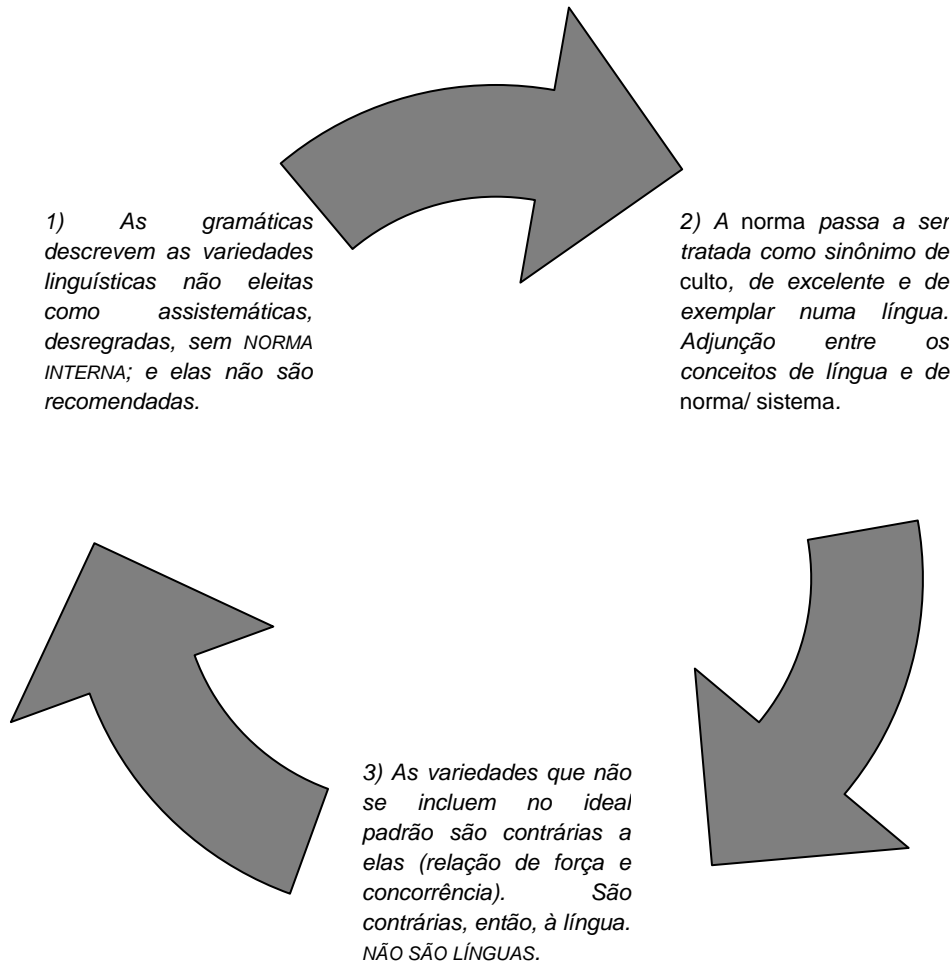


Figura 1: Funcionamento discursivo da idiomatidade nas gramáticas analisadas

3.4. As gramáticas normativas caucionadas pelo discurso científico

Somewhere between the sacred silence and sleep
 Disorder, disorder, disorder
 (“Toxicity”, System of a Down)

Quando se fala de variedade linguística nas gramáticas, sempre há um contraponto: existe uma língua exemplar, recomendada para situações mil. Esse contraponto — que chamamos neste capítulo de língua “eleita”, uma variedade específica que as gramáticas chamam de norma *padrão* (em relação quase sinonímica com norma *culta*), *exemplar*, *modelar*, *comum* — é acompanhado de uma enorme carga de indefinição sobre quem fala/escreve com tal variedade — carga esta que faz parte da estilística do discurso da gramática em muitos momentos. O funcionamento dessa indefinição é duplamente direcionado: “a) Uma perspectiva que se refere à indeterminação do locutor da gramática e b) outra em que a indeterminação se refere aos destinatários da regra, ou seja, os falantes da língua” (AGUSTINI, 2004, p. 112). Não nos referimos à forma como os gramáticos especificam os grupos que se alinham a certas variedades linguísticas. Essa especificação é feita, por exemplo, quando Mattoso define vulgarismo (ver SD5) e Rocha Lima comenta sobre os calões. Ambos predicam como “baixo” o grupo que usa essas formas (numa adjetivação que não pode ser por acaso): o primeiro, determinando a escolaridade, o segundo a própria classe social. Essa indefinição de que fala Agustini (e nos permitimos aqui um deslocamento, uma vez que ela trata das regras, e não das introduções das gramáticas, como foi feito até aqui) percorre nossos segmentos quando os autores dizem, por exemplo, que o dialeto eleito e elevado a norma é “em geral o que apresenta melhores condições políticas e culturais” (BECHARA). Indefine-se, assim, qual é o dialeto que apresenta as *piores* condições políticas e culturais, e não se especifica quais são os critérios para se chegar a essas ótimas condições. É da ordem da ideologia que seja *evidenciado* qual é a variedade que apresenta as piores condições, e em nossa análise concluímos que as variedades sociais desprestigiadas ocupam esse espaço de significação, bem como do erro.

O discurso nunca, nunca se completa, e nunca se fecha. Um texto, sim, tem a proposta, ilusória, de se concluir, como uma entidade íntegra composta coerentemente de introdução, desenvolvimento e fim. Mas o discurso sempre prolifera a mais, sempre transborda, sempre desliza. Este capítulo não se fecha em si mesmo, visto que é parte de um discurso constantemente em construção/constituição. O discurso gramatical não é interrompido. Vimos que o discurso da sociolinguística cauciona o gramatical, servindo-lhe de argumentação para a eleição de determinada variedade como norma. Segundo Pfeiffer (2009, verbetes da *Enciclopédia discursiva da cidade*), é proveniente da tradição do discurso da sociolinguística a falácia de que o sujeito, ao *adquirir* a língua colocada na gramática, terá condições de acesso a lugares privilegiados. Não basta, então, o reconhecimento da existência de

variedades, tampouco a legitimação de que ela são sistemáticas tal como a norma enfatizada nas gramáticas normativas.

Considero falacioso o fundamento de práticas pedagógicas, oriundo de uma certa tradição sociolinguística, que se constitui em mostrar para o aluno que a) todas as formas de se dizer, que são ditas sincronicamente em uma dada sociedade, são válidas intrinsecamente; *mas* b) para ser possível ao aluno *disputar um lugar social* (leia-se, econômico) é preciso que ele adquira a norma culta. O sujeito de linguagem não *adquire* uma língua, ele se inscreve nela no instante mesmo em que a língua é tomada por ele. Dizer *aqui está o modelo, siga-o e seja feliz* é uma armadilha das mais cruéis eu diria. (PFEIFFER, 2009, verbete **Variação linguística 6**)

O discurso da sociolinguística cauciona não apenas o discurso gramatical, mas também o pedagógico, deslizando a noção mesma de variação para corroborar um sentido de superioridade da norma — apresentada quase como que uma receita da felicidade, uma receita de como se alcançar o lugar legitimado. Nesse processo discursivo, contudo, o que não se legitima é o lugar social dos corpos (voltando à proposta de Mariani, 2007, como trabalhada anteriormente) que se imaginam falar determinada variedade linguística. Tampouco os sentidos que circulam nesses lugares sociais são legitimados pelo discurso da gramática.

Nas sequências discursivas que temos analisado, algumas vezes também encontramos a diferenciação/variedade associada a um caráter de *natureza*, de espontaneidade.

(...) ‘variedades naturalmente adquiridas’ estariam funcionando parafrasticamente como *língua de civilização* e *línguas de cultura*, respectivamente (tal como as propõe Guimarães, 1999). Neste sentido ‘língua de cultura’ inscreve-se nos sentidos de um instrumento de uma civilização superior. Se na trama dos sentidos o contraponto se dava entre civilização portuguesa e indígena, dá-se agora nesta paráfrase entre uma (antiga) camada social e novas camadas sociais (...). ‘Variedades naturalmente adquiridas’ tomam o lugar do diferente (inferior) que, por isso, não têm direitos políticos: não é cidadão. (PFEIFFER, 2009, Verbetes **Variação linguística 8**)

O discurso gramatical, ao evocar uma exterioridade discursiva — o discurso da sociolinguística — insere-se, funcionando parafrasticamente, nessa mesma matriz de sentidos. A norma seria a língua de cultura, a língua legítima com que o cidadão teria acesso a todos os lugares sociais. É a língua da ascensão social e do prestígio. As “variedades naturalmente adquiridas”, espontâneas, são seu oposto, o impensado, o assistemático, o desregrado, o irracional. Resumindo, segundo Pfeiffer, essas variedades são o lugar daquele que “não é cidadão”.

Podemos agora responder a algumas de nossas questões que foram colocadas no início. Nossas análises nos possibilitaram, ao agruparmos as sequências discursivas em eixos parafrásticos e com o auxílio da noção de sequência discursiva de referência, reconhecer que o sentido de inferioridade das variações linguísticas não eleitas pela gramatização (sobretudo as que dizem respeito a grupos sociais) percorre as gramáticas mais recomendadas nos cursos de letras do Brasil, e que esse sentido também é existente no dicionário de gramática e linguística que Mattoso Camara Jr. escreveu.

Essa regularidade, contudo, parece-nos escapar, deslizar para outras noções. Como vimos, o mau comportamento linguístico deriva num mau comportamento social, dado que as variações sociais (erros, na concepção do dicionário de Mattoso, compartilhada de diferentes maneiras pelas gramáticas que foram analisadas), na Formação Discursiva em jogo, estão relacionadas a grupos sociais à margem (para a gramática de Rocha Lima, “deslinquentes”). Assim como a norma linguística é associada à norma social (c.f. as sequências da gramática de Cunha & Cintra que aqui transcrevemos), o erro linguístico é associado a um erro social. Portanto, ao considerar a diferenciação (oposta à unidade) um erro, se está considerando que os grupos que imaginariamente dela fazem uso também estão errados.

Por fim, também revimos o conceito de idiomaticidade proposto por Dias em 3.3. A língua portuguesa, através das gramáticas cujas discursividades de inserem na formação discursiva de referência (que subalterniza as variedades em prol da “superior unidade” da língua), é reduzida a apenas alguns aspectos e formas para os sujeitos em contato com tal FD. As variedades são entendidas como um não objeto das gramáticas, como erros, como não modelos, ou seja, palavras que não devem ser ditas, estruturas que não devem se legitimadas pela letra ou pela voz.

Os sentidos que circulam nessas gramáticas não estão restritos apenas a esses lugares de enunciação. As variedades linguísticas, as formas diferentes da norma eleita nas gramáticas, não necessariamente serão mencionadas com essas palavras em outros campos discursivos, mas o português imaginado como padrão, esse idioma imaginário e legitimado no Brasil, vai percorrer diversos outros lugares, filiando-se a diferentes formações discursivas, entre elas a FDLP. Um desses lugares será visto logo a seguir, quando analisarmos os manuais de redação jornalísticos.

Segunda parte

A dispersão de lugares e sentidos de *língua-classe social*: da língua ao imaginário no (e do) jornal

Só eu sei ver

Desfaz-se o tempo em rotinas e vontades
 Em projectos e verdades
 Em desgostos que se alastram
 Em vestígios distorcidos
 De nascentes que encontramos
 E é sempre quando seguem que
 Tudo se tem que agarrar,
 Tudo faz fugir,
 E a verdade passa a estar
 No fundo de um copo cheio do que se quer ser
 E a beata no chão que faz os olhos arder
 É a nova moda nas crianças que ainda estão a aprender
 Como têm que estar e andar e beber e dançar
 E comer e falar e ouvir e sentar e sorrir
 Pra saber existir.

Só eu sei ver o Sol nascer
 Só eu sei ver o Sol nascer

Desfaço-me em pedaços, em retratos,
 Em mentiras que trocámos e abraçámos, sim
 Fugimos mas voltámos e o que presta
 O que resta em nós.

Fim de festa onde todos sabemos quem somos
 Ou quem não se quer lembrar
 Ou quem precisa de estar
 Perdido noutro sonho
 A mesma noite, o mesmo copo
 O mesmo corpo, a mesma sede que não sabe secar
 Onde se encontra sem se procurar
 Onde se dança o que estiver a tocar
 Muito fumo, muito fogo, muito escuro
 Onde somos o que queremos
 Quase somos o que queremos
 Quase fomos o que queremos
 ahh...

(Toranja)

4. UM APRISIONAR DE SENTIDOS SOBRE NORMA QUE AMPLIA SUA VOZ CENSÓRIA

[Telefonema de leitor à redação da *Folha de S. Paulo*]

— Veja aí, por favor, sr. Ombudsman, a reportagem sobre o Sting.

— Sim, na página quatro.

— Por que a *Folha* insiste em escrever os nomes indígenas em dáblios e cás quando essas letras não existem no alfabeto brasileiro?

— Quais nomes? — enquanto isso eu abri o dicionário *Aurélio*.

— Por que não escrevem certo em português? Já vi até Ianomami escrito com ípslon...

— É, sim, o dicionário grafa Mencragnoti com letra cê, Vaurá com vê e não com dáblio. Vou encaminhar seu protesto à redação. Qual é o seu nome?

— É Walter, com dáblio...

(Caio Túlio Costa, 1991, p. 187)

Línguas imaginárias, ou seja, aquelas perpassadas por um trabalho de fixação de normas e de sentidos — temos refletido que as línguas imaginárias necessariamente passam por um processo de censura, de silenciamento de outros dizeres e possibilidades de dizer — partem da ilusão de que dão conta da língua como um todo, da língua em sua integralidade, e que todas as formas e sentidos podem por ela ser refletidos. Contudo, como nos propõe Orlandi (2007), “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis (...) Como parte da política do silêncio nós temos, ao lado do silêncio constitutivo, o *silêncio local*, que é a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer” (p. 74). Dessa forma, a língua, quando gramatizada e estabelecida como certa/errada segundo sentidos advindos de diversas formações discursivas, obrigatoriamente silenciará política, ideologicamente, outros dizeres, outras variedades — como vimos nos capítulos 2 e 3 — e, por que não, outras línguas, com sua historicidade contígua. É dessa forma que o riso vem à tona na leitura da epígrafe extraída do livro de Caio Túlio Costa: a língua do jornal, que se baseia numa língua já gramatizada — o jornalista busca as palavras no dicionário, como conta a narrativa —, funda-se nessa ilusão de dar conta do “todo existente”, de, em não havendo cás e dáblios “no alfabeto brasileiro”, essas letras serem substituídas por outras. No entanto, o reclamante chama-se Walter, com dáblio, e então esse “dar conta da integralidade da língua” e do “todo existente” vai por água abaixo na língua imaginária grafada nos jornais.

...Mas a língua do jornal é *apenas* a língua da gramática, a língua oficial? *Ou ela também sofre, por si mesma, esquematizações, regulações, fixações, estabelecimentos de*

formas e sentidos? Sim. Ela é uma língua formulada no campo jornalístico e que reverbera em sua relação com o leitor, após décadas e mais décadas da domesticação de formas e sentidos. Faz parte da compreensão possível e analítica do jornal também as histórias do modo como a língua portuguesa se materializa no veículo de comunicação. Ela é um elemento que vai formar a rede de sentidos logicamente estabilizados da discursividade instaurada no campo jornalístico. Os manuais de redação e estilo adotados (e editados) pela cunhada mídia hegemônica (Cf. COUTINHO, 2008) do Brasil tornaram-se paradigmas para a formulação do que o senso comum considera como textos objetivos, imparciais, compreensíveis e comprometidos com a VERDADE. São esses também os “valores” e sentidos tradicionalmente disseminados pelos (e *atribuídos aos*, num jogo de imagens e de identificações) sujeitos que falam da posição do jornalista. Nessa direção, os manuais de jornalismo constituem uma forma de discurso pedagógico, que determinam diretrizes a serem seguidas ulteriormente a partir do campo discursivo em que surge o próprio manual. Authier-Revuz (1998) fala de manuais científicos, que também determinam diretrizes a partir do “regime de enunciação” do discurso científico:

O discurso científico contemporâneo, assim como o discurso didático dos manuais, discurso segundo que reproduz o regime da enunciação do primeiro, apagam, ao contrário, os mecanismos da enunciação no anonimato de um discurso universal do Verdadeiro, à racionalidade atemporal e impessoal. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 123)

Devidas as diferenças, também fundamentamo-nos aqui na teoria de que, nos manuais de jornalismo, apaga-se o mecanismo de enunciação em nome do sentido de verdade, mas também de objetividade, coerência, imparcialidade. Isso faz parte do ritual jornalístico (MARIANI, 2004), da prática jornalística padronizada. Apesar disso, esses manuais de jornalismo funcionam discursivamente de forma a suscitar um sentido institucional: aquela língua imaginária, dotada de regras, não significa independentemente; ela faz parte da constituição de identidade de uma corporação, de uma empresa jornalística. Trabalha-se na ilusão de que não apenas o sujeito é o senhor do dizer, mas também de que a empresa pode sê-lo — os títulos dos manuais já são um indício dessa ilusão (por enquanto, apenas um exemplo: *Manual de redação e estilo Folha de S.Paulo*). Sendo assim, os manuais de redação jornalística funcionam como autoimagem representativa da instituição, num movimento intradiscursivo — nos meandros da formulação da língua portuguesa dos jornais e dos próprios manuais, em seu exemplário extraído da produção jornalística — e interdiscursivo — em que os sentidos preexistentes à formulação dos manuais necessariamente se presentificam, num efeito parafrástico/polissêmico, de repetição/deslocamento.

Mas, ao longo da história da existência dos jornais no Brasil, esses guias nem sempre existiram e, muitas vezes, ao serem lidos, aparentam “purificar”, “exorcizar” a língua,

limpando-a de qualquer possível mal (seja ele sintático, ortográfico ou estilístico), numa verdadeira caça — o que faz com que se proponham como indispensáveis à qualidade e padronização jornalística e se oponham a uma tradição jornalística anterior, uma vez que se constroem, quase unanimemente, sobre os chamados “erros” do passado.

Vamos então nos postular em dois pontos específicos para as questões deste capítulo: a) os manuais de redação formulam uma língua imaginária própria; b) os manuais de redação são, como já indicamos no capítulo 1, instrumentos de gramatização, visto que constituem um saber sobre a língua. Nesse primado, a questão que nos move é: 1) mas como são constituídos os sentidos sobre língua nesses manuais? Mais: 2) como essa língua imaginária, idealizada e (re)escolhida trata da variedade, ou seja, das outras línguas que margeiam aquela incluída nos manuais?

Quando me refiro aos manuais de jornalismo, os entendo como, à semelhança de gramáticas e dicionários, instrumentos de gramatização. Conforme Sylvain Auroux, existem necessidades substanciais para que uma gramática *seja* uma gramática:

As regras podem ser encaradas como prescrições (diga..., não diga...; diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições (na língua L..., é enunciado correto; eles dizem...). É fácil passar do primeiro para o segundo tipo de formulação, o que explica que nunca existe, entre uma série de gramáticas prescritivas e uma outra série de gramáticas descritivas da mesma língua, a absoluta solução de continuidade que aí vê a historiografia tradicional: um certo saber se conserva sempre. (2001, p. 68)

Meu desdobramento é de que os guias de redação voltados a determinadas profissões, tais como manuais jornalísticos e cartilhas editoriais, apresentam esse tipo de enumeração de regras, e ora se posicionam na via de que o manual está “descrevendo” a língua jornalística imaginária, ora na via de que ele está apresentando “como” essa língua deve ser: ambas as vias possibilitam efeitos de sentidos que significam dentro de uma mesma formação discursiva dominante. Essa é uma prática recorrente também nas gramáticas: nelas, encontra-se uma língua imaginária que acompanha a seguinte diretriz de sentido — (1) a língua apresentada é um estado de língua e (2) esse estado de língua é aquele que deve ser aprendido, ensinado e tornado norma. Existe, portanto, uma proximidade entre os lugares da gramática e do manual de redação jornalística. Mas também existem diferenças entre esses instrumentos de gramatização. A uma delas nos referimos no título deste capítulo: existe um aprisionar de sentidos e de formas nos manuais de redação jornalística. Enquanto o discurso gramatical, ao eleger uma variedade como norma, oferece opções de usos da língua, os manuais restringem essas opções em geral a apenas uma. É o caso do *Manual de redação e estilo d’O Globo* e do *Manual de redação e texto jornalístico d’O Dia*. Ambos apresentam seções específicas — respectivamente “Em bom português” (p. 75) e “O que você não pode usar” — que

restringem os usos da língua jornalística imaginária, circunscrevendo ainda mais as “opções” do que as gramáticas.

4.1. Um conhecimento jornalístico *sobre a língua...* ou um conhecimento sobre a língua jornalística

Conforme temos pensado a relação entre manuais de redação e a tecnologia de gramatização, os primeiros não podem ser entendidos como no lugar da gramática ou no lugar do jornalismo. Nenhum dos dois. Os manuais de redação não se apresentam, conforme as gramáticas, como formas de descrição da língua nacional, oficial; mas como guias de como usar a língua portuguesa de forma a ela se afinar à ética profissional jornalística. Tampouco são a prática do próprio jornalismo, qualquer que seja, visto que são prescritivas em relação à língua, como vimos anteriormente, com exemplos em dois manuais de jornalismo. Mas a prática discursiva dos manuais de jornalismo não se afasta de um conhecimento *sobre a língua*. Eles formulam um conhecimento próprio da língua; a língua imaginária do jornal. E com essa formulação, relacionam também essa prática profissional a essa mesma língua imaginária. A carreira jornalística está profundamente baseada em como o jornalista escreve, e essa forma é a *regida* pelos manuais. O objetivo aqui é identificar o funcionamento discursivo dos manuais, que disseminam, tal como algumas gramáticas, como deve ser um texto, mas esse texto especificamente é o texto jornalístico. Orlandi (2001; 2004) teoriza que, quando se fala em *texto* como unidade linguística de sentido, se estabelece uma relação imaginária com sentidos de coesão, coerência, encadeamento de idéias, início, desenvolvimento e conclusão (na ilusão de fechamento do texto em si mesmo). Os manuais de redação jornalística, analogamente, também estabelecem uma relação imaginária com seu texto, na ilusão de que ele proporciona não apenas uma completude, mas também uma objetividade, uma clareza e uma imparcialidade, características que deve ter a redação jornalística para que seja tipificada como tal.

É a partir da análise de sequências discursivas a que chegamos nos questionando sobre a ocorrência da variedade linguística nos manuais e sobre a construção da língua imaginária jornalística que buscaremos compreender os efeitos ideológicos provocados por esse tratamento da língua. Contrariando uma abordagem que compreende a materialidade linguística como documentos históricos que dizem por si mesmos, a Análise do Discurso Franco-Brasileira busca uma análise da mesma como *monumentos*, ou seja, necessariamente passível de gestos interpretativos que assim vão construir a história. Essa abordagem segue na contramão da ilusão da imanência do sentido, dado que considera tanto a posição do sujeito

quanto as formações imaginárias que co-constituem o sentido, sempre determinado pelas relações interdiscursivas. Dessa forma, conforme Mariani (1998),

Nos monumentos textuais, vislumbra-se a estruturação do que foi “pensável” numa dada época. Ora, o que foi ‘pensável’ numa dada época já é resultado da ação da memória da época em questão. (...) Queremos dizer com isso que o trabalho da memória produz uma certa previsibilidade, dando a ilusão de que nada muda. No entanto, não se deve perder de vista que se há uma previsibilidade do “pensável” (e adiantamos, desde já, que o discurso jornalístico atua nesta cadeia de possibilidades e previsibilidades), esta é continuamente abalada pela irrupção de acontecimentos que vão deslocando os sentidos já produzidos. Ou, ainda, que em um acontecimento já fixado pela memória histórica outras re-interpretações podem ser feitas (pois, como se sabe, não se lê um mesmo texto sempre da mesma maneira), ocasionando novas tradições de significação que podem até mesmo incluir o que antes havia sido rejeitado, ie, condenado ao esquecimento. (MARIANI, 1998, p. 36)

Com isso, pretendo defender aqui que sempre há a possibilidade de resistência a esses sentidos produzidos pelos manuais, sentidos já estabilizados, sentidos que se multiplicam; mas também sentidos que se aliam a outros e podem, no jogo das formações discursivas, significar diferente a cada vez. Trabalharemos aqui com os manuais de jornalismo institucionais que se voltam a uma *imprensa de referência* (MARIANI, 1996, 51, p. 240), no que diz respeito a referendar o poder instituído, levando ao público o senso (e o censo, o clássico trabalho de controle de qualidade do *sensor*) dos detentores do poder. Como colocamos no início deste capítulo, são organizados, escritos e/ou vinculados a um jornalismo hegemônico, conforme Gramsci (2002, 2006) os situa. Portanto, neste capítulo, quando falarmos de imprensa de referência ou de jornalismo hegemônico, não os encaramos como sinônimos, mas como dois lados de uma mesma produção de sentidos que ora referenda o poder, ora faz parte dele, confundindo-se.

Numa breve retomada da história dos manuais de redação, vemos que eles se propagaram por todo o Rio de Janeiro com muito vigor na década de 1950. Suas orientações se identificam às formas de texto já dirigidas pelos *stylebooks* norte-americanos; muitos deles traduções ou resenhas das normas ditadas na imprensa capitalista e monopolista já instaurada em outros países do mundo.

A reforma do estilo da imprensa brasileira começou na década de 1950, em um pequeno jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca* (que circulou entre 1928 e 1966), onde foram introduzidos pelos jornalistas Danton Jobim e Pompeu de Souza três importantes elementos oriundos do jornalismo norte-americano: o *lead*, o manual de redação e o *copy desk* (redator responsável por reescrever as matérias, dando um tratamento uniforme a todos os textos). (CAPRINO, 2007: 99)

Esses guias chegam para inserir o jornalismo brasileiro num padrão internacional de fazer jornalístico, numa prática discursiva dominante na forma de fazer jornal, que definia determinado uso de língua. As novas regras que os manuais divulgam passam a legislar sobre uma categoria profissional específica, e constituem uma política linguística, uma vez que impedem certas formas e sentidos dados à língua e também fornecem diretrizes sobre a língua:

uma política lingüística dada resulta das condições históricas das relações entre as línguas num preciso espaço-tempo de práticas discursivas. Assim sendo, discutir a instauração de uma política lingüística supõe compreender o modo de funcionamento dessa complexidade histórico-lingüística, já que é ela que vai constituir as condições materiais de base que vão garantir a tomada de posição das instâncias de poder visando regular as práticas languageiras. (MARIANI, 2003: 78)

Mais além: essas mesmas formas e sentidos não vão se restringir apenas à categoria jornalística, mas, por o jornal (e a mídia como um todo) trabalhar na “representação e reprodução dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas” (MARIANI, 1998: 44) ou incentivar sua dissolução — entendendo-se o âmbito político como a luta pela estabilização ou desestabilização no que concerne à prática languageira, delimitando (ou não) confrontos e antagonismos em diferentes matrizes de sentido (formações discursivas) — (MARIANI, 1998: 44), os sujeitos-leitores podem ser alcançados — singularmente, subjetivamente — pela forma e pelos sentidos do jornal. Assim, a forma do fazer jornalístico é determinada não apenas aos jornalistas, mas também aos leitores, que antecipam, a partir de uma cristalização formal, como deve ser um jornal.

Segundo Orlandi, “no caso da indústria cultural, o texto está prenhe de outros sentidos que não a informação, efeitos esses tais como a persuasão, o nivelamento de opinião, a ideologia de sucesso, a homogeneização, etc.” (1996, p. 119). Também foi observado como se constituíram esses e outros efeitos, como o de objetividade jornalística, que vai se apoiar sobre determinada forma para se fazer legítimo. Para este capítulo, trabalhamos com os seguintes manuais como *corpòra*:

- 1) *Novo manual de redação Folha de S. Paulo*: por se anunciar como o primeiro brasileiro a dar os valores, em uma edição anterior, de um jornal em seu corpo — “O texto de 1984 teve funções pioneiras. Manuais de estilo já existiam desde a década de 20. Pela primeira vez, porém, um manual de jornalismo não se limitava a prescrever opções de linguagem e reforçar regras gramaticais, mas procurava condensar uma concepção de jornal” (FOLHA ONLINE, 2009: Introdução) e por ser um dos mais procurados por outros jornais para confeccionar seus próprios manuais. Além disso, o manual da *Folha* não se restringe apenas à prática jornalística: há editoras, agências de publicidades etc. que se fundamentam nele para a elaboração de redações;
- 2) *Manual de redação e estilo O Globo*: por ter sido, no Rio de Janeiro, o primeiro publicado de modo a servir como matriz para a língua usada em sua publicação, ou seja, foi o primeiro manual de redação jornalística institucional, vinculado a uma empresa midiática;

- 3) *Manual de redação e texto jornalístico O Dia*: visto que analiso o jornal *Meia Hora*, do mesmo grupo do *Dia*, e verificarei as tensões entre o manual e o fazer jornalístico.

Num primeiro momento, desses manuais, analisamos sequências que tratassem do que é certo e do que é errado na redação jornalística. Esse foi o mesmo procedimento que adotamos nas gramáticas e no dicionário dos capítulos 2 e 3. A língua imaginária do jornal vai significando em torno dos sentidos parafrásticos de certo e errado, tanto em relação à língua, quanto em relação à postura profissional do jornalista.

A seguir, observem-se as sequências discursivas relativas ao posto como errado na língua do jornal, em geral associado à língua oral:

SD14: Na reprodução de declaração textual, **seja fiel ao que foi dito**, mas, se não for de relevância jornalística, **elimine repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: um, é, ah, né, tá, sabe?, entende?, viu?** Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito — **desde que respeitado o conteúdo**.(...) Na **necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração**, admite-se o uso da expressão latina sic (assim mesmo) entre parênteses. Restrinja o uso desse recurso. (FOLHA ONLINE, 2009, “Texto”) [negritos meus]

SD15: O jornal **não pode reproduzir passivamente erros de português** e agressões evidentes à lógica ou aos fatos. **Quando alguém fala errado, deve-se corrigir no texto, exceto se houver motivo para manter o erro** — e então é sempre preciso apontá-lo ao leitor. (O GLOBO, GARCIA & ANDRADE, 1999, p. 41)

SD16: **Defeitos de dicção, de pronúncia e outros tiques de linguagem** não devem ser reproduzidos no texto de uma entrevista, **a não ser excepcionalmente em casos que de fato ajudem a definir um personagem** (...). (O DIA, 1996, p. 21-22) [negritos meus]

Como consta na SD14, do manual da *Folha*, os sentidos de fidelidade fazem parte daqueles que envolvem a relação imaginária que se tem do texto jornalístico: ele deve ser “fiel ao que foi dito”. Essa fidelidade jornalística não é sinônimo de uma transcrição *ipsis litteris* — como se isso fosse possível — das falas dos entrevistados ou das falas recolhidas nas reportagens. A fidelidade jornalística abre espaço a uma edição-eleição das palavras e do falar do outro. A fidelidade, sendo o efeito de integralidade do dizer, contempla uma eliminação daquilo que é considerado desnecessário, e isso nos interessa bastante. Que língua ou aspectos de língua são esses que são relegados, que vivem, como dissemos no capítulo sobre gramática, na estrema da língua que é considerada norma — neste caso específico, a língua imaginária jornalística? Na SD14, observamos que devem ser eliminadas “repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: um, é, ah, né, tá, sabe?, entende?, viu?”, de forma que seja “respeitado o conteúdo”, ou seja, há uma ilusão de que há a possibilidade de o “conteúdo” ser mantido mesmo em se excluindo o dizer; e mais importante: o que é chamado de *linguagem oral* é tido como dispensável, visto que esse mesmo “conteúdo” pode ser mantido com a eliminação de expressões pertencentes a ela. É a instauração do *efeito da inutilidade do oral*.

Entre as três sequências (SD14, SD15 e SD16), encontramos uma ressonância de sentido no que diz respeito ao erro. Ele sempre está relacionado à declaração, à fala reproduzida, portanto, à oralidade. Na SD14, isso pode ser visto em “Na necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração”; na SD15, em “Quando alguém fala errado, deve-se corrigir no texto”; na SD16, em “Defeitos de dicção, de pronúncia e outros tiques de linguagem”. Atribui-se à oralidade um status de lugar do erro, de uma quase exclusividade do erro. A compreensão desse funcionamento discursivo nos será cara ao analisarmos, mais à frente, sequência discursivas provindas de jornais populares como o *Meia Hora de Notícias*.

Constroem-se, com o status de erro na oralidade, sentidos de erro também do corpo que, na discursividade dos manuais, fala errado, pois ele passa a ser definido por esse erro, *quando necessário*, como podemos ver também, parafrasticamente, nas três sequências discursivas, recortadas abaixo:

SD14 [extrato]: necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração

SD15 [extrato]: Quando alguém fala errado, deve-se corrigir no texto, exceto se houver motivo para manter o erro

SD16 [extrato]: a não ser excepcionalmente em casos que de fato ajudem a definir um personagem

A configuração do imaginário sobre a reportagem passa pela forma, então, como os jornalistas farão uso do que consideram linguagem oral. Para Francine Mazière, em conversa que tivemos em 2009, na Universidade Federal Fluminense,¹¹ a relação que o jornalista estabelece com a língua do entrevistado é também uma relação imaginária: ele imagina como *deve ser* a língua do outro, e são as características imaginadas que vai apagar ou ressaltar no fio discursivo. Quando resalta essas características, o jornalista não apenas significa a língua do entrevistado, mas também o próprio sujeito outro, que está inserido numa rede de formações imaginárias, em que se obedece/desobedece àquilo que se pode/deve dizer, regulado pelas formações discursivas. É a tal definição do personagem segundo a inclusão daquilo que se consideram erros em sua fala, conforme vimos mais patentemente no extrato da SD16, do manual do *Dia*. Em especial, quando se fala de leitores populares, encontramos um sentido pejorativo para os mesmos, e esse sentido é efetivado através do imaginário de língua construída sobre eles, conforme vemos na SD17:

¹¹ No âmbito da palestra “Análise do Discurso: História e atualidade de suas pesquisas”.

SD17: Um jornal, principalmente quando atua na faixa popular, deve ser de fácil compreensão para o leitor. Quase didático, sem, no entanto, subestimar a inteligência do seu público. (O DIA, 1996: 20)

Ao analisarmos a ênfase à faixa popular, pudemos compreender como se dá a construção do personagem de que o extrato da SD16 — “a não ser excepcionalmente em casos que de fato ajudem a definir um personagem” — fala: essa faixa popular precisaria de uma linguagem de *fácil compreensão*. Com isso, percebemos que no manual se significa *popular* na mesma formação discursiva observada nas gramáticas e em Mattoso: a Formação Discursiva Língua-Padrão — FDLP —, que inferioriza a língua que se imagina ser *falada/usada/compreendida* por determinadas classes sociais.

É da necessidade de sanar *erros* da redação jornalística que surgem alguns manuais, como políticas linguísticas de, se não eliminação da diferença, padronização, pasteurização da língua imaginária do jornal.

SD18: Este manual tem a aspiração de contribuir para a modificação de uma realidade da qual nasceu como **flor do lodo**: a da massa de **erros** que há anos se observam nos veículos de comunicação social, com impressionante índice de repetição. (O GLOBO, GARCIA & ANDRADE, 1999: texto de orelha)

Fazem parte dessa *massa de erros*, como colocado no manual do *Globo*, na SD18, os erros cometidos na oralidade. Desde o texto de orelha do manual de *O Globo*, tem-se uma oposição de sentidos através de um deslocamento de sentido. No fio discursivo, encontra-se o sintagma *flor do lodo*, que retoma a *flor do Lácio*, as línguas neolatinas. O erro não é Lácio, o erro é lodo; ou o lodo do Lácio: aquilo que se tem de pior, aquilo a que se tem asco. O manual seria o remédio, o que poderia surgir de melhor e bonito diretamente do lodo e da massa de erros. Funcionando como uma forma de remédio, esse nascimento da flor do lodo é uma forma de regulação de formas linguísticas que motivaram o próprio nascimento, e isso não deixa de ser uma regulação também de sentidos, dado que, para a Análise do Discurso, o sentido não está desvinculado da forma com que se materializa. Não há essa dicotomia; o sentido se processo inalienável da forma, inserido num processo sócio-histórico que não é impermeável de outras formas e sentidos.

É, portanto, característica dos manuais de jornalismo referendar a prática jornalística cujos sentidos dominantes são integrados num continuum ilusório de fechamento, objetividade e imparcialidade que só podem ser alcançados mediante o aprendizado e o doutrinamento da língua imaginária jornalística, conforme vemos no trecho em negrito da SD19:

SD19: Ganhamos agora a certeza de que, com este Manual de Redação, O DIA entrega aos seus jornalistas um trabalho capaz de ajudá-los a exercer com mais segurança a profissão. **Ao manuseá-lo, eles saberão como produzir um texto não só alicerçado em princípios éticos, que não podem estar dissociados da clareza e dos fundamentos da linguagem jornalística.** (O DIA & CARVALHO, 1996: 9)

Observa-se, assim, como a língua vai sendo significada nos manuais de redação jornalística e, sobretudo, como ela vai se ligando aos sentidos da própria prática jornalística, sendo obrigatório à posição-jornalista o aprendizado da língua imaginária colocada nos jornais. Também ficou patente que, ao significar a língua, significa-se também um leitor imaginário que fala/lê essa língua. Portanto, em relação à transcrição de entrevistas, por exemplo, a exclusão de certos aspectos de oralidade não constituiria um problema ao sentido de fidelidade incentivado pelos manuais: isso porque se considera que esses aspectos são nulos, desnecessários, inúteis. Isso já denota um certo sentido circulante na FDLP em relação à língua oral: ela não faria parte do ritual jornalístico, conforme teorizado por Mariani (1998). Ademais, quando da especificação do uso de uma linguagem de “fácil compreensão”, no *Manual O Dia*, voltada ao segmento popular, pode-se concluir que imagina-se uma faixa popular que *precisa* de uma linguagem de fácil compreensão. E mais do que isso: imagina-se que a língua usada pelas faixas populares seja de menor complexidade. Daí não se tocar no assunto *variedade na língua*. Nenhum dos três manuais que analisamos faz qualquer menção a essa variedade, apesar de determinar diretrizes para o uso de uma linguagem mais simples, menos complicada, de “nível” intermediário etc. Os manuais de redação funcionam discursivamente como tecnologias de gramatização que se apoiam sobre o imaginário de uma língua própria, tida como inserida na norma culta, mas de nível intermediário, dada a sua suposta simplicidade. No manual da *Folha*, temos uma instância desse processo:

SD20: [O texto jornalístico] Deve estar redigido em **nível intermediário**, ou seja, utilizar-se das formas mais simples admitidas pela **norma culta** da língua. (FOLHA ONLINE, 2009, “Introdução”) [negritos meus]

Vale ressaltar que também já analisamos o que se chamam níveis de língua na gramática de Bechara, em nosso capítulo 2, e que eles indicam uma hierarquia da língua: os falares das classes sociais populares estão constantemente situados em níveis inferiores.

É notório que nos manuais há muitíssimos outros sentidos que relacionam o sujeito na posição jornalística à discursividade instaurada por essa tecnologia de gramatização, mas este trabalho não pretende exaurir a problemática. Trata-se aqui de identificar um efeito de já-eleito na língua imaginária jornalística, ou seja: por ela retrabalhar uma questão já trazida pelas gramáticas — a questão do uso da língua, mais especificamente, do que se convencionou chamar como língua-padrão e norma culta —, ela também reduz, conforme aprendemos com Aurox, a liberdade de variação dentro de uma dada língua — fluida, consoante conceito de Orlandi —, significando, com essa redução, uma categoria profissional dotada de imparcialidade, objetividade etc., mas também excluindo/silenciando o espaço de variação. Censura-se, com isso, não apenas a variação, mas o sujeito que se imagina na posição de

articulador dessa variação. Se palavras que ele fala são tidas como desnecessárias ou inúteis, certos sentidos também o são, bem como o próprio sujeito, em alguns âmbitos.

O jornalista, em seu lugar de autor, desdobra-se em dois. No momento de escrita de suas matérias (entre outros gêneros jornalísticos), ele passa pela divisão do trabalho social da interpretação, visto que há, também, na sua função de organizar a língua, a necessidade de “domesticar o sentido”, sendo ao sujeito permitidos certos sentidos, outros não (ORLANDI, 2004: 94); o segundo momento de sua escrita é o uso de uma língua imaginária que corrobora os sentidos de objetividade e imparcialidade associados a sua profissão. É o efeito do *esforço jornalístico*: o trabalho de organização e domesticação ilusória dos sentidos e formas é levado ao extremo, dadas as técnicas complementares que os manuais de redação obrigam o jornalista a se submeter — já não bastasse o cumprimento das necessidades do próprio texto, de que Orlandi trata. Esse esforço provém de um aprisionamento dos sentidos sobre norma, que são incluídos nos manuais, e que ao mesmo tempo diminuem cada vez mais a circulação de sentidos sobre variação nessa língua específica, que é regrada nos guias de fazer jornalístico. Resta saber se a censura promovida nos manuais domina toda a imprensa de referência ou se há espaço para falhas, para resistência, para a ruptura de dentro da FDLP.

5. NUNCA FOI TÃO FÁCIL LER JORNAL: RELAÇÕES IMAGINÁRIAS ENTRE LÍNGUA E CLASSE SOCIAL

Não há nada mais ilusório que um fato óbvio.
Sherlock Holmes, o filme, 2010

Só há sujeito quando o indivíduo é perpassado por diversos sentidos ideológicos que são sedimentados em discursos, e esses sentidos, embora o preencham, são fugidios, volúveis e trabalham no plano do inconsciente. São eles o que Michel Pêcheux (2006) chama de “coisas-a-saber” — “conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente” (p. 34). A banda Toranja, responsável pelos versos da epígrafe da segunda parte desta dissertação, antes do Capítulo 4, me traz essa contribuição em forma de música: *saber* existir é existir num mundo de sentidos e discursos preexistentes, é fazer parte de uma historicidade que cala, faz sentir, perpetua, apaga, sussurra e transborda. E as subjetividades contemporâneas são formadas e preenchidas pelos sentidos da hegemônica formação discursiva capitalista. A beata, a moeda portuguesa, brilha e é a última moda para a criança, segundo a canção. Pegá-la ou não? Deixar-se ou não ser preenchido pelos sentidos que são significados dentro de uma formação discursiva que prioriza o monetário? Pelo sim ou pelo não, a moeda estará lá. Os sentidos que serão discutidos nesta segunda parte estão ora inseridos no pegar a moeda (adesão à formação discursiva capitalista) ou deixá-la (resistência a ela). Esse pegar simbólico da moeda será demonstrado nas inscrições a determinadas formações, como já tem sido feito desde a primeira parte. Estar inscrito em dada formação discursiva dominante é seguir uma dada tradição em meio a tantas outras, é se vincular a sentidos estabilizados. Conforme Magalhães (2001), versando sobre um personagem específico de Graciliano Ramos, “A tradição é a conservação do já vivido das relações sociais, que estará sempre em luta com as novas formas que se apresentam, como o momento de questionamento do já posto” (p. 19). Para a autora, é do funcionamento dessas mesmas relações sociais a possibilidade do novo, da resistência e contrariedade àquilo que Pêcheux (2006) chamará de *homogeneidade lógica*: “O sujeito pragmático — isto é, cada um de nós (...) — tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica (...)” (p. 33).

No entanto, se as “coisas-a-saber” — “isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual ‘ninguém pode ignorar a lei’” — não se encontram estabilizadas em determinada discursividade, ou seja, se há uma instabilidade de sentidos, determinada tradição é rompida? Em outras

palavras: como poderíamos reconhecer que uma determinada discursividade tende à estrutura ou ao acontecimento, conforme definidos por Michel Pêcheux, se “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos [redes de memória e trajetos sociais]” (PÊCHEUX, 2006, p. 56; colchetes meus). Segundo Pêcheux (2006), o acontecimento discursivo é produzido “no encontro entre uma atualidade e uma memória” (p. 17), portanto, num ponto nodal em que as redes de sentido, através de enunciados que se (des)encontram, tendem a se reorganizar, reestruturando-se. Há, para a Análise do Discurso, o bom sujeito, aquele que bem-recebe, bem-pratica os sentidos produzidos na formação discursiva em que está inscrito, e também o mau sujeito, aquele que se contraidentifica com a formação discursiva:

o sujeito, “mau sujeito”, “mau espírito”, *se contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “intediscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza etc.) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas. (PÊCHEUX, 2009, p. 199-200)

Desse *discurso-contra* outros sentidos são produzidos e passam a ser circulados, numa outra formação discursiva que resiste e não se alia àquela com que se contraidentificou. Neste capítulo, estudaremos especificamente de que forma a FDLP circunscreve (ou não) o campo discursivo do que se convencionou chamar jornalismo popular. Ele não é um campo exclusivo do Brasil, tendo nascido já nos primórdios da história do jornalismo europeu e norte-americano:

In the early to mid-nineteenth century, in most western countries but especially those with press freedom, a cheap popular press appeared. The term “penny press” is associated with a famous generation of US newspapers that appeared in the 1830s, but the notion of penny publications has a longer lineage. The penny papers of the 1830s and their British counterparts have been credited with effecting a revolution in journalism, and in fact with the invention of journalism itself as well as of neutrality or objectivity (...). This famous generation of penny papers also had successors that were spectacular in their own day but have escaped the attention of journalism historians. Echoes of the penny press formula – particularly the combination of sensational news with mass market appeal, large-scale industrial production, and economies of scale – have continued to appear. The relationships between popular journalism and populism, on the one hand, and journalism, on the other, remain controversial. (NERONE, 2008)¹²

Lene (2004), em sua dissertação de mestrado, afirma que os ideais de objetividade e neutralidade “fundados” pela *penny press* chegam ao Brasil reformulados:

Até a década de 1830, os jornais prestavam um serviço a partidos e a comerciantes. Com os *penny press* — que eram baseados em notícias, e não em opinião, e vendidos nas ruas de

¹² Tradução nossa: “Do começo a meados do século XIX, na maioria dos países ocidentais, mas principalmente naqueles em que havia liberdade de imprensa, surgiu um jornalismo barato e popular. O termo *penny press* [N.T.: *penny* é um tostão, um centavo de libra esterlina] está associado à famosa geração de jornais norte-americanos que foram lançados na década de 1830. Contudo, a noção de publicações *penny* é alargada. Os *penny papers* dos anos 1830 e seus equivalentes britânicos foram reconhecidos como revolucionários no jornalismo, e, de fato, como os inventores do jornalismo propriamente dito, assim como da neutralidade e da objetividade (...). Essa famosa geração de *penny papers* também foi sucedida por publicações espetaculares em seu tempo, mas que não chamaram tanto a atenção dos historiadores do jornalismo. Ainda hoje podem ser conferidos os ecos da fórmula criada pela *penny press* — particularmente a combinação de notícias sensacionais com os atrativos do *marketing* de massa, a produção industrial em larga escala e economias de escala. As relações entre jornalismo popular e populismo, em uma mão, e jornalismo, em outra, continuam controversas.” (NERONE, 2008)

Nova Iorque por um penny — os jornais passaram a vender um produto aos leitores e vender leitores aos anunciantes. § Os *penny press* refletiam mudanças políticas, tecnológicas e sociais da marcante década de 1830. Para o jornalismo norte-americano foi o triunfo das notícias sobre o editorial e dos fatos sobre a opinião, uma mudança que foi modelada pela expansão da democracia e do mercado, que, mais tarde, levaria ao cenário causador do inquietante devotamento do jornalismo à objetividade.¹⁰⁴ [Nota 104: *A objetividade normalmente é associada à crença na verdade dos fatos. Entretanto, segundo Schudson, o ideal de objetividade, nos Estados Unidos, não foi resultado de um empirismo ingênuo, de uma cultura do fato não problemático, mas a uma reação ao ceticismo e ao pessimismo que dominavam a sociedade norte-americana no período entre-guerras. Foi expressão de um fenômeno cultural mais amplo, associado à crise da democracia e da sociedade de mercado.*] (...) A partir da década de 1950, a imprensa brasileira passa por uma nova fase de transformação. Ribeiro (2000, p. 304) afirma em sua pesquisa que o modelo do jornalismo informativo — baseado nas novas técnicas redacionais e na nova ideologia profissional — se impôs definitivamente no Brasil na década de 1960. Sob as novas condições do mercado, os ideais da objetividade e da neutralidade suplantaram os da opinião e do julgamento crítico. (...) Reformar os jornais, afiná-los aos padrões norte-americanos, ainda que apenas retoricamente, significava inseri-los formalmente na “modernidade”. (2004, p. 109-111)

Desde sua gênese, o jornalismo popular advoga um jornalismo meramente informativo em detrimento de uma produção mais “opiniosa”. Suscitar a historicidade dos sentidos de objetividade jornalística nos EUA é buscar entender por que se vê como óbvio, no Brasil, que o profissional jornalista deve sempre ouvir “os dois lados”, não se inserir no texto que escreve, manter uma distância dos fatos (como se eles fossem palpáveis...), não ser passional, nunca se posicionar unilateralmente; enfim, os sentidos que foram vistos no capítulo anterior. Isso tudo não é desligado de um modelo internacional de produção intradiscursiva midiática. Como Lene coloca, ainda que retoricamente, o jornalismo brasileiro, na década de 1960, está afinado aos padrões norte-americanos — e essa palavra, *afinado*, não é à toa: já não bastasse referir-se à forma norte-americana como *padrão*, ainda se a trata como um maestro que rege a filarmônica, afinando-a. Esses padrões de objetividade e neutralidade são uma prática iniciada pelos *penny press*; como visto, uma forma de jornalismo popular. É um campo discursivo privilegiado de sentidos e formas que vão se alterando ao longo da história, ainda que não sejam instrumentos/tecnologias de gramatização...

Como os sentidos sobre língua vão sendo construídos neste campo, em que não ocorre uma gramatização, mas em que a língua imaginária jornalística regulada pelos manuais analisados no capítulo 4 é corroborada (ou não) na prática profissional? Em outras palavras: o jornalismo popular de que estamos falando se inscreve na Formação Discursiva Língua-Padrão ou resiste a ela? E finalmente: ao falar sobre o *povo*, o jornal popular constrói sentidos sobre língua e variedade linguística?

Neste capítulo, na análise do funcionamento discursivo do jornal popular, é necessária uma reflexão sobre o conceito de *minoría*. Segundo Muniz Sodré (2005), Kant denominou a noção com uma palavra alemã: *Unmündigkeit*. “Em Kant, maioridade é *Mündigkeit*, que implica literalmente a possibilidade de falar. *Münd* significa boca. Menoridade é *Unmündigkeit*, ou seja, a impossibilidade de falar. Menor é aquele que não tem acesso à fala

plena” (2005, p. 11). Daí Sodré deriva um conceito que   tratado ao longo de todo o livro que prefacia: minoria seria aquele grupo que não tem acesso   fala, cuja voz   silenciada. Em *Análise do Discurso*, a interdi o dos sentidos e dos dizeres deixa de ser exclusiva aos grupos que Sodré chamaria de minoritários. Não são apenas esses grupos os impedidos de terem a voz circulando. As minorias, relendo o conceito do lugar da *Análise do Discurso Franco-Brasileira*, seriam compostas pelos sujeitos impossibilitados de ocupar o lugar de produ o de sentidos, algumas vezes veiculados pelas m dias. Ou seja: esse lugar, o de autoria — na ilusão da organiza o e do regimento dos sentidos em uma materialidade linguística — midiática, na divisão do trabalho social da interpreta o (ORLANDI, 2004, p. 94), seria impedido e não facultado às minorias. Em *As formas do silêncio*, Orlandi trata da questão do silenciamento, afinando-a a implica es políticas, ideológicas e subjetivas:

(...) há um aspecto interessante a observar em rela o a esse mecanismo de censura. Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posi es” do sujeito. (...) Daí, no seu funcionamento, a censura, ao atingir o sujeito, fixar-lhe uma imagem e ao mesmo tempo obrigá-lo a projetar-se para além (na fluidez do silêncio). Com efeito a censura   o lugar da nega o e ao mesmo tempo da exacerba o do movimento que institui identidade. (2007, p. 76, 80-81)

A *posi o* discursiva, então, das minorias, na divisão do trabalho social da interpreta o,   a de ser censurada em rela o aos sentidos circulantes nas m dias. Nega-se ao sujeito que ele assuma a posi o de *autor* — e também de *leitor*, numa censura aos dois lugares de interpreta o — no jornalismo, por exemplo, e isso faz parte de seu processo de identifica o nas forma es discursivas, sendo que “Na identifica o simbólica estão inscritas, portanto, as representa es verbais (termo de Pêcheux), ou seja, o resultado do efeito do assujeitamento ideológico a uma dada forma o discursiva” (MARIANI, 2006, p. 29).   nessa mesma constitui o que surge o “teatro da consciência”, relacionando o “sujeito de direito” ao “sujeito ideológico”.¹³ Faz parte do funcionamento da ideologia que alguns sentidos sejam silenciados e outros sejam evidenciados, como naturais, óbvios e *in situ*.   como se o sujeito que não   autor e/ou leitor do jornal não o fosse por motivos claros, incontroversos, inquestionáveis.

Cria-se assim a ilusão de um sentido desprovido de história e de um sujeito como origem de si próprio. Temos aí, em decorrência do “efeito de evidência da língua”, o surgimento de mais duas: a **evidência do sentido** (que faz com que uma palavra queira dizer o que realmente diz) e a evidência do sujeito (que se mostra como tendo existência espontânea). (FERREIRA, 1994, p. 6; negrito da autora)

¹³ Dois momentos não cronológicos: 1) **interpela o do sujeito pela ideologia** dada historicamente; 2) estabelecimento das formas de **individualiza o do sujeito em rela o ao Estado**. Por Mariani (2006, p. 31): “Do indivíduo interpelado em sujeito (I¹) resulta o sujeito em ‘sua forma individualizada concreta (I²)’, ou seja, aquela visível e a partir da qual   possível adaptar o sujeito ao social.”

A Análise do Discurso descarta a possibilidade de a língua ser um sistema impassível de falhas. Leandro Ferreira também esclarece sobre a noção de **real da língua**: “O real da língua não se encontra amarrado aos limites de uma língua lógica, mas está atravessado por fissuras, atestadas na existência do humor absurdo, do non-sense, do ‘witz’, que o desestabilizam sem apagá-lo” (1994, p. 145). Assim, qualquer tentativa de amarrar o sentido às palavras sem relacioná-las às suas condições de produção é cair numa análise de conteúdo, que não leva em conta o inconsciente e a ideologia. E nosso objetivo é considerá-los, sem legar à segunda, terceira, quarta... enésima instância o humor, o desvio, a falha.

É desse lugar que analisarei o processo de constituição de sentidos sobre a língua no jornalismo popular. A hipótese que proponho aqui é que as minorias de que tratamos, numa noção retomada pela Análise do Discurso, estão relacionadas, na FDLP, aos sentidos de classe social: seriam censurados, no jornalismo, os sujeitos que se imaginam pertencer a determinadas classes sociais, as mesmas que se associam, em lugares como as gramáticas, à língua tida como errada, à língua que foge ao padrão e à norma. E os manuais de jornalismo corroboram essa censura, apagando a questão da variedade linguística.

Para que se dê início à análise das sequências discursivas neste capítulo — relativas ao jornal *Meia Hora de Notícias*, como veremos à frente —, é indispensável uma breve reflexão sobre a categoria jornalismo popular, uma vez que, ao se categorizar qualquer palavra (como “jornalismo popular”), se estão fixando sentidos a ela. Tipificar o jornalismo como popular e predicar certas características a ele é reduzir um funcionamento discursivo específico a essas características, que são as que passam a ser apreendidas através das evidências ideológicas:

pela relação entre processo e produto, consideramos que o tipo (produto) é funcionamento discursivo (processo) que se cristaliza historicamente, dada a dinâmica das relações de produção. Dessa forma, certas configurações se institucionalizam e se tornam típicas, constituindo, historicamente, *modelos* para o funcionamento de qualquer discurso. (ORLANDI, 1996, p. 198)

Jornalismo popular, então, torna-se um tipo, um *modelo* para o funcionamento da discursividade dos jornais que assim são classificados. Um jornal popular como o *Meia Hora de Notícias*, por exemplo, já “nasce” inscrito em um funcionamento discursivo que possibilita, mas também impede determinadas posições e sentidos.

5.1. O funcionamento discursivo do popular no jornalismo: o caso *Meia Hora*

Todo jornal é produzido a uma imagem de leitor, e é buscando se aproximar dele que o jornal mobiliza determinada língua imaginária.

(...) a instituição jornalística não funciona sem leitores, e se ela busca atraí-los como consumidores, há que se considerar que todo jornal noticia para **segmentos determinados da sociedade**, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento. Esta imagem, por

sua vez, pode ser apreendida, na própria prática do discurso jornalístico: **no ‘como se diz’ já se encontra embutido o ‘quem vai ler’**. (MARIANI, 1998, p. 57) [negritos meus]

Segundo Mariani, a forma como a língua será mobilizada já diz muito sobre a imagem daquele que, imagina-se, lerá o jornal. Ao mesmo tempo que na instituição jornalística a língua imaginária dos manuais vai sendo significada, vão sendo veiculados, circulados, produzidos os sentidos sobre o sujeito-leitor; aquele que imaginariamente corresponde ao público-alvo de determinado veículo de comunicação. Trata-se, então, de um teatro de imagens, em que instituição e leitor cambiam sentidos a todo momento. Já propus que o jornalismo popular atua como um tipo de discurso, de funcionamento que cristaliza determinada prática. Para Orlandi, “A consideração do tipo como parte das condições de produção é fundamental (...) a relevância dos fatores que constituem as condições de significação de qualquer dizer é determinada pelo tipo de discurso” (ORLANDI, 1996, p. 198). Para se analisar, portanto, o *Meia Hora de Notícias*, deve-se lembrar que, entre suas condições de produção, entra o tipo de jornalismo a que pertence. Sobre o jornalismo popular, Amaral (2005), com base na Análise do Discurso Franco-Brasileira, afirma:

É possível localizar as técnicas de visibilidade do leitor popular tanto nos primórdios do jornalismo sensacionalista americano, quanto nos folhetins originados na imprensa europeia. (...) no processo de a imprensa se fazer popular, ela adota **formas culturais consagradas** historicamente como populares, que trabalham com uma determinada visão sobre **quem são as camadas populares, o que gostam, como vivem e o que consomem**. (p. 7; 9) [negritos meus]

O imaginário *consagrado* — do senso comum, como temos tratado desde a primeira parte desta dissertação — sobre o que é popular agrega não apenas o *como se diz*, ou seja, a forma linguística de tratamento do leitor, mas também os gostos, os costumes e os atos de consumo. Esse imaginário é necessariamente um gesto de interpretação sobre o sujeito que se imagina como popular, sobre uma classe social e sobre uma língua que se imagina ser dessa classe social.

A comunicação social e a crítica jornalística tem escrito muito sobre o autodenominado jornal popular *Meia Hora de Notícias*, do Rio de Janeiro. Ele já recebeu matérias principais de vários outros meios de comunicação, inclusive aqueles que são voltados às classes economicamente privilegiadas, como a revista *Piauí*. O jornal é um fenômeno de vendas. Chamou-nos a atenção, por isso, um aumento de interesse que a mídia de referência ganhou pelo jornal. A empresa O Dia, que controla o *Meia Hora*, vincula diretamente o nome de seu veículo ao nome da companhia. Chegamos por isso a esse jornal como constituinte de nosso *corpus*. É a partir de suas sequências que buscaremos responder às questões formuladas no início deste capítulo.

Mas como surgiu esse jornal cujos sentidos procuramos apreender? Em 17 de setembro de 2005, o grupo de comunicação *O Dia* o lança. Expliquemos suas condições de

produção (de sentidos e materiais): o jornal *O Dia*, até 1998, era a única publicação autodenominada *popular* com grande circulação no Rio de Janeiro. Em 1996, esse jornal sofreu uma reforma gráfica e “de conteúdo”,¹⁴ que procurava desvincular a antiga imagem que os cariocas faziam do diário, que perdurava desde 1990 (ano em que *O Dia* foi comprado por um novo proprietário). A reforma é acompanhada do lançamento de um manual de redação interno, restrito aos funcionários. Esse foi um dos manuais que analisamos no capítulo 4. Como forma de apresentar a imagem que a instituição jornalística faz do jornalismo popular, volto a algumas sequências do manual. A SD21 se refere à reforma vivida pelo jornal em 1996, defendendo a volta à vocação popular do jornal *O Dia*.

SD21: Uma base sólida o suficiente para garantir um retorno sem maiores danos à principal de nossas vocações: o jornal popular, com todas as características e conceitos éticos agregados ultimamente. **Popular no sentido de ser feito para o povo. O que não significa ser vulgar, trivial, ordinário.** Muito ao contrário. Paulinho da Viola, Chico Buarque, Martinho da Vila e Caetano são populares. **Mas** de talento incontestes. O Corsa é um carro popular, **mas** com injeção eletrônica e outros recursos de que mesmo alguns carros mais luxuosos ainda não dispõem. Como os fãs dos compositores e os admiradores do carrinho, os leitores do DIA estão em todas as classes sociais. Mas o jornal conserva seu compromisso com a massa popular, devendo, portanto, aprimorar suas características gráficas e **linguagem específica.** (O DIA, 1996, p. 10) [sublinhas e negritos meus]

É nessa sequência que podemos começar a analisar a imagem que a instituição *O Dia*, que lançou o *Meia Hora*, faz de determinadas classes sociais, estando inserido num funcionamento discursivo cristalizado pelo tipo *jornalismo popular*. No manual de redação jornalística, ao se fazer uso de uma glosa de fixação de sentidos¹⁵ — “popular no sentido de (...)” —, que funciona na ilusão de que os sentidos serão contidos, a sequência permite que analisemos um outro sentido de *popular*, que demonstra o imaginário de *povo*.

No trecho da sequência destacado — “Popular **no sentido** de ser feito para o povo. **O que não significa** ser vulgar, trivial, ordinário” —, ocorre essa forma dupla de fixação máxima de sentido de X — de que fala Authier-Revuz (1998), na nota de rodapé 12 —, de *popular*, mas os sentidos transbordam no fio discursivo. A exemplificação de outras supostas instâncias populares — Paulinho da Viola, Chico Buarque, Martinho da Vila e Caetano, o carro Corsa — também funciona de forma a caucionar o sentido de *popular* afastado de “vulgar, trivial, ordinário”. Ainda assim, verificamos, no uso das adversativas sublinhadas, a presença de um sentido pejorativo para *popular*. Ele está marcado nas adversativas, visto que, se o sentido positivo de *popular* fosse o dominante, haveria uma conjunção aditiva *e* ou algo que a valha. Ainda na SD21, depreende-se mais um sentido que a instituição *O Dia* estabelece

¹⁴ Entre aspas porque é o termo utilizado pela própria imprensa. Uma reforma gráfica e de conteúdo sugere uma suposta mudança na relação imaginária que os leitores e os jornalistas fazem da instituição jornalística.

¹⁵ “Glosas na forma dupla, que acrescentam o conteúdo negativo ao conteúdo positivo da especificação de um sentido p, **X no sentido de p e não no sentido de q**, constituindo, assim, uma figura de fixação ‘máxima’ do ‘jogo’ do sentido em X” (Authier-Revuz, 1998, p. 33; negrito da autora).

com seu leitor imaginário: ele precisaria de uma linguagem específica, conforme negritamos ao final da sequência.

Acontece que, em 1998, *O Globo* assume que vinha perdendo compradores das classes B, C e D para o jornal *O Dia*, e decide lançar um rival que atuasse no mesmo segmento de mercado que seu concorrente. Então surge o jornal *Extra*, depois de uma pesada campanha de publicidade televisiva, marcada por uma pesquisa de mercado aberta ao público em que se indagava do leitor qual o nome que ele gostaria de dar ao *seu* jornal. Depois de selecionados — pela empresa controladora do jornal, o Infoglobo — os títulos finalistas, eles foram colocados numa votação novamente aberta, e *Extra* saiu vencedor. Assim, surgiu a publicação com o lema “O jornal que você escolheu”. Esse efeito de democracia, de liberdade de escolha é o dominante. Por sete anos, o *Extra* dividiu a liderança do segmento de mercado com *O Dia*, até que, numa nova jogada de marketing, a empresa controladora deste último jornal lançou o *Meia Hora de Notícias*, como forma não apenas de competir com o *Extra*, mas de trazer uma proposta “agradável e moderna”, como veremos na SD22 a seguir, ao mercado midiático carioca e de expandir os lucros da empresa — o *Meia Hora* é sensivelmente mais barato que *O Dia* e que o *Extra*, o que o torna consumível por mais faixas de mercado:

SD22: Uma publicação **popular**, agradável e moderna

Ainda segundo Gigi Carvalho, MEIA HORA chega com um objetivo muito definido. “Já temos um grande jornal, O DIA, publicação qualificada e respeitada. Queríamos expandir nossos negócios e democratizar a informação. A partir desse desejo, surgiu MEIA HORA”, explica. O diretor de mídia impressa, Eucimar de Oliveira, acrescenta: “O novo jornal, **embora seja popular**, traz um grau de qualidade de informação pouco comum em publicações do gênero. Tanto do ponto de vista gráfico como de texto. Teremos um jornal absolutamente útil, interativo, moderno, vibrante e companheiro do leitor. Tudo isso apresentado de maneira agradável e moderna”, garante Eucimar. (O DIA ON-LINE, 2009)

A proposta do *Meia Hora de Notícias* está em relação parafrástica com um sentido que o *Manual de redação e texto jornalístico O Dia* já trazia no fio discursivo: uma a qualidade de um veículo popular. Esse sentido é marcado, mais uma vez, pelo uso de uma conjunção, mas dessa vez concessiva: “embora seja popular”, na SD22, extraída do portal de divulgação do lançamento do jornal *Meia Hora*: uma forma de estatuto dos valores do jornal que começava a circular em 2005.

O *Meia Hora* constrói um leitor imaginário que se relaciona parafrasticamente ao leitor imaginário anos antes construído no manual de redação de seu predecessor, o jornal *O Dia* — que, meses depois, ainda em 2005, sofre uma outra reforma e passa a competir com os “jornais de referência” carioca: *O Globo*, *Jornal do Brasil* etc —, um leitor popular que recebe ao mesmo tempo sentidos de “merecedor” de uma qualidade que é trazida pelos jornais, e ao mesmo tempo essa qualidade não é esperada, como vimos nas marcas adversativas e concessivas da SD22 e da SD21. Esse funcionamento do jornalismo popular é

significativo de uma produção em que circulam alguns sentidos negativos que dizem respeito a classe social, a povo, uma vez que, para se predicarem qualidades positivas a ele, é necessário que um conectivo adversativo ou concessivo seja incluído no fio discursivo, delimitando um contraste entre o que há de bom no popular e aquilo que já se espera, ainda que inconscientemente, dele: sentido impresso no já-dito, numa relação interdiscursiva.

Orlandi (2006) reflete sobre a questão dos sentidos produzidos sobre a palavra *povo* e outras que se encontram no mesmo campo semântico que ela. Para a autora,

povo não é uma categoria de conteúdo. É uma noção projetiva que acolhe as diferentes imagens que lhe são atribuídas mas que em seu real não se identifica exatamente com nenhuma. Permanece como o possível de uma nova (outra) ordem social, em sua materialidade histórica. Permite a abertura do social para o que pode ser. Movimento. Manifestação. § O povo não é tampouco uma entidade. São relações, vínculos. É uma projeção do futuro (social, histórico). Na direção em que tenho pesquisado, centrando minha atenção no espaço urbano, o povo é a rua. É a dimensão pública onde convergência e divergência se cruzam. (ORLANDI, p. 29, 2006)

Sendo um termo polissêmico que permite inúmeros sentidos, a palavra *povo* é uma aglomeração semântica formada em diversas formações imaginárias. Em palavras que aparecem lateralmente relativas a ela, como *popular* (ORLANDI, 2006) — o adjetivo formado a partir da locução adjetiva “do povo” e também “para o povo”, dessa forma já contendo uma dada polissemia por sua relação com a outra classe morfológica —, também se constitui esse imaginário sobre povo, que, como coloca Orlandi, ao longo de sua historicidade tantos sentidos recebeu, sendo a possibilidade de uma nova ordem social.¹⁶

Como temos visto, em sua aparição no sintagma jornalismo popular — um tipo de discurso padronizado, em que se projeta a imagem do leitor *popular* —, o povo significa pejorativamente, encontrando-se com um sentido com que Orlandi, ao analisar dicionários e enciclopédias, também se depara: “começa a referência ao sentido de pobreza, pejorativo. (...) É interessante notar a ambigüidade que atravessa ‘comum’, partida entre o usual, geral, grupo, e o que é banal, trivial, levando a um sentido rebaixado” (ORLANDI, 2006, p. 17-19). Essa ambigüidade que atravessa o vocábulo *comum* aqui também é presente, em relação a *povo* e a *popular*: essas duas palavras são recobertas por uma memória do dizer repleta de sentidos pejorativos, que imputa a elas tanto aquilo que está na ordem do óbvio — sentidos de pobreza, trivialidade etc. — quanto sentidos outros — de necessidade e direito de ler jornais de qualidade etc. Mas o tipo popular de jornalismo não deixa de ser um jornalismo, e está inscrito nesse lugar discursivo de produção de sentidos pejorativos, pertencente à FDLP. Segundo Mariani, é do

¹⁶ Guilhaumou (2009), por exemplo, estudando a noção de *monstro social*, aquele que imaginariamente desorganiza a coesão social, o todo social, conclui que houve períodos históricos em que se projeta sobre o significante *povo* a responsabilidade pela ruína da organização do Estado, provocada pela chamada *fúria popular*.

discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado. § Em uma palavra, a imprensa deve desambigüizar o mundo. Assim, nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e conseqüências, enfim, como já dissemos anteriormente, ao se didatizar o ‘mundo’ exterior e o tempo em que os fatos acontecem. (1998, p. 63)

Desambigüizar. Essa é a palavra-chave para o funcionamento do discurso jornalístico, para Mariani. A didatização do mundo, o explicar os fatos como se fossem eles providos de um sentido único e claro. Valida dos sentidos de objetividade, de clareza, de imparcialidade, a prática jornalística se desenvolve na direção de apontar as evidências, as certezas, as conclusões fechadas, de forma a se enquadrar no ideal de não confundir o leitor. Discursivamente, esse ideal funciona não contrariando o senso comum — na noção discursiva com que o temos definido —, os sentidos dominantes nas formações discursivas também dominantes.

A língua, para o analista do discurso, não é conceituada como um código em que as ambigüidades se desfazem com recursos linguísticos. Embora a sintaxe, segundo Pêcheux, permita uma ilusão de que se estão desambigüizando os aspectos da existência, a ambigüidade, ao contrário, é constitutiva da língua, e da história, e do sujeito:

A materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo — e nesta medida os objetos linguísticos e discursivos se submetem a algoritmos eventualmente informatizáveis — mas simultaneamente ela escapa daí, na medida em que o deslize, a falha e a ambigüidade são constitutivos da língua, e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe. (PÊCHEUX, 1982, p. 62)

A forma como o jornal popular mobiliza a língua faz necessariamente parte das condições de produção dos sentidos sobre língua veiculados e em circulação no jornal popular. Daí iniciarmos nossa análise de exemplares a partir de agora, considerando ao mesmo tempo os fundamentos que nos foram colocados por Mariani e Pêcheux: a) a prática jornalística se situa numa ilusão de desambigüização e didatismo do mundo; b) a ambigüidade é constitutiva da língua e da história.

O que veremos no *Meia Hora*? As capas. E, nas capas, as manchetes. Recolhi diariamente, entre julho e setembro de 2008, as capas do jornal *Meia Hora* para investigar o funcionamento das tensões de sentidos sobre língua/classe social no referido meio de comunicação. A capa do jornal implica as várias possibilidades de leitura do jornal, mas também uma hierarquização dos fatos jornalísticos em sua maior ou menor importância para a instituição jornalística, relação essa que remete a sentidos hegemônicos e laterais. Por isso tomarmos para análise, sem excluir os outros elementos, as manchetes colocadas nas capas: elas trabalham na previsibilidade de que o leitor “baterá o olho” naquele segmento especificamente. Analisaremos de que forma o jornal popular produz um imaginário sobre seus leitores e sobre a língua imaginária jornalística. É também nas capas que a diferença do

Meia Hora em relação aos outros jornais se faz mais patente, seja em relação à mobilização da língua imaginária, seja em relação ao posicionamento e edição dos recursos imagéticos.

5.2. O chiste e a ironia no *Meia Hora*

Partamos, desde já, de algumas sequências que, em nossas análises, põem em dúvida a suposta ilusão de “clareza” dos sentidos compartilhada pela prática jornalística de referência:

SD23: “Viúva está livre, leve e solta” (manchete de 1º de julho de 2008)

SD24: “Meninas da Mimosa desafiam o Mengão para uma peladinha” (manchete de 12 de julho de 2008)

As grandes letras que estampam as capas do jornal *Meia Hora* como matérias principais da edição trazem uma ironia que “presentifica”, concomitantes, a desambiguação do mundo, mas também a ambiguidade e polissemia da língua. Na SD23, ludicamente o jornal conclama os adjetivos “livre, leve e solta”, uma locução da língua portuguesa que se relaciona a sentidos de tranquilidade e plenitude. Na SD24, associando-se os sentidos de “Mengão” — o time Flamengo — aos de “peladinha” — jogo amador de futebol, brincadeira —, tem-se o adentramento no campo semântico do futebol. Ambas as sequências constituem, contudo, ao se lerem os subtítulos das manchetes, um chiste: “unindo a equivocidade à obviedade” (FERREIRA, 1994, p. 145). Brinca-se com a previsibilidade da leitura, ou seja, o sentido mais ordinário e evidente do enunciado, o efeito ideológico. Ao mesmo tempo, ao se brincar com essa previsibilidade, o *Meia Hora* já demonstra a imagem institucional que faz de seu leitor, numa instância do que Mariani chamou de “como se diz”: a forma de dizer da mídia já é uma impressão — inconsciente e ideológica — do leitor imaginário. Nesse rumo, o jornal deixa de ser exclusivamente voltado a um ideal informativo e se aproxima do discurso publicitário:

Os anúncios publicitários são planejados sob condições de produção bem definidas, jogando com a estrutura enunciativa dos enunciados de um modo singular que desperte os efeitos de sentido desejados. Neste jogo, assume papel relevante a materialidade léxico-sintática, de cuja opacidade se valem os redatores para construir jogos metafóricos, brincando com os sentidos das palavras. (FERREIRA, 1994, p. 147)

Ainda assim, as sequências 23 e 24 não deixam de se inscrever na desambiguação do mundo, ao “esclarecer” o chiste provocado pela equivocidade/obviedade. Esse “esclarecimento” ocorre nos subtítulos e sobretítulos das manchetes, que funcionam discursivamente como formas ilusórias de apagamento dos sentidos indesejados. Isso pode ser conferido nas SDs 25 e 26:

SD25: Adriana saiu da cadeia mais loura, de unhas feitas e vestindo roupas da moda (subtítulo da manchete de 1º de julho de 2008, reproduzida na SD23)

SD26: Prostitutas chamam craques para o terceiro tempo depois do clássico contra o Vasco, mas com camisinha e sem pancadaria. Marcinho, Bruno e Tardelli serão multados em R\$ 64 mil (subtítulo da manchete de 12 de julho de 2008, reproduzida na SD24)

Aqui, com proposições feitas em subtítulos de forma a complementar os sentidos dos chistes encontrados nas manchetes, o *Meia Hora* filia-se ao compromisso de esclarecimento

jornalístico; de clareza, melhor dizendo. A SD25 trabalha no sentido de fixar o sentido da SD23 como saída de uma personagem do jornal da cadeia. A SD26 funciona como aditivo à “precisão” de SD24: *peladinha* seria, dessa forma, relacionada à prostituição das “meninas da Mimosa” — Vila Mimosa, região do Rio de Janeiro em que há prostíbulos. Mas a ilusão de fixação de sentidos é, definitivamente, ilusória. Os outros sentidos, independentemente do esforço, não se apagam:

Interessa observar que nesse processo de complementação que acompanha a compreensão [da ambigüidade] reside um paradoxo: o complemento, ao mesmo tempo que permite exprimir uma maior precisão, carrega também um elemento de ambigüidade fundamental. O efeito de explicitude, de completude, é uma evidência ideológica que, no empenho de mostrar transparência, acaba encobrando zonas cuja nitidez fica comprometida. Funciona de modo similar a um processo que quanto mais procura determinar mais indetermina. Ou poderíamos dizer ainda: “a língua, ao se mostrar, esconde...”. (FERREIRA, 1994, p. 70)

Se em alguns chistes das manchetes apontam a uma polissemia inerente às palavras, os subtítulos, que retornam no fio discursivo sobre as manchetes como metaenunciação, funcionam como gestos interpretativos que se posicionam na limitação dessa polissemia a apenas alguns sentidos. Conforme Authier,

a uma enunciação que se entrega globalmente ao excesso irreferível do sentido que se produz nela, responde uma posição de *controle* metaenunciativo localizando um *ponto* de abertura do dizer para o não-um do sentido, abertura para uma dispersão de “todos os sentidos”, que se mostra ela própria, interpretativamente, como sendo trazida ao espaço limitado do jogo em X entre *dois* sentidos. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 47)

Sendo assim, entre manchetes e subtítulos, as sequências 23, 24, 25 e 26 funcionam na ilusão ora de limitar a polissemia, ora de ampliá-la a sentidos de (23) relaxamento, (24) liberdade da prisão, (25) esportes e (26) prostituição. Mas esses subtítulos funcionam como pontos de fuga dos sentidos, em que o analista verifica haver um escape, um *outro*; daí a necessidade de o autor “controlar”, ilusoriamente, os enunciados com acréscimos, com outras palavras, no imaginário de limitar os sentidos apenas aos “apropriados”. Os subtítulos são como as notas de rodapé estudadas por Orlandi (2004): “As notas, mais do que o fechamento são a cicatriz, o traço do “outro” sentido, a marca inexorável da incompletude dos sentidos postos em silêncio (...).” (p. 13).

Os chistes muitas vezes colocados nas manchetes do *Meia Hora* apontam não apenas a) a brincadeira e b) a equivocidade da língua não como um erro, mas como um elemento da fluidez do sistema, mas também para c) o imaginário institucional que o jornal faz de seu leitor como apreciador desses mesmos chistes. O leitor seria aquele que gosta das piadinhas, dos trocadilhos, dessa língua que se fundamenta na ambigüidade “destruída” pelos subtítulos das matérias jornalísticas. Esse ponto é de extrema importância para nossa análise: o leitor-popular é o risível, e sua imagem é constituída a partir do imaginário que se tem dessa língua popular que adere também à língua imaginária jornalística, em seus ideais de objetividade, clareza etc.

Gramsci, ao descrever o processo de gramatização da língua italiana, reflete sobre a denominação das línguas vulgares que se formaram a partir da base gramatical latina.

De qualquer modo, pode-se dizer que na Itália — de 600 d.C., quando se pode presumir que o povo não mais compreenda o latim dos doutos, até 1250, quando começa o florescimento do vulgar, isto é, durante mais de 600 anos — o povo não compreendia os livros e não podia participar no mundo da cultura. O florescimento das Comunas faz com que as línguas vulgares se desenvolvam, e a hegemonia de Florença empresta unidade ao vulgar, isto é, cria um vulgar ilustre. Mas o que é esse vulgar ilustre? É o florentino elaborado pelos intelectuais da velha tradição: é o florentino no *vocabulário* e também na *fonética*, mas é um latim na *sintaxe*. De resto, a vitória do vulgar sobre o latim não era fácil: os doutos italianos, com exceção dos poetas e dos artistas em geral, escreviam para a Europa cristã e não para a Itália, eram uma concentração de intelectuais cosmopolitas e não nacionais. A queda das Comunas e o advento do principado, a criação de uma casta de governo separada do povo, cristalizam esse vulgar, do mesmo modo que se havia cristalizado o latim literário. (GRAMSCI, 2006, p. 81)

O que se vai chamar em alguns momentos da história de língua vulgar não é necessariamente a língua fluida falada (e escrita) pelo povo, mas a língua imaginária que, após ser fixada, estabelecida e regida pelos gramáticos/intelectuais (como sugere Gramsci) contém elementos daquela língua ou variedade linguística fluida, mas também de uma base outra, de uma base que, no caso do “vulgar ilustre”, do florentino, conforme põe Gramsci, é a sintaxe latina. Essa língua produzida como “vulgar ilustre” não é desligada da historicidade de nenhuma das duas línguas (ou mais) que a antecederam. Para Orlandi, essa formação é típica de uma *heterogeneidade linguística*: uma língua com um fundo falso, com uma historicidade dupla. No caso da língua imaginária do jornalismo popular, é possível observar um fundo falso: a própria língua popular. Mazière defende que a relação que o jornalista estabelece com a língua popular (tal como a relação que o intelectual italiano estabelece com a língua vulgar) é imaginária: ele fixa essa língua, ainda atribuindo a ela o sentido de língua “original”. Quando o jornalista escreve uma língua supostamente popular no jornal, ainda que caia na ilusão de estar escrevendo a língua de fato falada pelo povo, ele está fazendo uso do imaginário de povo. Assim, a língua que estamos vendo impressa no *Meia Hora* não é a língua fluida do povo, mas a que se filia também a uma historicidade da prática jornalística e a um imaginário de popular que as instituições jornalísticas promovem, do qual faz parte a língua. Dizer o mesmo de forma — e essa forma envolve qualquer quesito, como o lexical, por exemplo — diferente já é dizer outra coisa e significar aquela língua de forma diferente: fabricá-la, nos meios de gramatização ou em outros lugares, é construir sentidos sobre ela. Daí no *Meia Hora* se constituírem, ao mesmo tempo, sentidos sobre uma “linguagem específica” (como colocado pelo manual do *Dia*) e sobre o segmento, a classe social a que se destina seu produto.

Mais um chiste que interliga o campo da obviedade com o da equivocidade é o da SD 27, a seguir:

SD27: Vai te catar (manchete de 15 de julho de 2008)

Está em jogo aqui a homofonia entre as palavras “catar” e “Qatar”, o que remete a dois campos semânticos distintos e também implica um imaginário sobre o leitor do *Meia Hora*. Começamos aqui a entender o procedimento de mobilização da “linguagem específica” da “massa popular”, como proposto na sequência discursiva 21.

No dicionário *Houaiss*,¹⁷ na definição da expressão “ir-se catar”, se a categoriza como de uso “informal”. Seria o modo “informal” de pedir que outrem não amole ou que vá embora. Então a linguagem das massas populares é dotada de uma informalidade, para o jornalismo popular. Segue a essa manchete, contudo, um subtítulo (SD28) que, como os outros que temos visto até agora, retorna à manchete como um ilusório fixador de sentidos, solucionador da ambiguidade (que seria, na ética — norma — jornalística, um problema):

SD28: Caio Júnior esnobou os dólares que os árabes ofereceram para tirá-lo da Gávea e preferiu lutar pelo hexa do Brasileirão com o Mengão. Fla agora tenta segurar artilheiro Marcinho (subtítulo da manchete de 15 de julho de 2008, negrito meu)

Esse subtítulo, ao mencionar *árabes*, ao mesmo tempo que interdiscursivamente contextualiza o país árabe Qatar (na ilusão de fixar o sentido de Catar como país, apagando o sentido “informal”), também interdiscursivamente traz uma imaginário do leitor do *Meia Hora* como aquele que se mantém “informado” sobre as notícias futebolísticas do Flamengo, através do uso dos artigos definidos *os*, que determinam tanto “dólares” quanto “árabes”. O leitor, no imaginário da instituição jornalística, saberia que esses “dólares” diziam respeito à oferta do Qatar pelo técnico Caio Júnior e que esses “árabes” eram do Qatar.

O funcionamento discursivo dos subtítulos, essa suposta fixação e/ou (de)limitação de sentidos, entretanto, não pode ser encarado como uma forma intencional de controle e de apagamento bem-sucedido dos sentidos “indesejados” de uma ambiguidade, mas como um modo de acusar a existência de outros sentidos que não o óbvio em determinado enunciado. No caso dos chistes, por exemplo, que trabalham, segundo Ferreira (1994), a ordem da ambiguidade, estamos analisando que sentidos (sem identificar obviedade e equivocidade, mas considerando sua existência em nosso trabalho como fundamento) estão em jogo na capa do jornal *Meia Hora*. Ao mesmo tempo que esses chistes vão dando sentidos a uma língua

¹⁷ Em visita a redações de jornais, assessorias de imprensa e editoras, foi percebido que esse é o dicionário mais usado entre os profissionais. Não poderíamos abandonar esse feito, visto que pensar no *Houaiss* (impresso ou eletrônico) enquanto dicionário que é consultado como forma de os jornalistas reconhecerem as formas linguísticas e os sentidos dominantes é entendê-lo como tecnologia de gramatização equiparada aos próprios manuais de jornalismo no espaço discursivo do jornal. É o dicionário que, como os manuais, dá as diretrizes a serem seguidas na redação jornalística. Através de suas definições e categorizações, encontraremos alguns dos sentidos que vão-se imbricando de forma a “editar” uma língua imaginária do jornalismo popular e “conviver” com um leitor popular imaginário. Não afirmo aqui que a cada manchete o jornalista consulte o dicionário *Houaiss* em busca de determinadas categorias de palavras, mas essas mesmas categorias, essas rubricas, bem como os significados, vão caucionando um imaginário da “linguagem específica” das “massas populares”.

imaginária, eles constroem a imagem de um leitor típico, tipificado (pelo jornalismo de tipo popular).

Da mesma forma que a SD28, outras sequências fazem uso, em seu léxico, de unidades consideradas informais, tabuísmos, vulgarismos etc. pelo dicionário *Houaiss*. Eles demonstram mais uma vez a língua estabelecida pelo jornalismo popular, que, mais uma vez, imagina ser a linguagem específica das massas populares e denota um imaginário sobre essas massas, que sempre passa pelos sentidos do chiste, ou seja, do riso, do engraçado, do cômico. Eis as sequências:

SD29: Taradão que papou a cunhadinha de 10 anos é assassinado pela esposa (manchete de 9 de agosto de 2008. *Papar* é tabuísmo no *Houaiss*)

SD30: CV invade Vigário § Tiro, porrada e bomba para todos os lados (manchete de 15 de agosto de 2008. *Porrada* é tabuísmo no *Houaiss*)

SD31: Traficante mané deixa granada cair em baile funk e fere 13 § Depois de pagar esse mico (...) (manchete e subtítulo de 26 de agosto de 2008. *Mané* é de uso informal e pejorativo no *Houaiss*, e *pagar mico* é de uso informal no mesmo dicionário)

SD32: Quebra-Ossos pode dançar por roubo de ‘peças’ em DP (chamada de matéria de capa de 29 de agosto de 2008. *Dançar* pode ter uso informal ou ser linguagem de delinquentes, no *Houaiss*)

SD33: Seção de pescotapas mata aluno de Ciep (manchete de 2 de setembro de 2008. *Pescotapa* é de uso informal no *Houaiss*)

Ao significar língua, significa-se sujeito, significa-se classe social, significam-se as massas populares. Embora para a Análise do Discurso não haja um sentido *in loco* para as palavras, tampouco o que a linguística chama de denotação, há sentidos dominantes que passam, fazem as vezes, apresentam-se como sendo/funcionando *in loco*, isso garantido pelas formações ideológicas. No caso da língua instaurada pelo *Meia Hora*, imaginariamente específica das massas populares, as sequências discursivas 28-33 ajudam-nos a depreender um funcionamento discursivo que diminui, segrega e desqualifica língua e sujeito-leitor através da categorização das unidades lexicais incluídas no fio discursivo. Esse funcionamento difere do encontrado na imprensa hegemônica, de referência. Entendendo-se a FDLP também como formação discursiva que referenda e sustenta uma posição ideológica dominante em relação à língua — a que menospreza as variedades linguísticas diferentes daquela que é compreendida como norma nas gramáticas, em especial as variedades relacionadas aos estratos sociais —, retomo uma das questões deste capítulo: o jornalismo popular promovido pelo *Meia Hora* filia-se a essa formação discursiva? Para responder a essa questão, vejamos também como o dicionário *Houaiss* define informal, pejorativo, tabuísmo e delinquente, quando assinalados pela rubrica da linguística ou pela rubrica genérica, na falta da linguística. Também incluímos na tabela a seguir, por se vincular à palavra *popular*, a definição de *popularismo*, do *Houaiss*:

SD34: informal
2.1 Rubrica: sociolinguística.

que se usa em situações informais, onde o indivíduo se sente à vontade e não se preocupa com a censura externa (diz-se de variante lingüística, linguagem, registro etc.); distenso (...)

2.2 Rubrica: sociolingüística.

que usa uma linguagem mais próxima da linguagem falada não formal, **não elaborada** (diz-se de estilo, construção, texto etc.)

SD35: pejorativo

1 que exprime sentido **desagradável** ou de desaprovação; depreciativo, despectivo (diz-se de palavra ou expressão)

SD36: tabuísmo

Rubrica: lingüística.

palavra, locução ou aceção tabus, consideradas **chulas, grosseiras ou ofensivas** demais na maioria dos contextos [São os chamados palavrões e afins, e referem-se ger. ao metabolismo (*cagar, mijar, merda*), aos órgãos e funções sexuais (*caralho, pica, boceta* 'vulva', *colhão, cona, foder, pívia, crica, pachoucho* etc.), incluem ainda disfemismos pesados como *puta, veado, cabrão, paneleiro*, expressões tabuizadas (*puta que pariu*) etc.]

SD37: delinquente

que ou o que delinqüe, **contrariando a lei ou a moral**; criminoso, infrator

SD38: popularismo

1 Rubrica: lingüística.

qualquer fato lingüístico (pronúncia, vocábulo, locução, expressão, fatos gramaticais ou sintáticos), próprio do dialeto social da população com pouca instrução e que não faz parte do uso culto formal (p.ex., a marca do plural apenas no artigo, como em *as menina saiu*; palavras como *encostado* 'aposentado por invalidez', ou locuções como *de menor* 'menor de idade', ou formas como *mendingo, largato, mortandela* 'mendigo', 'lagarto', 'mortadela') (...)

2 Rubrica: lingüística.

emprego, na língua culta, de palavras ou locuções populares

Nas sequências a que chegamos do dicionário *Houaiss*, há um eixo parafrástico que nos ajuda a compreender alguns sentidos em jogo na língua imaginária do jornalismo popular, que julga fazer uso de uma língua específica da massa popular. A esse eixo parafrástico — cujos elementos categorizam unidades lexicais, e tal categorização é recoberta com sentidos de desqualificação — chegamos por meio dos sintagmas adjetivais ou adverbiais: na SD34, “não elaborada”; na SD35, “desagradável”; na SD36, “chulas, grosseiras ou ofensivas”; na SD37, “contrariando a lei ou a moral”. Assim, unidades lexicais categorizadas como informais, pejorativas, tabuísmos ou linguagem de delinquentes são desqualificadas como inferiores e de mau gosto, o que inscreve tanto o dicionário Houaiss quanto o Meia Hora na FDLP.

Há um aspecto gráfico que também deve ser analisado nas SDs 36 e 38: nelas, o uso do itálico indica aquilo que, na FDLP, é errado. Sem itálico, estão as unidades que podem e devem ser ditas; em itálico, aquelas que são inferiores, desqualificadas ou, como põe a SD36, “chulas”, e a SD38, típicas da “população com pouca instrução e que não faz parte do uso culto formal”. O popularismo, então, assim como o tabuísmo, não é a língua imaginária do jornalismo popular, mas se estende em sua historicidade, em que determinados sentidos — e formas! — são preferidos; e outros, preteridos. Tudo isso inseridos nos chistes, nas piadas incluídas nas manchetes do *Meia Hora de Notícias*. A força de definição dos dicionários não corresponde à realidade, mas atrela-se a um imaginário dela, atravessado por formas de dizer e de pensar:

Um dicionário (...) nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade. (NUNES, 2006, p. 20)

Assim, as rubricas de *informal*, *delinquente*, *tabuísmo* e *pejorativo* são formas de construção de um outro, de um sujeito que, nesse caso, não entra na conformidade linguística da FDLP:

o lexicógrafo constrói no dicionário uma imagem do “outro”, considerado aí como uma alteridade social e histórica. Além de projetar um público leitor, vemos se esboçar nos verbetes um cenário das práticas sociais onde os sujeitos se encontram inseridos. Isto fica bastante explícito na análise dos exemplos, mas também na das definições. (p. 24)

Entendendo: embora o *Meia Hora* tenha seu dizer determinado pela FDLP, a ele é permitido usar determinadas unidades lexicais consideradas erradas por essa formação discursiva, nos chistes. Isso porque ele tem um público definido, as massas populares, que também vão sendo significadas como contrárias à norma, mas à norma social. Fazer uso dessas unidades lexicais erradas é ratificar a imagem de um sujeito-leitor pertencente às massas populares e que, exatamente por isso, é desqualificado (imaginariamente).

Mas não é apenas através da categorização linguística e de usos que são consagradamente (ou seja, na formação discursiva dominante) reprováveis que o jornal popular vai construindo o imaginário de seu leitor. Num sentido de desaprovação da relação sexual homossexual, a edição do *Meia Hora* de 11 de julho de 2008 faz uso de um recurso gráfico não muito presente no discurso jornalístico dominante: um balão com aspecto explosivo. A partir desse balão, chegamos à SD39.

SD39: **Pelo menos** não eram travecos (balão da matéria principal de 11 de julho de 2008, negritos meus)

Vejamos a seguir, no quadrante inferior esquerdo da imagem, sobre a foto do jogador de futebol, o referido balão:¹⁸

¹⁸ Decidimos incluir essa capa, e não várias outras, porque nela analisamos o funcionamento imagético (também discursivo) do balão explodindo sob o rosto de Marcinho.



Figura 2: Capa da edição de 11 de julho de 2008

O jogador de futebol Marcinho havia, segundo o jornal, participado de uma orgia e não pretendia usar proteção sexual com as prostitutas, tendo agredido uma das mulheres. Pode se referir, contudo, no balão que recortamos para a SD39, ao comportamento do jogador Ronaldinho, que fora parar nos meios de comunicação tempos antes por supostamente ter se envolvido com transexuais que se prostituíam. Ameniza-se, com a expressão “pelo menos”, a agressão de Marcinho, personagem da manchete: embora ele tenha participado da orgia e tenha ido parar na delegacia por comportamento violento, *pelo menos* não havia tido parte em nenhuma relação homossexual. Em toda capa do *Meia Hora*, vai-se formando a imagem de um leitor e também a imagem de seus “valores” culturais, de suas discriminações: dos sentidos que se opõem a outras formações discursivas e ideológicas. Aqui entra em jogo a discriminação sexual. A homossexualidade seria, para as massas populares imaginadas na instituição jornalística, mais condenável que a agressão física.

Garcia elabora um estudo em que o discurso irônico funciona como indicador, no fio discursivo, de um acontecimento discursivo — o encontro de uma atualidade com uma memória, que potencialmente desestabiliza o que está posto, causando um movimento de rearticulação das redes de sentido.

(...) postulamos o discurso irônico como um processo interdiscursivo peculiar de ressemantização ou ressignificação, uma vez que a incorporação de pré-construídos advindos de outra(s) FD(s) e a conseqüente redefinição de seus elementos de saber se dá de modo lúdico-crítico (no intradiscurso). (GARCIA, 2003, p. 136)

Apesar de o discurso irônico ser potencialmente redefinidor, ressemantizador, ressignificador, as ironias do *Meia Hora* não promovem um acontecimento discursivo, ou seja, um rompimento discursivo com as formações de sentidos estabilizadas e homogeneizadas anteriormente. Ao contrário, essas ironias, por meio dos chistes, enquadram o jornal em uma estrutura discursiva inserida na FDLP. O discurso irônico desse jornal popular estaciona no nível lúdico, e não chega a criticar o já-posto. Contudo, há efetivamente um nível de rearticulação da prática jornalística, num movimento que envolve, conforme vimos com Ferreira (1994), o discurso publicitário. A rearticulação é promovida, entre outras causas, pelo uso das ambiguidades, pela ironia que resiste aos manuais de redação dos jornais de referência etc. Mas é uma resistência que funciona como afirmação do já-posto. Isso porque não existe apenas uma forma de se inscrever em uma dada formação discursiva, mas diversas formas como o sujeito se comportará diante do que se pode e se deve dizer. O ritual jornalístico comporta espaço para o chiste, para a piada, para a ambiguidade (ainda que “controlada” nos subtítulos) em outros espaços que não nas manchetes. Esse seria o espaço das crônicas, por exemplo, conforme estudo de Medeiros (2001). O *Meia Hora*, com a inclusão desse espaço nas manchetes, torna-se uma prática diferenciada em relação ao jornalismo que se entende como tradicional, como hegemônico.

Pode-se demonstrar essa inscrição na FDLP — sob a forma de ironia lúdica — na edição do dia 3 de julho de 2008, em que o *Meia Hora* brinca num trocadilho com referências a um mundo mágico, já definindo que sentidos circulariam, segundo o imaginário institucional do jornalismo popular, no universo próprio e estabilizado de seu leitor. Existe uma priorização do discurso esportivo nas capas do jornal *Meia Hora*. É o caso dessa edição:

SD40: Eu acreditava § (...) no título do Flu / em duendes / em Papai Noel (manchete de 3 de julho de 2008)

O suscitar de um mundo fantasioso, de elementos que em geral se vinculam ao universo infantil, referenda novamente a construção do sujeito-leitor: seria de seu agrado a inclusão desses elementos mágicos, risíveis, infantis, mitigantes. Não há, todavia, alguma ressemantização quanto à prática jornalística, apenas um novo apresentar das manchetes.

Mais um aspecto que coloco aqui diz respeito às promoções do jornal em questão. Periodicamente, ele abre aos seus leitores a oportunidade de participar de campanhas em que brindes são ganhados mediante a compra de tantos exemplares de jornal e a coleção de selos numerados em cada edição. As promoções do jornal fazem parte da imagem que o *Meia Hora*, como instituição, faz de seu público-leitor, e indicam o que o veículo de comunicação

imagina ser desejado pelos seus compradores, e a partir disso podemos reconhecer alguns sentidos desse imaginário. Nos três meses de análise, a maior parte dos brindes das promoções foi relacionado a um sentido de pornografia, às vezes aliada a algum ludismo (*Gatas do Baralho* foi uma promoção repetida duas vezes no tempo pesquisado, e ainda teve uma variação: *Gata da Hora Playboyzinhas*), de família (*merendeira + kit lanche*, concomitante, por um bom tempo, à segunda edição da promoção das *Gatas do Baralho*), esporte (*Boné das Olimpíadas*), consumo de eletrônicos (celular grátis, com a promoção *Sua cartela vale a pena*), estímulo à educação (promoção *Meia Bolsa*, em convênio com a universidade Unicarioca). Como Mariani (1996) já ressaltou, o fato de que os leitores são consumidores não pode ser ignorado, portanto, os sentidos sobre o consumo também devem ser levados em conta. O consumidor popular imaginado pelo *Meia Hora* se interessa por pornografia, família, esportes, formação profissional. E em geral há uma preocupação em atrelar também as promoções a um caráter jocoso, de chiste, de trocadilho, como no nome da promoção *Gata da Hora*.

Os sentidos dominantes explorados nas manchetes constituem todo um universo semântico que, ao mesmo tempo que se filia a um caráter informativo de desambiguação do mundo, como formulado por Mariani (1998), também se concentra numa língua lúdica, de chiste, de piada acrítica em relação aos espaços estabilizados discursivamente. Esse é um duplo espaço permitido pela ironia:

o autor de uma enunciação irônica produz um enunciado que possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, sem no entanto, ser submetido às sanções que isto deveria acarretar. A ironia parece então “uma armadilha que permite frustrar o assujeitamento dos enunciadores às regras da racionalidade e da convivência públicas”. (MAINGUENEAU, 1989, p. 100)

Assim, o discurso irônico pode permitir uma desestabilização, uma ressemantização e mesmo um acontecimento discursivo. Não é o caso no jornal *Meia Hora*. Ele instaura, como já vimos, uma diferença em relação à prática do jornalismo hegemônico, e isso por meio do recurso dos chistes nas manchetes. Em nossas análises, as manchetes (lúdico, chiste), em proximidade com seus subtítulos (informativos, desambiguizadores, que trabalham na ilusão da fixação de sentidos) sustentam esses “dois valores contraditórios” de que fala Maingueneau. Mas isso não significa que o *Meia Hora* deixe de *referendar* a opinião pública, assim fazendo parte de uma *imprensa de referência*.

Inserido na FDLP e posicionado numa prática jornalística de referência, embora desobediente em alguns traços constitutivos tanto da formação discursiva quanto da prática, o *Meia Hora* promove sentidos de inferioridade em relação à língua imaginária popular, aquela “linguagem específica” que atenderia à “massa popular”. Assim, o jornal produz os mesmos

sentidos em relação a determinada variedade linguística e às classes sociais que os outros *corpòra* analisados.

Assim, volto a me questionar sobre o lema do *Meia Hora de Notícias*: “Nunca foi tão fácil ler jornal”. Apresentadas as questões teóricas e a análise do corpus, pergunto: quais são esses sentidos de facilidade? Esse efeito de facilidade jornalística instaura uma convergência de sentidos que evoca uma ilusão de ineditismo, daí o *nunca*. O *Meia Hora*, com seu preço, seria fácil de comprar. Supostamente sua língua imaginária traz uma facilidade ao público leitor. Com seu formato tabloide, seria fácil de carregar. Com seu reduzido volume de páginas em relação à imprensa de referência restante, seria fácil de terminar de ser lido. Com uma pauta selecionada especialmente para o *povo*, seria fácil de ser acompanhado. Toda essa profusão de sentidos do efeito de facilidade também demonstra um determinado imaginário sobre o *leitor popular*. Ele precisaria dessas facilidades todas que, administradas por uma grande empresa jornalística e em uníssono, facilitariam a leitura, como se só assim o leitor específico fosse capaz de ler o jornal. Somente através da *facilidade* o leitor-povo poderia se manifestar como leitor de jornal controlado por grande empresa. O imaginário sobre o público leitor é inevitável, uma vez que, como coloca Lacan (1957-1958, p. 18 *apud* PAVEAU, 2008, p. 20), “uma vez que você entra no redemoinho das palavras, seu discurso diz mais do que você quis dizer”. Com isso, significa-se língua e sujeito a um só tempo, e essa significação é atravessada por uma pejoração, uma desqualificação, um efeito de diminuição dessa língua e do segmento leitor em relação à língua estampada nos “grandes” jornais e ao seu leitor.

O funcionamento desse processo de “semantização” concomitante entre língua e sujeito-leitor inscrito se dá, concluímos, através do chiste, que é o risível, o jocoso, o inferiorizante, o ridicularizar de determinada classe social. Quando comecei esta dissertação, ao final da introdução, afirmei: “Entender esse funcionamento é entender as relações imaginárias que o jornal *popular* faz do *povo*, e nesse âmbito incluiremos uma questão extremamente importante que percorreu toda a nossa pesquisa, embora apenas culmine, nesta dissertação, ao final: é o âmbito do riso, da surpresa, das sensações adversas em jogo no *Meia Hora*.” Uma de nossas últimas reflexões aqui também se dará a partir da questão do riso, que foi exatamente, muitas vezes, a propulsora das análises. O riso está também inscrito em dada formação discursiva.

O nosso riso é sempre o riso de um grupo. Ele talvez nos ocorra numa condução ou mesa de bar, ao ouvir pessoas contando casos que devem ser cômicos para elas, pois riem a valer. Teríamos rido também se estivéssemos naquele grupo. Não estando, não temos vontade alguma de rir. Alguém a quem se perguntou por que não chorava ao ouvir uma prédica que a todos fazia derramar lágrimas: respondeu: “Não sou da paróquia”. Com mais razão se aplica ao riso o que esse homem pensava das lágrimas. Por mais franco que se suponha o riso, ele

oculta uma segunda intenção de acordo, diria eu quase de cumplicidade, com outros galhofeiros, *reais ou imaginários*. (BERGSON, 1983, p. 8; grifo nosso)

Bergson, em seu ensaio sobre o riso e a comicidade, advoga a teoria de que o riso só pode ser coletivo. Não vamos entender a companhia desses “outros galhofeiros”, os companheiros do riso, como uma necessidade de se estar rodeado por outros sujeitos empíricos que rirão juntamente. Não. Relendo a partir da AD, vemos que esse acordo “quase de cumplicidade” entre os galhofeiros pode se dar no plano do imaginário, previsto por Bergson. O riso se dá, necessariamente, inscrito numa formação discursiva. Permite-se rir determinadamente. Deve-se rir determinadamente. E o riso, novamente refletindo, seria uma das materialidades discursivas (sim, discursiva como o silêncio e como a língua) em que há grande possibilidade de resistência, mas que também se mantém num universo de sentidos logicamente estabilizados; daí o riso do grupo. Ele seria o riso da formação discursiva. E na FDLP, o riso se direciona à classe social estigmatizada por um imaginário de inferioridade. Ri-se do povo, ri-se da língua que se imagina dar conta das “massas populares”, e se imagina que elas também precisem desse riso na discursividade do jornal popular.

O sujeito-leitor inscrito do *Meia Hora de Notícias* é uma minoria, no sentido como a definimos ao começo deste capítulo. A esse sujeito-leitor, se interdita determinados lugares, como o lugar reconhecido e legitimado de língua correta — ao contrário de língua errada ou desqualificada, ou da língua do riso, que não se alia à seriedade — e o lugar de leitor de jornal — o efeito de *facilidade* do Meia Hora estabelece que o leitor *precisa* dessa facilidade, caso contrário, não será apto à leitura de um jornal não popular.

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proíbem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. (ORLANDI, 2007, p. 104)

E não é apenas a prática jornalística que promove uma interdição, uma censura, um impedimento de circulação em certos lugares/posições do sujeito. Existe um efeito, no complexo das formações discursivas dominantes, de desqualificação de sujeitos que pertencem a determinadas classes sociais. Esse efeito é produzido quando as discursividades se inscrevem na FDLP.

CONCLUSÃO, O QUE NÃO ENCERRA NEM TERMINA

Me who see life as an oyster
Alanis Morissette, “Offer”

Todos, e não apenas o eu-lírico do verso citado como epígrafe aqui, vemos a vida como uma ostra: fechados em nossos mundos logicamente estabilizados semanticamente, em nossos “poderes e deveres dizer”, em nossas ilusões de controle. Há, contudo e sempre, formas de resistir ao já-imposto das formações discursivas, ao já-dado pela ideologia. Mas há também discursividades que se instauram no espaço da novidade, no espaço do ineditismo, no espaço do “nunca foi feito antes”, mas que se inscrevem em formações discursivas já colocadas e não resistem. Nesta dissertação, nossa “ostra”, o lugar de onde falamos, foi o da Análise do Discurso Franco-Brasileira, que nos possibilitou, a partir de gestos interpretativos sobre *corpòra* diversos, entender alguns funcionamentos que se inscrevem em dada formação discursiva.

Caminhando dessa maneira, passamos por duas partes, separadas por como categorizamos os *corpòra* analisados. A primeira delas era relativa a instrumentos de gramatização. A segunda, à forma como os sentidos circulavam no jornal. Os manuais de jornalismo analisados constituem um “meio do caminho” da análise, dado que concluímos serem eles também instrumentos de gramatização, mas analogamente (co)produtores da(s) língua(s) imaginária(s) impressa(s) nos jornais. Por isso, o capítulo relativo à sua análise foi inserido na segunda parte.

Desde o início, temos nos mostrado preocupados com questões relativas à constituição conjunta entre os sentidos de língua e de classe social; por isso começamos nossas análises pelo tratamento dado à variação linguística. Já delineávamos como hipótese, desde o início, que essa relação fosse extremamente forte, no sentido de que mesmo outros estudos da linguagem já afirmaram haver uma “dependência” entre um âmbito e outro. Mas não tínhamos ideia de como instrumentos de gramatização e jornalismo trabalham numa prática de associar os sentidos dos dois. Ter como fundamento, na Análise do Discurso Franco-Brasileira, que o sujeito e a língua se constituem indissociavelmente não significa dizer que outras discursividades relacionam o sentido de língua ao de classe social. Mas foi isso que concluímos, ao final deste trabalho. As gramáticas e o dicionário de Mattoso, de onde iniciamos nossas análises em busca da forma como a variação linguística se constitui, nos

ajudaram a depreender um nome para a formação discursiva na qual aquelas obras se inscrevem: a Formação Discursiva Língua-Padrão (FDLP), para a qual as variações linguísticas — principalmente as sociais, ou diastráticas — que não se enquadram na norma eleita pelas gramáticas é considerada erro, desvio ou inferior, dependendo da posição discursiva ocupada por cada gramática/dicionário. Verificamos que o discurso científico da sociolinguística, embora trate também a norma eleita pelas gramáticas como uma variação, cauciona o discurso gramatical, assim como outros campos científicos. A língua portuguesa ensinada nos colégios e estudada a partir de compêndios gramaticais é entendida como um *idioma* em que a liberdade de variação é reduzida, mas cujo efeito se dá na direção de que aquela é uma língua que dá conta de tudo, por isso sua elevação à língua comum e oficial de uma nação.

A questão da língua está sempre relacionada ao âmbito político. Não é à toa que encontramos posições discursivas semelhantes em relação aos regionalismos na gramática de Rocha Lima e em discursos políticos que já haviam sido analisados por Dias (1996): eles são considerados *estilos* importantes para o perfil literário do brasileiro, mas não devem ser consideradas norma; não devem entrar na língua gramatical, no idioma do brasileiro. Compreendemos, a partir disso, haver um efeito de *exótico* quanto aos regionalismos. Quanto à variação social, o efeito era outro. Na variedade lexical que aborda esse tipo de variação, foram encontradas palavras como *nível* e *erro*, tornando as variações diastráticas, quando não fora daquilo que se entende como certo na FDLP, pelo menos hierarquicamente inferiores, piores que a língua “cultura” e que a padrão. Para essa análise, encontrada nos capítulos 2 e 3, foram indispensáveis as reflexões sobre paráfrase e polissemia formuladas por Pêcheux e por Orlandi, em alguns de seus textos basilares. Identificamos haver entre as gramáticas e o dicionário analisado uma identificação com a mesma formação discursiva, e a partir disso procuramos observar como outras discursividades constituíam seus sentidos.

Na segunda parte da dissertação, em que analisei três manuais de redação jornalística e um jornal autodenominado popular, procurei entender também como se constituíam os sentidos sobre variação linguística — por entender que dessa forma chegaria ao funcionamento que determina a significação conjunta de língua e classe social —, mas não busquei as definições em torno dessa categoria dos estudos da linguagem. Fui observando como se produzia uma língua imaginária nos manuais, que servia de diretriz à língua presente nos jornais e que se identificava também com uma prática jornalística em que sentidos de objetividade, neutralidade, impessoalidade e afins circulavam.

Sendo assim, a língua imaginária do jornal e a posição jornalista, ou o autor-jornalista, caucionam um ao outro, em suas posturas, inscrições e identificações. Nos manuais da *Folha de S.Paulo*, do *Globo* e do *Dia*, foram apreendidos sentidos de não existência de variedade linguística, ou seja: a questão da existência de outras línguas numa mesma língua não passa pelos manuais de redação, que, em sua prescrição de normas, são ainda mais restritivos aos usos linguísticos que as gramáticas e dicionários. No manual de redação do *Dia*, ainda verificamos haver a construção de uma língua imaginária voltada especificamente ao jornal popular. E aí começamos a entender um pouco mais como o leitor, pertencente a determinada classe social, tem sua imagem constituída a partir da língua que a ele se associa imaginariamente pela instituição jornalística.

Entre outros motivos, decidimos analisar o *Meia Hora de Notícias* por ele ser um jornal pertencente a um grande grupo jornalístico (*O Dia*) da imprensa de referência carioca e por, ao mesmo tempo, se autodenominar popular. Essa é uma ocorrência incomum nos jornais cariocas, em que, em geral, o jornalismo popular é “praticado” por pequenos grupos, não necessariamente ligados ao grande mercado. Não buscamos entender como os personagens eram imaginados nas matérias jornalísticas, como numa análise de conteúdo. Mas consideramos o fato de o leitor inscrito no *Meia Hora* não ser o inscrito no restante da imprensa de referência. Como poeticamente atesta José Saramago, no livro *Todos os nomes*,

as grandes e pequenas diferenças vêm depois [do nascimento], alguns dos que nascem entram nas enciclopédias, nas histórias, nas biografias, nos catálogos, nos manuais, nas colecções de recortes, os outros, mal comparando, são como a nuvem que passou sem deixar sinal de ter passado, se choveu, não chegou para molhar a terra. (p. 38)

Em AD, consideramos que grandes e pequenas diferenças vêm desde antes do nascimento, visto que a linguagem já atravessa nossos corpos ainda em nosso estado embrionário. O que chama a atenção na citação do autor-poeta português é, porém, sua clareza quanto aos lugares e os silenciamentos. Alguns sujeitos são encarados como leitores de jornal da grande imprensa, da imprensa hegemônica; outros são encarados (inscritos) e imaginados como leitores do jornalismo popular, onde são constituídos com as cores da formação discursiva com que o jornal se identifica. No *Meia Hora*, essas cores são as que marcam também as gramáticas, o dicionário de Mattoso, os manuais de redação jornalística: as cores da variação linguística social como inferior, como pior que a tida como culta nessa FD. E isso é significado, no *Meia Hora*, através do riso. O leitor-popular é colocado no lugar daquele que precisa de uma “linguagem específica”, mais “fácil”, mais “simples”, e em que se incorporam piadas e trocadilhos em quase todas as manchetes. O leitor-popular, no *Meia Hora*, é o que ri e aquele de quem se ri. É o jocoso, o ridicularizado, o estigmatizado por ser engraçado e aquele de quem se faz piada. Através da língua, significa-se uma classe social.

Este trabalho não se encerra aqui. Há também outros lugares, outras discursividades que podem estar inscritas na FDLP, inferiorizando a variedade linguística social — e aquilo que se imagina como tal, materializando-se de forma caricatural —, dando sentidos a uma classe social através do trabalho sobre sua língua, e vice-versa. É o caso, como temos refletido nos últimos tempos, dos livros denominados na crítica jornalística de não ficção, principalmente daqueles que surgiram a reboque do *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, no final dos anos 1990 — período também em que começam a surgir no Rio de Janeiro jornais populares diversos. Esse tipo de literatura documental, em que se narram as vidas daqueles que, segundo Guilhaumou (2005), pertencem ao “mundo dos sem” (os sem-terra, os sem-teto, os sem-liberdade, os sem-dignidade etc.), muitas vezes toca na questão da língua. Conforme já colocamos aqui, Mazière afirma que, ao se reproduzir determinada materialidade linguística oral no papel, não estamos *refletindo* aquilo que foi dito: isso seria um trabalho nem mesmo hercúleo, mas impossível. Na “reprodução” do oral, se estabelecem as relações/formações imaginárias daquele que transcreve quanto àquele que está sendo transcrito. É assim que, em *Abusado*, um desses livros dessa onda de que temos falado, com autoria de Caco Barcellos, a diferença entre as classes sociais dos interlocutores é marcada pelos diálogos que se travam entre eles — e a língua ali reproduzida não é a língua fluida efetivamente *falada* pelos personagens, mas a imaginada pelo autor. E aí começa outra história... e daí nascem outros estudos e análises.

Contemporaneamente, a FDLP — e essa é uma perspectiva ainda não analisada, mas que deixaremos em aberto — tem ocupado cada vez mais espaços, caucionada ora pelo discurso científico, ora pelo que temos tratado como senso(s) comum(ns). Os sentidos sobre língua e sobre classe social, associados em conjunto, não se restringem apenas aos instrumentos de gramatização e aos jornais, mas também a todos os espaços discursivos em que a língua se produz como materialidade, ou em que ela é silenciada: em suma, em todos os espaços discursivos que, em seu funcionamento, tendem a uma estabilização, mas que são passíveis de desestabilização. Retomando palavras anteriores: o sentido não se restringe, ele está com-homem. Está com-forma-sujeito, nas relações imaginárias. Daí, mas não apenas daí, se produz o mistério...

REFERÊNCIAS

- ALCALÁ-RODRÍGUEZ, Carolina. “Entre o espaço e seus habitantes”. In: ORLANDI, Eni P (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.
- ALKMIM, Tânia. “Sociolinguística: parte 1”. In: BENTES e MUSSALIN (orgs.). *Introdução à linguística: Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Intr. crítico-histórica e trad. de Walter José Evangelista. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- AMARAL, Márcia Franz. “Lugares de fala do leitor no *Diário Gaúcho*”. In: *E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Disponível em www.compos.com.br/e-compos, agosto de 2005.
- _____; PREVEDELLO, Carine Felkl. “Cidadania fragilizada: e representação dos direitos sociais na imprensa popular”. In: *Líbero*, v. 12, n. 23. São Paulo: Faculdade Casper Líbero, 2009.
- AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes. *A estilística no discurso da gramática*. Campinas, SP: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2004.
- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: Princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon ; São Paulo: Unesp, 2008.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: As não-coincidências do dizer*. Trad. Claudia R. Castellanos Pfeiffer, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mónica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello, Suzy Lagazzi-Rodrigues. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. “O estrato meta-enunciativo, lugar de inscrição do sujeito em seu dizer: implicações teóricas e descritivas de uma abordagem literal. O exemplo das modalidades irrealizantes do dizer”. In: *Matraga*, v. 15, n. 22. Rio de Janeiro: Uerj, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARCELLOS, Caco. *Abusado*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BARRETO, Raquel Goular; ORLANDI, Eni P. “Análise do discurso: conversa com Eni Orlandi”. In: *TEIAS* n. 13-14. Rio de Janeiro: 2006
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. revista e ampliada. 15. impr. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005 [1999].

BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Trad. F. Aída et alii. São Paulo: Pontes/Educ, 1992.

BORGES, Stephanie Caroline da Silveira. *A linguagem no jornalismo popular sensacionalista: Sedução e preconceito na capa do Meia Hora*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) — Universidade Federal Fluminense.

CADENA, Nelson Varón. “Os primeiros manuais de redação”. In: *Almanaque da Comunicação*. Disponível em <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/112.html>. Acesso em julho de 2009.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

_____. *Dispersos*. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

CAPRINO, Mônica Pegurer. “Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação”. In: *Comunicação & sociedade*, v. 1, n. 37. São Paulo: USP, 2007.

CASSANO, Maria da Graça. “Imagens jornalísticas: produção e deslizamento de sentidos”. In: *Anais do 14º Congresso de Leitura do Brasil/II Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2003.

CAVALIERE, Ricardo. “Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil” (p. 322-337). In: HENRIQUES, Claudio Cezar (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação*. Rio de Janeiro: Europa, 2003.

COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça. “A questão do sujeito e algumas articulações possíveis: a análise do discurso e a psicanálise”. In: LARA, Glaucia Muniz Proença, MACHADO, Ida Lucia, EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do discurso hoje*, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lucerna, 2008.

COSTA, Caio Túlio. *O relógio de Pascal: A experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1991.

COUTINHO, Eduardo Granja. “Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930”. In: COUTINHO, Eduardo Granja (org.). *Comunicação e contra-hegemonia: Processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DIAS, Juciele Pereira. *O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Camara*. 94 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Santa Maria, RS: UFSM, 2009.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: As bases enunciativas do nacionalismo lingüístico*. Campinas: Pontes, 1996.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002.

DUTRA, Alexandre Freire Ramos et alii. *Jornalismo popular e sensacionalismo: Uma análise comparativa entre Aqui e Super Notícia*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. “A norma eleita na gramatização”. In: *V Seminário Integrado de Língua Portuguesa (comunicação)*. Rio de Janeiro: Uerj, 2009.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: Da ambigüidade ao equívoco*. 197 f. 1994. Tese de doutorado (Instituto de Estudos da Linguagem). Campinas: Unicamp, 1994.

FOLHA ONLINE. *Novo Manual de Redação*. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_introducao.htm. Acessado em fevereiro de 2009.

FROTA, Maria Paula. *A singularidade na escrita tradutora: Linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. 278 f. 1999. Tese de doutorado (Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem). Campinas: Unicamp, 1999.

GALLO, Solange. “O Ensino da Língua ‘Materna’ no Brasil do Século XIX: A Mãe Outra”. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. (org.). *Língua e Cidadania*. Campinas: Pontes Editores, História das Idéias Lingüísticas, 1996.

GARCIA, Tyrza Myga. “A análise do discurso francesa: uma introdução nada irônica”. In: *Working Papers em Lingüística*, n. 7. Santa Catarina: UFSC, 2003.

GONÇALVES, Rôssi. *Falas de pretos, pobres e outros periféricos*. 190 f. 2005. Tese de doutorado (Teoria Literária, Faculdade de Letras). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais*. 4. ed. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 6: Literatura, folclore, gramática*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GREGOLIN, Maria do Rosário. “Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: Mídia e produção de identidades”. In: *Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GUILHAUMOU, Jacques. “Efeito de sentido e visibilidade social: co-construção discursiva. O espaço de co-produção no trabalho do pesquisador”. In: *Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Rio Grande do Sul: UFRGS, Instituto de Letras, 2005.

_____. “Genealogias políticas dos tempos modernos: o monstro e o todo social”. Trad. Roberto Leiser Baronas; Renata Carreon. In: *Linguasagem*, 7. ed. Disponível em: <http://www.lettas.ufscar.br/linguasagem/edicao07/>. São Carlos: UFSCar, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. *História da semântica*. Campinas: Pontes, 2004.

HENRI, Bergson. *O riso*. 2. ed. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: Língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LABOV, William. “Como me inseri no campo da linguística... e o que extraí dele”. Trad. Phellipe Marcel da Silva Esteves. In: *Linguasagem*, 10. ed. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao10/>. São Carlos: UFSCar, 2009.

_____. *Padrões sociolingüísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LENE, Hérica. *A crise da Gazeta Mercantil: Tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro*. 2004. 241 f. Dissertação de mestrado em Comunicação. Niterói: UFF, 2004.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 32.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

LIMA, Maria Emília A.T. *A construção discursiva do povo brasileiro: Os Discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Belmira. “O deslocamento da posição do sujeito: uma análise do personagem Fabiano, de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos”. In: SOARES, Maria Elias. *Revista do Gelne*, v. 3, n. 1. Fortaleza: Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste, jan.-jul. De 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes / Editora da Unicamp, 1989.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. “A Citação na Produção Textual: O Diretório dos Índios”. In: PEREIRA, Maria Teresa G. (org.). *Língua e linguagem em questão*. Rio de Janeiro: EdUERj, 1997.

_____. *Colonização lingüística*. Campinas: Pontes, 2004.

_____. *O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Editora Revan, Campinas: Editora Unicamp, 1998.

_____. “Políticas de Colonização Política”. In: *Revista Letras*, n. 27. Santa Maria: UFSM, 2003.

_____. “Quando as línguas eram corpos: Sobre a colonização lingüística portuguesa na África e no Brasil”. In: Orlandi, Eni P. (org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. “Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise”. In: *Polifonia*, v. 12, n. 1. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. “Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e governo JK”. In: *Veredas*, v. 11. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MEDEIROS, Vanise Gomes de. “Discurso direto e discurso indireto: história e sentidos”. In: *Cadernos do CNLF*, série VIII, n. 12. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2004.

_____. *Dizer a si através do outro* (do heterogêneo no identitário brasileiro). 275 f. 2003. Tese de doutorado (Letras, Instituto de Letras). Niterói, RJ: UFF, 2003.

MENDES, Murilo. *História do Brasil (1932)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MILNER, J. *Ordre et Raisons de Langue*. Paris: Seuil, 1982.

MORELLO, Rosangela. *A língua portuguesa pelo Brasil*. 163 f. 2001. Tese de doutorado do Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: Unicamp, 2001.

NERONE, John. “Penny Press”. In: DONSBACH, Wolfgang (org.). *International Encyclopedia of Communication*. Malden: Blackwell Publications, 2008.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores / São Paulo: Fapesp / São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

O DIA. *Manual de redação e texto jornalístico O Dia*. Rio de Janeiro: Editora O Dia, 1996.

O DIA ON-LINE. “Jornal *Meia Hora*: útil, vibrante, interativo, moderno e companheiro dos leitores. Tudo por apenas R\$0,50”. Portal de informações sobre o lançamento do jornal *Meia Hora de Notícias*. Acessível em <http://odia.terra.com.br/especial/outros/meiahora/lancamento.htm>. Acessado em outubro de 2009.

O GLOBO, GARCIA, Luiz (org. e ed.); ANDRADE, Evandro Carlos de (texto de orelha). *Manual de redação e estilo O Globo*. Rio de Janeiro: Editora O Globo, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Comum” (referente à língua comum). In: *Enciclopédia discursiva da cidade*. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/>. Acesso em fevereiro de 2009.

_____. “A desorganização cotidiana”. In: *Escritos n. 1: Percursos sociais e sentidos nas cidades*. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos, s/d.

_____. *Discurso e texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. “A língua brasileira”. In: *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2. São Paulo: abr./jun. 2005.

- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo, Cortez. 2002.
- _____. *A linguagem e seu Funcionamento: As formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. “A noção de ‘povo’ que se constitui em diferentes discursividades”. In: SILVA, Soeli Maria Schreiber da (org.). *Os sentidos do povo*. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.
- _____. “Paráfrase e Polissemia. A fluidez nos limites do simbólico”. In: *Rua* n. 4. Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003.
- _____. *O que é lingüística*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- _____. *Terra à vista — Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- PAVEAU, Marie-Anne. “O redemoinho de palavras. Análise do discurso, inconsciente, real, alteridade”. In: *Matraga*, v. 15, n. 22. Rio de Janeiro: Uerj, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. Trad. José Horta Nunes. In: *Caderno de estudos lingüísticos*, v. 19. Campinas: 1990.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. “O mecanismo do (des)conhecimento ideológico”. In: ŽIŽEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Semântica e discurso*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- _____. *Semântica e discurso*. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, Silvana Mabel Serrani. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. “Sobre a desconstrução das teorias lingüísticas”. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. N. 2. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel, HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul. “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: *Linguasagem*. 3. ed. São Carlos: UFSCar, 2008.
- PFEIFFER, Cláudia. “Variação linguística” (1-8). In: *Enciclopédia discursiva da cidade*. Disponível em <http://www.labeurb.unicamp.br/endici/>. Acesso em fevereiro de 2009.
- PREVEDELLO, Carine Felkl. “O cidadão no discurso do *Extra*: Posicionando o leitor como sujeito numa análise do jornalismo popular”. In: *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul*. Passo Fundo: UFRGS, 2007.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. “Memória e ideologia: a propósito do discurso jornalístico”. In: *Veredas*, v. 10. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

SERRANI, Silvana M. A linguagem na pesquisa sociocultural: Um estudo da repetição da discursividade. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SODRÉ, Muniz. “Por um Conceito de Minoria”. In: PAIVA, Raquel e BARBALHO, Alexandre (orgs.). *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal., 1977

TAMBA, Irène. *A Semântica*. Trad. Marcos Marcionilo. 2. ed. rev. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. “A obra de Mattoso Camara: uma mudança de paradigma no processo histórico dos estudos sobre a linguagem no Brasil”. In: CAMARA JR., J. Mattoso. *Dispersos*. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1999).

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. “Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença”. In: *Organon* 35, v. 17, n. 35. Rio Grande do Sul: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.